

Setembrino Dal Bosco

**Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul [1780/1889]:
capatazes, peões, e cativos.**

Passo Fundo, novembro de 2008.

Setembrino Dal Bosco

**Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul [1780/1889]:
capatazes, peões, e cativos.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, área de História Regional, como requisito parcial e final para obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Prof. Dr. Mário Maestri.

Passo Fundo

2008.

À memória de Orilde Mazzutti Dal Bosco. A
mais bela de todas. Mulher determinada e
forte. Um exemplo.

À memória de Saul Dal Bosco.

À minha companheira Deisi e meu filho Avner pelo apoio, carinho, amor e compreensão.

Aos irmãos (as) Nico, Niti, Nega, Chica, Dédi e seus respectivos pares.

Aos sobrinhos (as) William, Paula, Christopher, Bruna, Kelvin e Kauê.

À memória de Nêne, um homem bom.

Ao Dr. Mário Maestri pelas sugestões, críticas, dedicação, paciência, orientação, profissionalismo, e, sobretudo, apoio.

RESUMO

A presente dissertação tem com objetivo principal definir um perfil geral das fazendas pastoris do Rio Grande do Sul em finais do Setecentos e no Oitocentos. Escolhemos para análise de nossa pesquisa as regiões de Bagé, Rio Pardo e Vacaria por avaliar que, dada as suas localizações territoriais [região Nordeste, Central e Sudoeste] sintetizam uma realidade média, no que se refere às fazendas pastoris. Procuramos, assim, afastarmos do singular para melhor aferrar o geral. Nesse processo, utilizamos, para apoiar nosso trabalho, autores que presenciaram *in loco* aquela realidade, com destaque para Francisco João Roscio, Auguste Saint-Hilaire, Nicolau Dreys, Àrsene Isabelle, Alexandre Baguet, Joseph Hörmeyer, conde D’Eu, Manoel Antônio Magalhães, etc. e, sobretudo, inventários *post mortem* coletados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul [APERS]. Investigamos, portanto, a evolução das técnicas produtivas [marcação, castração, rodeios etc.]; a evolução arquitetônica; o mundo do trabalho; relações sócio-produtivas e, sobretudo, a mão-de-obra utilizada – capatazes peões [*gaúcho* e nativos] e cativos – nas lides pastoris da estância sulina em fins dos séculos 18 e 19. Embora restritas as regiões propostas, em forma mais ou menos acabada, no contexto de suas especificidades, o desenvolvimento das fazendas pastoris de Bagé, Rio Pardo e Vacaria sintetizam o geral ocorrido no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: fazendas pastoris; Rio grande do Sul; economia pastoril; Terra; trabalhadores [capatazes, peões e cativos].

SOMMARIO

Il dissertação attuale ha con l'obiettivo principale per definire un profilo generale dei poteri pastoral di Rio Grande fa Sul nelle conclusioni dei settecento e nell'ottocento. Scegliamo per analisi di il nostro il pequisa le regioni di Bagé, Rio Pardo i Vacaria fiume marrone medio e saremmo liberi per la valutazione del quello, dato alla relativa regione del sud-ovest territoriale di localizzazioni [di nordest, centrale e Sudorientale] synthecizes una realtà media, per quanto riguarda i poteri pastoral. Cerchiamo, così, per muoverci via dal singolare più meglio per afferrare la generalità. In questo processo, usiamo, sostenere il nostro lavoro, autori quale avevano testimoniato *in affitto* quella realtà, con la protuberanza per Francisco João Roscio, Auguste San-Hilaire, Nicholas Dreys, Àrsene Isabelle, Alexander Baguet, Joseph Hörmeyer, conde della I, Manoel Antonio Magalhães, ecc. e, sopra tutti, inventari *post mortem* raccolto nell'archivio pubblico di Rio Grande faccia Sul [APERS]. Studiamo, quindi, lo sviluppo delle tecniche produttive [marcatura, castrazione, raccolte ecc.]; lo sviluppo architettonico; il mondo del lavoro; rapporti socio-produttivi e, sopra tutti, la forza di lavoro usata - lavoratori dei caporeparti [*gaucho* nativo di e] e prigionieri - in voi trattili pastoral del ranch del sud nelle conclusioni di 19 secoli 18 e. Anche se limitato le proposte di regioni, nella forma più o meno rifinito, nel contesto dei relativi especificidades, lo sviluppo loro poteri pastoral di Bagé, Rio Pardo i Vacaria il fiume marrone medio e sarebbero liberi synthecize la generalità si sono presentati a Rio Grande fanno Sul.

Parola-chiave: poteri pastoral; Rio Grande fa Sul; economia pastoral; Terra; operai [caporeparti, lavoratori e prigionieri].

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Animais vacuns, cavalares e ovinos. Inventário Sebastião da Costa. Rio Pardo [1789]	44
Tabela 2 - Trabalhadores cativos. Inventário Sebastião da Costa. Rio Pardo [1789]	44
Tabela 3 - Relação dos cativos pertencentes a Antônio Francisco de Moraes. (Art. 2.º do regulamento n.º 4.835 de 1.º de dezembro de 1871). Inventário Antônio Francisco de Moraes (1878). Rio Pardo	79
Tabela 4 - Tamanho e valor das fazendas. Inventários de Rio Pardo [1781/1809]	83
Tabela 5 - Quantidade de gado e cativos. Inventários de Rio Pardo [1781/1799]	96
Tabela 6 - Número do gado e cativos. Inventários Rio Pardo [1781/1809]	102
Tabela 7 - Nacionalidade e idade dos cativos. Inventários de Rio pardo [1781/1809]	104
Tabela 8 - Número de trabalhadores escravizados em relação aos membros da família do inventariado. Rio Pardo [1781/1809]	105
Tabela 9 - Composição sexual cativos. Inventários de Rio pardo [1781/1809]	107
Tabela 10 - Número de propriedades analisadas nas regiões de Rio Pardo, Bagé e Vacaria [1819-1889]	114
Tabela 11 - Número de propriedades, quantidade de hectares, valor total e média por hectare nas regiões de Rio Pardo, Bagé e Vacaria [1819-1882]	115
Tabela 12 - Casas, sobrados e senzalas e benfeitorias nas regiões de Rio Pardo, Bagé e Vacaria [1819-1882]	119
Tabela 13 - Quantidade geral de gado e relação gado x hectares. Rio Pardo, Bagé e Vacaria [1819-1889]	126
Tabela 14 - Valor médio do gado vacum, cavalari, muar e ovino por subdivisão de categoria e por decênio	127
Tabela 15 - População cativa e livre nas fazendas de Rio Pardo [1819/1846]	131
Tabela 16 - População cativa por idade e sexo nas fazendas de Rio Pardo [1819/1846]	132
Tabela 17 - Nacionalidade da escravaria nas fazendas de Rio Pardo [1819/1846]	133
Tabela 18 - Cativos nas propriedades pesquisadas de Rio Pardo, Bagé e Vacaria [1819-1889]	135
Tabela 19 - Profissão dos cativos nas propriedades pesquisadas de Rio Pardo, Bagé e Vacaria [1819-1889]	136
Tabela 20 - Número de animais, valor unitário e total por propriedade	146
Tabela 21 - Perfil do rebanho nas propriedades de Mathias José Velho	148
Tabela 22 - Relação de valor cativo, gado e terra	151
Tabela 23 - Nome dos cativos existentes nas estâncias São Simão dos Povos e Nossa Senhora da Vitória, nacionalidade, profissão e valor	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

COA – Cartório de órfãos e Ausentes

IP – Inventários *Post-mortem*

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Da estância chimarrã à crioula	17
1.1 Nativos pampeanos	17
1.2 Cristo se impõe ao Pajé	18
1.3 Ordenando a dispersão nativa	19
1.4 Aldeias padronizadas	20
1.5 A fome e a vontade de comer	21
1.6 O trabalho nas missões guaraníticas	22
1.7 Estâncias missioneiras	23
1.8 Do nomadismo a hábeis cavaleiros	25
1.9 Peões missioneiros	25
1.10 Formam-se as vacarias	26
1.11 Decadência das Missões	27
1.12 O gaúcho caçador de gado	29
1.13 Courama e contrabando	30
1.14 Pousos, paragens, campos de cria	31
Capítulo 2 – Política, Administração, Povoação e Relações Sócio-Produtivas	33
2.1 Fundação da Colônia do Sacramento e Laguna	33
2.2 Intercalando a posse da Colônia	34
2.3 Albergados luso-brasileiros	35
2.4 Fundação do presídio Jesus-Maria-José	36
2.5 Movimento estratégico	38
2.6 Ocupação espanhola	39
2.7 A passos de tartaruga	39
2.8 Estância crioula	40
2.9 Charqueadas	41
2.10 Aguardente e chicote	42
2.11 Travessia infernal	43
2.12 Cativos caros	44
2.13 Lides campeiras	45
2.14 Ladrão de gado	47
2.15 Formação dos rodeios	50
2.16 Peões, gaúchos e cativos nos rodeios	52
2.17 Peão de estância	54
2.18 Palhoças de pau-a-pique barreadas	55
2.19 Comendo Carne	57
2.20 Na superestrutura, libações demasiadas	59
2.21 Padres profanos e endinheirados	60
2.22 Na infra-estrutura bolichos, repreensão e sabás	61
2.23 A cavalo e armado!	62
Capítulo 3 – Capatazes, peões e cativos na Estância da Música	64
3.1 Expoente da historiografia tradicional sulina	64
3.2 Importante documento	64
3.3 Rincão da Música	66
3.4 Estância perfeita	67
3.5 Estrutura física da Estância da Música	68
3.6 Trabalho pastoril	70
3.7 Organização produtiva	72

3.8 Posteiros e peões	74
3.9 Democracia Pastoril	75
3.10 Cativos na Estância da Música	76
3.11 Orientados às lides campeiras	78
3.12 Os mais jovens	79
3.13 Um Personagem da Monarquia	80
3.14 Relações com a vizinhança	81
Capítulo 4 – Estâncias de Rio Pardo: 1780-1882	83
4.1 Extensão e valor das fazendas	83
4.2 Relação de valor terra x gado	85
4.3 Casas velhas cobertas de capim	86
4.4 Bens, instrumentos de trabalho e produção	89
4.5 Evolução lenta e gradual	92
4.6 Militares estancieiros	93
4.7 Mercadoria valiosa	98
4.8 Marcação e rodeio	102
4.9 Cativos novos e crioulos	104
4.10 Contingente produtivo	105
4.11 Composição sexual dos trabalhadores escravizados	107
4.12 Cativos para herdeiros, impostos e dívidas	108
4.13 Aprisionamento ideológico-religioso	112
Capítulo 5 – Estâncias das regiões de Rio Pardo, Bagé e Vacaria [1819-1889]	114
5.1 Tamanho e valor médio das propriedades	115
5.2 Grandes anões entre os gigantes	117
5.3 Ranchos, palhoças de capim, casas de telhas, sobrados e senzalas	119
5.4 Relação de valor gado x terra	126
5.5 Valorização do gado manso e alçado	126
5.6 Relação de valor cativo x gado x terra	129
5.7 População cativa e livre	131
5.8 Composição sexual dos cativos	132
5.9 Nacionalidade da escravaria	133
5.10 Mundo do trabalho	134
5.11 Pedreiros, oleiros, carpinteiros, marinheiros, campeiros... Em tudo!	136
Capítulo 6 – Um grande latifundiário	137
6.1 Os rincões da estância São Simão dos Povos	137
6.2 Campos cercados	139
6.3 Produção na estância São Simão dos Povos	142
6.4 Na residência oficial, muito luxo	143
6.5 Gado nas estâncias	144
6.6 Quem não tem cão, caça com gato!	146
6.7 Preciosos bens: cativo e gado	148
6.8 Nomes para os esquecidos	150
Considerações finais	151
Bibliografia	168
Inventários post-mortem de Rio Pardo	171
Inventários post-mortem de Bagé	172
Inventários post-mortem de Vacaria	173
Cronologia	174
Glossário	176
Anexos	179

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que não temos ainda, a exemplo da historiografia argentina e uruguaia, trabalhos gerais de historiadores sobre a evolução das fazendas pastoris sul-rio-grandense, o objetivo principal da presente dissertação foi contribuir para a definição do perfil da fazenda pastoril, unidade produtiva que alavancou o desenvolvimento do atual estado do Rio Grande do Sul.¹

Portanto, definimos como objeto de estudo de nossa análise as fazendas pastoris do Rio Grande do Sul nos séculos 18 e 19, com o objetivo de contextualizar o cenário aproximado das unidades produtivas pastoris, no referente à realidade econômica, política e cultural. Estabelecemos como objetivo específico do trabalho focar a presença da mão-de-obra – capatazes, peões [*gaúcho* e nativos] e cativos nas fazendas pastoris de Bagé, Rio Pardo e Vacaria dos séculos 18 e 19.

Nesse processo, utilizaremos, inicialmente, para apoiar nosso trabalho, autores que presenciaram *in loco* aquela realidade, com destaque para Francisco João Roscio, Auguste Saint-Hilaire, Nicolau Dreys, Àrsene Isabelle, Alexandre Baguet, Joseph Hörmeyer, conde D’Eu, Manoel Antônio Magalhães, etc. e, sobretudo, inventários *post mortem* coletados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul [APERS].

Em relação aos inventários, analisamos 37 de Bagé, entre os anos de 1861 a 1886; 60 de Rio Pardo, entre os anos de 1786 a 1882 e 14 de Vacaria dos anos de 1830 a 1889, com o cuidado de trabalhar ao menos cinco documentos por década, abrangendo praticamente todo o período proposto.

Escolhemos as regiões de Bagé, Rio Pardo e Vacaria por avaliar que, dada as suas localizações territoriais [região Nordeste, Central e Sudoeste] sintetizam uma realidade média, no que se refere às fazendas pastoris. Procuramos, assim, afastarmos do singular para melhor aferrar o geral.

¹ Cito, apenas a título de exemplificação, os autores (as) e suas respectivas obras: QUESADA, Maria Sáenz. *Los estancieros*. Buenos Aires: Editora sudamericana S. A., 1980; GILBERTI, Horácio C. E. *História econômica de La ganaderia Argentina*. Buenos Aires: Solar, 1970; FRANCO, Guillermo Vázquez. *Formas de vida em el latifúndio colonial*. Montevideo: Ediciones el Mendrugo, 2006; MAYO, Carlos A. *Estancia y sociedade em La pampa (1740-1820)*. 2. ed. Buenos Aires: Biblos, 2004.

Um *Gaúcho* sem Nacionalidade

Sobre o conceito *gaúcho-gaúcho* utilizado no texto, salientamos que nos referimos ao protagonista histórico, anterior à reavaliação retórica realizada em torno do mesmo, que teria se formado do contato do europeu com o nativo americano destrabalhado, desgarrado, que vagueava pelos campos da região platina. Um imenso território onde esse personagem histórico vivia às margens da ordem social vigente.

Nos relatos dos viajantes citados que estiveram nos territórios sulinos no século 19, a descrição do *gaúcho-gaúcho* não corresponde com o personagem atual materializado em grande parte da literatura rio-grandense. Optamos pela unificação conceitual do *gaúcho-gaúcho*, mesmo quando grafamos apenas a primeira forma, por entendermos que aquele personagem histórico não possuía nacionalidade específica. Era errante e vago que campareava na região do Prata [Argentina, Paraguai, Rio grande do Sul e Uruguai].

Escolhi o tema em questão devido também ao meu envolvimento com o movimento social, sindical, popular e estudantil. A participação ativa na luta dos trabalhadores precedeu o conhecimento teórico historiográfico. Percebi que a história *contada* do mundo do trabalho, sobretudo dos trabalhadores cativos, não se aproximava minimamente da realidade objetiva do passado. Para a historiografia tradicional, a mão-de-obra cativa não teve importância ou teve importância secundária no desenvolvimento do processo histórico sulino. Ou, em relatos mais recentes, conheceu realidades sociais que se tornam, com o passar dos anos e estudos, quase invejável.

Teses com as quais discordamos. Nossa intenção ao pesquisar o tema era, a partir dos registros materiais, reafirmar sem concessões aos relatos *ideológicos* a importância do trabalhador escravizado na economia pastoril sul-rio-grandense. Reconstruir uma história que faz parte da cultura e da formação social do nosso povo. Uma história ocultada ou, em alguns casos, negada pela historiografia tradicional.

A delimitação temporal do nosso estudo abrangeu o período de 1780, início da produção saladeril no Rio Grande do Sul, onde a principal matéria prima das estâncias, o gado, passou a ser mais bem aproveitado, através da exploração e beneficiamento dos couros, crinas, chifres, sebos e, sobretudo, carne.

Terminaremos nossa análise em 1889, anos da proclamação da República do Brasil. Espaço temporal em que a estância sul-rio-grandense progrediu e qualificou-se,

com reflexos na formação econômica-política-cultural do atual estado do Rio Grande do Sul. Esses não são limites temporais estáticos, rígidos.

Reconstrução Objetiva do Passado

Em alguns momentos, retrocederemos ou avançaremos, para analisar alguns aspectos importantes na reconstrução do cenário proposto, como por exemplo, a formação do tipo social *gaúcho* que por séculos acompanhou o desenvolvimento sócio-econômico das fazendas pastoris sulinas.

Procuramos analisar, interpretar, rastrear, reordenar e, sobretudo, ler e reler, sem preconceitos ideológicos as fontes. Procuramos nos aproximar, a partir desse diálogo, o mais possível na reconstrução do cenário proposto. Investigaremos, portanto, a evolução das técnicas produtivas [marcação, castração, rodeios etc.]; a mão-de-obra utilizada – peões [*gaúcho* e nativos] e cativos – nas lides pastoris da estância sulina em fins dos séculos 18 e 19.

Intentamos, em fim, uma reconstrução histórica aproximada, sobretudo em base material, da formação sócio-econômica das fazendas pastoris sulinas. Tentaremos uma aproximação crítica-analítica às fontes utilizadas, sobretudo primárias.

A partir do resultado deste diálogo, amparar nas fontes secundárias, sobretudo historiadores especialistas no assunto abordado, o preenchimento dos inevitáveis vácuos que surgem no desenvolvimento da pesquisa historiográfica e na construção cronológica dos acontecimentos históricos. Sempre considerando as contradições existentes naquela sociedade pastoril latifundiária, tentamos compreender as relações sócio-produtivas existentes nas estâncias do Setecentos e Oitocentos.

No desenvolvimento desta análise, realizamos nossa abordagem, objetivando a adequação do método ao objeto de estudo. Tentamos o mesmo no relativo à linguagem. Ou seja, adequar nosso discurso ao conteúdo que se depreendeu de nossa investigação. Para tanto, tomamos o cuidado de substituir os conceitos “escravos” por cativos ou trabalhadores escravizados e “índios” por nativos.

Divisão do Trabalho

Estruturamos o presente trabalho em duas partes. A primeira contém três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado a contextualização do desenvolvimento do processo histórico dos atuais territórios do Rio Grande do Sul. Abordamos o modo de

vida, cultura e costumes dos nativos habitantes do território; chegada dos missionários espanhóis; introdução do gado vacum, cavalari, muar e ovino; Missões guaranícas; estância missioneira e *gaúcho*.

No segundo capítulo, abordamos a política, administração, povoação, relações sócio-produtivas, lides campeiras [rodeio, marcação, castração etc.], trabalhadores envolvidos – capatazes, peões [*gaúcho* e nativos] e cativos nas fazendas pastoris dos séculos 18 e 19 existentes nas regiões propostas. O terceiro é dedicado a uma análise da informação apresentada no livro *O conde de Piratini e a estância da Música*: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832, do historiador mineiro Guilhermino Cesar, sobre as instruções do conde de Piratini, João Francisco Vieira Braga, ao capataz da estância da Música, João Francisco da Silva, devido à singularidade e importância dessa informação.

Na segunda parte, composta de três capítulos, utilizamos majoritariamente os inventários *post-mortem* coletados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul [APERS] das regiões de Bagé, Rio Pardo e Vacaria para reconstruir aproximadamente a realidade das estâncias dos séculos 18 e 19 existentes naquelas regiões. No quarto capítulo, analisamos treze inventários da região de Rio Pardo dos anos de 1781/1809. Estudamos o tamanho e o valor das fazendas, relação de valor do gado e terra, arquitetura, bens, instrumentos de trabalho e produção, quantidade de gado e cativos, plantel da escravaria etc.

No quinto capítulo, tentamos reconstruir, a partir da leitura de 98 inventários, o cenário geral das fazendas pastoris das regiões de Bagé, Rio Pardo e Vacaria, dos anos de 1819/1889. A documentação coletada forneceu importantes informações referentes àquela realidade [organização produtiva, bens, evolução arquitetônica, valor do gado xucro e alçado, composição sexual da escravaria, etc.]. Dedicamos o último capítulo ao estudo das propriedades de Mathias José velho [estância São Simão dos Povos, Nossa Senhora da Vitória e fazenda Pedras brancas], de 1876, de Rio Pardo.

Múltipla Informação

A documentação analisada forneceu um conjunto de informações atinentes sobre o cenário estudado. Nos inventários, registraram-se a extensão da maioria das propriedades, valor da terra, benfeitorias produtivas, valorização dos rebanhos por

períodos, espécie e subdivisão do gado, quantidade e valor do plantel da escravaria por idade, profissão, nacionalidade e gênero, etc.

A sistematização dos dados encontrados nas páginas amareladas e em frangalhos dos inventários *post-mortem* permitiu descrever realidades internas, sobretudo dos trabalhadores escravizados, existentes nas fazendas pastoris de Bagé, Rio Pardo e Vacaria de finais do Setecentos e praticamente todo o Oitocentos. Um mundo semi-desconhecido que, aos poucos, surgiu dos fragmentos extraídos da documentação.

O estudo sistemático dos inventários *post-mortem* assinalou importante presença nas fazendas pastoris da região e período proposto de cativos campeiros, certamente ao lado dos trabalhadores livres. Porém, a categoria “cativo campeiro” mantém-se ainda muito imprecisa. Objetivando definir com mais precisão o agir dos trabalhadores envolvidos nas lides pastoris e, sobretudo, as práticas produtivas dos “cativos campeiros” pretendemos contribuir, em certa medida, na resolução de uma contradição historiográfica sulina, ou seja, escravidão não rima com cativos montados em vastos territórios.

Esta leitura geral das fazendas pastoris do Rio grande do Sul não foi feita de forma isolada. Sob a orientação do dr. Mário Maestri, constituímos uma equipe de mestrandos do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo [UPF], analisando o mesmo objeto de estudo, em espaços temporais diferenciados: Luciano Pimentel dispôs-se a abordar a fazenda pastoril rio-grandense de 1680 a 1780; Setembrino Dal Bosco, de 1780/1889; Rosângela Comasseto, aspectos dessa realidade, de 1890-1930. Finalmente, Eduardo Palermo estudou uma realidade espacial *diversa*: a gênese das fazendas pastoris e escravistas rio-grandenses no norte do Uruguai. Desses trabalhos, apenas o primeiro não foi ainda concluído.

Destaque-se que as questões por nós discutidas já haviam sido estudadas, sob outros aspectos, em três outras dissertações, do mesmo Programa, sob a mesma direção: Nery Auler da Silva, *Arquitetura rural do Planalto Médio: Século XIX: antigas fazendas*. [Passo Fundo: Edição do Autor, 2004]; Maria Beatriz Chini Eifert. *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de soledade (1867-1887)*. Passo Fundo: EdiUPF, 2006. (Coleção Malungo, v. 12); Helen Ortiz, "O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio do norte do RS - Soledade, 1850-1889" Dissertação de mestrado, PPGH UPF, 2006. Além dos autores acima citados, registre-se a importante produção sobre o tema de Helen Osório, Luís Farinati, Mário Maestri, Paulo Zarth, entre outros.

Capítulo 1

1. Da estância chimarrã à crioula

1.1 Nativos pampeanos

A região do Prata abrange uma ampla área geográfica de aproximadamente setecentos mil quilômetros quadrados, compreendendo os atuais territórios da Argentina, Paraguai, Rio Grande do Sul e Uruguai.² Antes da ocupação européia ela era ocupada por comunidades nativas nômades que viviam da coleta, da caça e da pesca. De acordo com dom Félix de Azara, geógrafo, historiador, oficial da marinha e membro da administração espanhola que esteve na região platina nos anos 1781-1801, esse território era habitado por comunidades de nativos oriundos de dois grandes troncos: *guaranis e guayacurus*, que se subdividiam em diversas comunidades: *charruas, minuanos, abipones, guainás, mbayás, yarós, timbú, curúmeguay, yngatús, corondá, tape*, etc.³

O território sul-rio-grandense era repartido entre cinco comunidades nativas independentes: *patos, tapes, minuanos, charruas e guanaans*”.⁴ Em *História do Rio Grande do Sul: período colonial*, de 2002, o historiador mineiro, radicado no Rio Grande do Sul, Guilhermino César lembra que os nativos que ocupavam o território sul-rio-grandense eram oriundos de três grupos principais: “*Tupi-Guarani, Guaiacuru (Charuas, Genoas)* e os *Ge* (Coroados e Bugres de Santa Catarina)”.⁵ Das comunidades nativas que no período da colonização habitavam os atuais

² Cf. FRANCO, Guillermo Vasquez. *Formas de vida em el latifúndio colonial*. Montevideo: Ediciones el Mendrugo, 2006. p. 16.

³ AZARA, Félix de. *Geografía física y esférica de las provincias del Paraguay y Misiones Guaraníes*. Montevideo: Manuscrito en la Biblioteca Nacional de Montevideo, 1904. p 105.

⁴ Cf. BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: PARULA, 1997. p. 29; JAQUES, João Cezimbra. *Costumes do Rio Grande do Sul*: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica. Porto Alegre: Tipografia de Gundlach & Comp., 1883. p. 18.

⁵ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 3 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002. p. 20.

territórios do Rio Grande do Sul, os que falavam a língua *guarani* eram os mais propícios às propostas reducionistas apresentadas pelos padres da companhia de Jesus.

1.2 Cristo se impõe ao Pajé

A partir de 1549, os primeiros sacerdotes espanhóis chegaram ao Novo Mundo para cristianizar os nativos americanos. Em 1607, fundaram a “província geral do Paraguai independentes das províncias do Peru e do Brasil, abrangendo o Paraguai, o leste da Bolívia, a Argentina, o sudeste do Brasil e o Uruguai”.⁶ Entre 1610 e 1628, os jesuítas espanhóis fundam dez reduções na província do Guairá. A província localizava-se no atual estado do Paraná. Entre 1610 e 1634, mais duas províncias foram fundadas na região do Prata: a do Itatim [atual estado do Mato Grosso], em 1631-1633, com seis reduções, no norte de Assunção, nas bacias dos rios Paraná e Uruguai; e a do Tape [atual estado do Rio Grande do Sul], na bacia do rio Uruguai, com dezesseis reduções, em 1626-1634.⁷

Em *Os trinta povos guaranis*, de 1978, o padre Arnaldo Bruxel escreveu que a “cristianização dos índios somente era possível em grandes ajuntamentos, radicados em áreas restritas, o que facilitava tanto a catequização quanto à defesa organizada contra ataques de outros índios ou até mesmo dos espanhóis e portugueses”.⁸ Os “grandes ajuntamentos” receberam o nome de *reduções*. Na parte meridional da América Latina, houve trinta reduções. Oito reduções no *Paraguai*, quinze na *Argentina* e sete no *Brasil*.

Ao entrarem nos atuais territórios do Rio Grande do Sul, os jesuítas espanhóis trazem muitos nativos *guaranis* já catequizados, cristianizam grande número de *tapes* e *minuanos* e poucos *charruas*. Em *Missões: uma utopia política*, de 1982, o historiador Arno Kern propõe que os padres missionários ocuparam o Rio Grande do Sul em dois momentos distintos: “Na primeira penetração se estabeleceram até o vale do médio Jacuí, recuaram posteriormente até a margem

⁶ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. 2. ed. Passo Fundo: EdiUPF, 2000. p. 57.

⁷ Cf. KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 12; BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: PARULA, 1997. p. 80. MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. 2. ed. Passo Fundo: EdiUPF, 2000. p. 57.

⁸ BRUXEL, Arnaldo. *Os trinta povos guaranis*. Ob.cit. p. 15.

direita do rio Uruguai, para no final do século XVIII penetrarem novamente, fundando os Sete Povos e organizando as vacarias até o alto da Serra, no Planalto”.⁹

Os padres jesuítas espanhóis fundam com os nativos os Sete Povos das Missões, na margem esquerda do Uruguai:¹⁰ Santo Ângelo [1707], São Borja [1690], São João Velho [1698], São Luís [1632], São Lourenço [1691], São Nicolau [1627] e São Miguel [1632], situados na parte oeste do estado. São Miguel era a capital dessas sete *reduções*, que tinham uma população de quatorze mil nativos.¹¹

1.3 Ordenando a dispersão nativa

Os guaranis, comunidades de caçadores, pescadores, horticultores e coletores desenvolveram práticas horticuloras apoiadas, sobretudo no milho, mandioca, batata-doce, feijão e abóbora.¹² Povos com essas características, que apresentavam um relativo sedentarismo, facilitavam a tarefa dos missionários de formarem as *reduções*. Os padres missioneiros organizaram a aldeia reducionista considerando as condições geográficas do território. A redução deveria ser instalada próximo de mananciais, facilitando assim o acesso à água, de matas e pedreiras – matérias-primas necessárias para a construção – e terras férteis para a produção agrícola.

A estrutura de organização social das reduções “baseavam-se nas *Leis das Índias* e nas experiências dos missionários em outras regiões das Américas – Brasil, Peru, México”.¹³ Em *Missões: uma utopia política*, de 1982, o historiador Arno Kern assinalou que segundo a legislação em vigor, após dez anos de fundação a “atividade missionária deveria cessar, sendo substituída por uma atividade paroquial”. A redução deveria “ser entregue ao clero secular”, porém, essa legislação não pode ser cumprida, pois os “missionários resistiram à secularização das Reduções”.¹⁴ A organização urbana possuía ruas e quadras. Em “cada quadra, casas baixas que se separavam por ruas paralelas. Ao centro, uma praça, junto a qual se erguem a igreja,

⁹ KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Ob.cit. p. 245.

¹⁰ Cf. JAQUES, João Cezimbra. *Costumes do Rio Grande do Sul*. Ob. cit. p. 23.

¹¹ Cf. BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Ob. cit. p. 76.

¹² Cf. MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. Ob.cit. 52.

¹³ Id. Ib. p. 56.

¹⁴ KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 90.

a ‘casa dos padres’, a ‘casa das viúvas’, as ‘lojas públicas’, o local de reuniões do Cabildo”.¹⁵

Em *Os trinta povos guaranis*, de 1978, o padre Arnaldo Bruxel lembra que na aldeia reduzida “exigia-se a organização de um governo civil. Esta era uma atribuição ao cabildo, espécie de câmara de vereadores, que exercia os três poderes: legislativo, executivo e judiciário”.¹⁶ O *cabildo* era “administrado pelo corregedor, (prefeito, vereador e juiz) auxiliado pelo tenente-corregedor (vice-prefeito), alcaides (juizes), regedores (delegados), alferes (chefe militar), escrivão (secretário) e alguazis (policiais). O cabildo era uma instituição obrigatória por lei da Espanha”.¹⁷ Deste modo, instituiu-se nas reduções “uma cultura política nova, caracterizada pela coexistência do sistema tribal dos caciques e do Cabildo espanhol”.¹⁸

1.4 Aldeias padronizadas

As aldeias reducionistas eram construídas uniformemente. Ao norte da praça, encontrava-se a igreja, e à esquerda, situavam-se o colégio; ao seu lado, as oficinas. As reduções possuíam umas “trinta a quarenta oficinas: ferraria, marcenaria, olaria, sapataria, tecelagem, tornearia etc.”¹⁹ Nos fundos, encontrava-se o pomar com laranjeiras, limoeiros, figueiras e plantas nativas rodeado por um muro de pedras. O asilo-orfanato-albergue [*cotiguaçu*], dois pátios e o cemitério localizavam-se no lado sul ou norte da praça.²⁰ A igreja, inicialmente era construída de “pedra até certa altura e o restante de madeira”.²¹ Mais tarde passou a ser toda de pedra. A base do reboco era feita de barro e a “argamassa” era composta de “areia, argila e bosta de vaca”.²²

¹⁵ Id. ib. p. 209.

¹⁶ BRUXEL, Arnaldo. *Os trinta povos guaranis*. Ob. cit. 32.

¹⁷ Id. ib. p. 75

¹⁸ KERN, Arno Alvarez. *Missões*. Ob.cit. p. 99.

¹⁹ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio grande do Sul: a ocupação do território*. Ob. cit. p. 62

²⁰ Cf. ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Trad.e notas de dante de Laytano. 2 ed. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983. p. 19; CURTIS, Júlio Nicolau Barros de. In WEIMER, Günter (org.). *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. 2.^a ed. [por] Paulo Iroquez Bertussi [et. al.]. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987. p.32; MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio grande do Sul: a ocupação do território*. 2. ed. Passo Fundo: EdiUPF, 2000. p. 56; JAQUES, João Cezimbra. *Costumes do Rio Grande do Sul: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica*. Porto Alegre: Tipografia de Gundlanch & Comp., 1883. p. 23; FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Porto Alegre: EST/ Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, 1983. p. 26.

²¹ FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Ob.cit. p. 26.

²² SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Trad. Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 126.

Em *Viagem ao Rio grande do Sul*, de 1845, o viajante belga Alexandre Baguet ressaltou a habilidade artística dos *guaranis* reduzidos e assinalou que se sobressaíam na “música e nos trabalhos manuais. Todas as belas estátuas, os objetos de ouro e de prata que ornaram os templos eram feitos pelos índios, não copiados da natureza, mas de modelos, pois não sabem criar”.²³

Em *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, de 1839, o comerciante francês Nicolau Dreys, que viveu no Rio Grande do Sul dos anos 1817-27, escreveu que o número de nativos reduzidos nas Missões era de “150.000 a 200.000 almas”.²⁴ Em *Origens da economia gaúcha*, obra póstuma, publicada em 2005, o historiador Guilhermino César escreveu que “os padres, num trabalho pertinaz, que os consagrou como promotores de civilização buscaram desenvolver no indígena o hábito do trabalho regular” e, “ao lado da indústria extrativa da erva-mate” se formaram “as primeiras *estâncias* sulinas de que temos notícias no atual território do Estado do Rio Grande do Sul”.²⁵

1.5 A fome e a vontade de comer

Os *guaicurus* eram nômades, resistentes à catequização. Os *guaranis* eram horticultores semi-nômades, bons guerreiros. Há décadas, enfrentavam os ataques das expedições de escravistas luso-brasileiros e *encomienderos* hispano-americanos, sendo dizimados e escravizados por seus algozes. A proposta da redução sob a proteção da Coroa espanhola, além de representar um salto tecnológico significava-lhes uma garantia mínima contra estes ataques.

Em *Missões: uma utopia política*, de 1982, o historiador Arno Kern propõe que o “caráter de refúgio” contra os predadores espanhóis e luso-brasileiros foi fator decisivo às reduções e, “[...] apenas sobreviveram culturalmente – e mesmo fisicamente – aqueles que se submeteram às Reduções ou que conseguiram afastar-se das frentes de expansão, escondendo-se em territórios não atingidos pelos *encomienderos* ou pelos bandeirantes.”²⁶

²³ BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Ob. cit. p. 86.

²⁴ DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, EdiPUCRS, 1990. p. 155.

²⁵ CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005. p. 24.

²⁶ KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Ob. cit. p. 98.

A necessidade das comunidades guarani juntou-se aos interesses geopolíticos da Coroa espanhola. Em *Uma história do Rio grande do Sul: a ocupação do território*, de 2000, o historiador Mário Maestri assinala que era “grande o interesse da Coroa espanhola no desenvolvimento das reduções”, pois os espanhóis encontravam-se impossibilitados de “incorporar efetivamente essas regiões às suas possessões e, conseqüentemente, de proteger esse flanco do vice-reinado do Peru e a estratégica bacia do Prata, ameaçados pela expansão luso-brasileiras em direção ao oeste e ao sul”.²⁷

Apesar do rei da Coroa espanhola Felipe V ter emitido uma ordem aos jesuítas obrigando que ensinassem aos nativos reduzidos à língua espanhola, os missionários nunca conseguiram implementá-la.²⁸ Arno Kern escreveu que da antiga tradição dos guaranis restou “os costumes que não violavam os valores do cristianismo, como o caciquismo e a língua guarani”.²⁹

1.6 O trabalho nas missões guaranícas

Nas reduções, alguns nativos homens aprendiam a ler, escrever, música e dança. Internamente o “comércio se limitava às trocas reduzidas dentro de cada Missão”. Comercializava-se de forma mais dinâmica “entre os Trinta Povos, devido à natureza da localização geográfica de certas Missões, mais ricas em rebanhos umas, em erva-mate ou algodão outras”.³⁰ O comércio externo era feito, sob a autorização dos jesuítas, pelos Ofícios ou *Procuraderias de Misione*, localizados em Santa Fé e Buenos Aires, que trocavam os produtos da terra e da indústria – mate, mel, milho, couros, açúcar, produtos artesanais e fumo – por matérias primas, ouro, ferro, prata, tintas, tecidos e objetos destinados a embelezar a Igreja.³¹

Nas aldeias missioneiras cultivava-se o algodão, a mandioca e o trigo. Fabricava-se açúcar e erva-mate e costeavam-se grandes quantidades de gados das mais diversas espécies. Em cada comunidade, os caciques dirigiam os missioneiros

²⁷ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio grande do Sul: a ocupação do território*. Ob. cit. p. 59.

²⁸ Cf. CURTIS Júlio Nicolau Barros de. In WEIMER, Günter (org.). *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. Ob. Ci. p.p. 86-87.

²⁹ KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Ob. cit. p. 120.

³⁰ KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. p. 78.

³¹ Cf. JAQUES, João Cezimbra. *Costumes do Rio Grande do Sul*. Ob. cit. p. 24; BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Ob. cit. p.p. 86-87; KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. p. 77-78.

aldeados.³² A organização da produção obedecia à divisão sexual do trabalho. As mulheres descaroçavam, fiavam e teciam o algodão. A produção era pesada e a matéria-prima distribuída nas oficinas de tecelagem.³³

Os homens adultos trabalhavam na área rural que se dividia em estância, curral, erval. Na estância, distante do núcleo urbano, desenvolvia-se a pecuária extensiva. Nos rincões criava-se e confinava-se o gado para alimentação dos nativos, aproveitava-se o couro para camas, surrões e fabricação de tiras utilizadas para atar diversos utensílios e móveis. Nos currais, próximos das aldeias recolhiam-se o gado para abate, os cavalos de montaria e os bois destinados ao arado e às carretas. Tanto na estância, quanto no curral erguia-se um rancho onde habitava uma família *guarani*.³⁴

Nas aldeias existiam ainda as lavouras coletivas pertencentes à comunidade (*tupambaé*) onde parte da produção servia para alimentar “às viúvas e os órfãos e se atendiam os necessitados”.³⁵ Além disso, existiam as glebas, divididas em lotes para cada família e destinadas à agricultura familiar (*amambaé*). O produto da *amambaé* pertencia à família que poderia usar de acordo com suas necessidades.³⁶

1.7 Estâncias missioneiras

Os missionários perceberam que a introdução do gado vacum, cavalari, muar e ovino era fundamental às *reduções*. Em *Colonialismo e missões jesuíticas*, de 1983, o historiador Moacyr Flores escreveu que, em 1634, “os padres Pedro Romero, superior das missões e Cristóvão de Mendonza, compraram 1500 vacas [...] o gado desenvolveu-se e propagou-se pelos currais e estâncias”.³⁷ Esses gados foram distribuídos entre as *reduções* da margem esquerda do rio Uruguai.³⁸

Ao introduzir o gado nos aldeamentos, os missionários fundavam as primeiras estâncias primitivas. Inicialmente objetivando a fixação dos *guaranis* e,

³² Cf. KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. p. 78; JAQUES, João Cezimbra. *Costumes do Rio Grande do Sul*. Ob. cit. p. 23.

³³ Cf. MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. Ob. cit. p. 68; SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. 131.

³⁴ Cf. FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Ob. cit. p. p. 26-28.

³⁵ KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. p. 74.

³⁶ Cf. MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. p. 68. FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Ob. cit. p. p. 26-28.

³⁷ FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Ob. cit. p. 23.

³⁸ Cf. MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. Ob. cit. p. 69.

mais tarde, gerando as riquezas da região missioneira onde se desenvolveram abundantes rebanhos de gado vacum e cavalari. Em *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*, o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire lembrava que no “tempo dos jesuítas todas as aldeias das Missões possuíam estâncias próprias para criação do gado”, localizadas distantes da “aldeia que dependiam, como por exemplo, *Pai Sando* [sic] *de Yepejú*”.³⁹

Na estância missioneira, o gado não recebia maiores cuidados. Era criado à gandaia, de acordo com as leis da natureza. Em *Origens da economia gaúcha*, obra póstuma, publicada em 2005, Guilhermino César propõe que a organização dessas estâncias seria o “mais simples possível; um grupo de catecúmenos comissionados pelos curas tangia reses mansas para um ponto deserto, deixava-as em liberdade, e estava formado o criatório. No máximo, levantava-se ali um arranchamento, junto ao lugar escolhido para o rodeio. Essa instalação singela fazia, contudo às vezes de guarda-avançada; vigiava o rebanho e servia à defesa dos *pueblos*.”⁴⁰

Para Guilhermino César, que tende a minimizar o trabalho nas estâncias missioneiras, elas eram “vastos criatórios naturais, indivisos” onde “não havia propriamente estâncias, moradas fixas, grupos humanos estáveis. O que “existia era um compáscuo gigantesco, favorecido pela ocorrência de diversas gramíneas próprias para a alimentação dos animais [...] os próprios jesuítas deram o nome de *estâncias*”.⁴¹ Eram “paragens”, “campos de cria”, “campos de gado”, que não recebiam nenhum costeio especial.⁴²

Em *Deus é grande o mato é maior*, de 2002, o historiador Mário Maestri escreve que nas “missões, o trabalho pastoril era feito a cavalo e reduzia-se, no essencial, à vigilância e ao amansamento dos rebanhos, em rodeios realizados pelos vaqueiros e posteiros missioneiros. Os *charruas e minuanos* serviam-se com habilidade do cavalo e praticavam a caça ao gado pela carne e pelo couro. A técnica do doma em campo aberto, o churrasco, as boleadeiras, o laço, o mate, o poncho, o pala, o tirador etc. foram invenções dos cavaleiros missioneiros e pampianos”.⁴³

³⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. 138.

⁴⁰ CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005.p. 24.

⁴¹ Id. ib. p. p. 24-25.

⁴² Id. ib. 64.

⁴³ MAESTRI, Mário. *Deus é grande o mato é maior: História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS*. Passo Fundo: EdiUPF, 2002. p. 93.

1.8 Do nomadismo a hábeis cavaleiros

Com a introdução do gado pelos missioneiros, em 1634, sobretudo cavalari, aos poucos, de uma forma lenta e gradual, os nativos não apenas dominaram a técnica da cavalgadura como se transformaram em excelentes cavaleiros. Passaram a se deslocar com uma habilidade formidável pelos campos da região, caçando o gado bravo.

Em *Fronteira Rebelde*, de 1995, o historiador estadunidense John Chasteen assinalou que na “metade do século dezoito, milhões de cabeças de gado vagueavam livremente pelo mar ondulante de pastagens da fronteira, e os indígenas charruas e minuanos fronteiriços que viviam em tribos pequenas e nômades aprendiam a montar os cavalos e caçar aquele gado forte e ágil”.⁴⁴

1.9 Peões missioneiros

Nas primeiras décadas do século 17, o trabalho dos peões missioneiros consistia em caçar o gado, vigiá-lo, laçá-lo, domesticá-lo, coureá-lo e carneá-lo, pois, “em verdade não se criava, caçava-se a rês”.⁴⁵ Montados, com as boleadeiras, o laço, a faca e a lança, os nativos campeiros vacariavam os campos atrás do gado chimarrão, sobretudo pelo couro que, parte era utilizado na fabricação de artigos e utensílios – bolsas para acondicionar erva-mate [surrões], arreios, tiras de couro para as milícias, fabricação do laço etc. – e parte exportada para Buenos Aires.⁴⁶

Em o *Brasil do boi e do couro*, de 1965, José Alípio Goulart propõe que o gado, sobretudo, vacum foi o agente motor do desenvolvimento da economia pastoril do atual Rio Grande do Sul: “É o gado, sem dúvida, a maior força impulsora da colonização do Rio Grande do Sul. É ele que, fugindo das estâncias jesuíticas, ou abandonado pelos seus donos, vai espalhar-se e proliferar abundantemente, atraindo o povoamento para a Capitania Del-Rei. E vão-lhe aos cascos abigeatários charrua, portugueses e espanhóis, arrebanhando-o e vendendo-o aos incursionistas.”⁴⁷

⁴⁴ CHASTEEN, John Charles. *Fronteira Rebelde: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos*. Albuquerque: University of New Mexico Press, USA, 1995. p. 35. [Trad. Rafael Augustus Segal, Thelma Belmonte, Elvivo Funk].

⁴⁵ CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. Ob. cit. p. 115

⁴⁶ Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Secretaria da Cultura. *Caminho das Tropas: Importância do tropeirismo na configuração urbano-espacial de Cruz Alta*. IPHAE, 1994. p. 3.

⁴⁷ GOULART, José Alípio. *Brasil do boi e do couro*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1965. p. 48.

1.10 Formam-se as vacarias

Devido aos ataques dos bandeirantes “em 1635 teve início a destruição do Tape. Nesse ano seguiu de São Paulo, por mar, até Laguna e dali avançou para o Rio Grande, a expedição comandada pelos capitães Francisco Randon e João Raposo Bocarro.”⁴⁸ Os paulistas avançaram sobre as missões e, em 1637, o bandeirante Raposo Tavares, atrás de mão-de-obra nativa cativa, destruiu as reduções situadas entre os rios Taquari e Caí, obrigando os jesuítas a refluírem para a margem direita do Uruguai. Devido às investidas dos bandeirantes sobre as *reduções*, os jesuítas foram forçados a se deslocarem com os nativos para a margem direita do rio Uruguai. Sem o costeio dos nativos, as manadas se esparramavam pelo território, retornando ao seu estado selvagem.

O gado ficou abandonado e multiplicou-se, se tornando gado ‘chimarrão’. O gado “chimarrão ou *cimarrón* eram animais que, descendentes de animais domesticados, nasceram livres e voltaram à existência selvagem. Sua proliferação foi rápida, tendo se adaptado plenamente ao novo ecossistema adotado.⁴⁹ O gado abandonado, por quase cinqüenta anos esparramou-se pelo território de uma forma assombrosa.⁵⁰

Somente em 1682, em resposta à fundação da colônia do Sacramento pelos portugueses os padres da Companhia de Jesus e os nativos aldeados passaram à margem esquerda do rio Uruguai, retomando o trabalho iniciado em 1627, com a fundação de São Nicolau, finalizando em 1707 com a fundação de Santo Ângelo. Os Sete Povos das missões estavam materializados. O gado, que ficou procriando nos campos do atual território sulino, teria sido transferido pelos vaqueiros missionários para “as chamadas Vacarias do Mar, ao sul do rio Jacuí”.⁵¹

A partir de 1700, devido à extração predatória, o gado das Vacarias do Mar começou a esgotar-se. Para resolver o problema, em 1700, os “vaqueiros dos Sete Povos introduziram milhares de touros e vacas nos Campos de Cima da Serra, onde

⁴⁸ FONSECA, Pedro Arí Veríssimo da. *Tropeiros de mula*. Ob. cit. p. 33.

⁴⁹ Cf. CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das laranjeiras e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio Livros, 2001. p. 38.

⁵⁰ Cf. Goulart, José Alípio. *Brasil do boi e do couro*. Ob.cit. p. 48.

⁵¹ FLORES, Moacir. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Ob. cit. p. 23.

formaram as Vacarias dos Pinhais”.⁵² De uma forma lenta e gradual “as vacarias se transformaram em estâncias por doações ou vendas a proprietários particulares”.⁵³

A estância missioneira evoluiu atingindo seu apogeu no século 18, entre 1720-56, quando se consolidaram os Sete Povos das Missões: Santo Ângelo, São Borja, São João Velho, São Lourenço, São Luís, São Miguel e São Nicolau - situados na parte oeste do atual estado do Rio grande do Sul. São Miguel era a capital dessas sete Reduções, com uma população estimada de quatorze mil nativos.⁵⁴

1.11 Decadência das Missões

A experiência missioneira chegou ao fim. De acordo com o viajante belga Alexandre Baguet, que esteve nos atuais territórios do Rio Grande do Sul em 1845, a decadência das *reduções* datava “da expulsão dos jesuítas”. Em *Missões: uma utopia política*, de 1982, o historiador Arno Kern lembra que as pressões externas do império português e da própria sociedade hispano-americana precipitaram o fim das missões a “partir do Tratado de Madri (1750), até a expulsão final da ordem jesuítica em 1768”.⁵⁵

Alexandre Baguet escreveu que os novos administradores dos *pueblos*, funcionários do governo espanhol, “não tinham em vista senão o seu próprio interesse. Enriquecer lançando mão de numerosos tesouros em ouro e prata, vender gado em proveito próprio, apoderar-se dos rendimentos das povoações [...] em quatro anos, de 1768 a 1772, constatou-se um déficit de cerca de 700 mil cabeças entre os animais, tamanhos eram a corrupção e o roubo que prevaleciam em meio aos funcionários do governo espanhol [...] o governo de Buenos Aires, impôs aos povos reduzidos uma administração alheia à realidade social existente. [...] Os nativos considerados mais como escravos [sic], acabaram desertando de praticamente todos os povoados”.⁵⁶

Em 1801, José Borges do Canto, com uma pequena tropa de luso-brasileiros e nativos, apoiados por caciques das próprias Missões, invadiu o território das

⁵² BRUXEL, Arnaldo, *Os trinta povos guaranis*. Ob.cit. p. 52.

⁵³ Id. ib. p. 53.

⁵⁴ Cf. BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Ob. cit. p. 76.

⁵⁵ KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Ob. cit. 14.

⁵⁶ Cf. BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Ob. cit. 88.

Missões e incorporou-o a Coroa portuguesa. A partir de então, as Missões passam a ser administrada por militares luso-brasileiros.⁵⁷ De acordo com o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire que esteve nos atuais territórios do Rio Grande do sul nos anos de 1820/21, quando os portugueses tomaram conta das Missões, “essa província ainda estava longe do estado de decadência em que se encontra. Sua população ascendia a 14.000 almas”. Os nativos “eram bem nutridos e bem vestidos”. Haviam “vastos terrenos cultivados; os armazéns estavam lotados de mercadorias e as estâncias de todas as aldeias cheias de gado”. Os nativos “aprisionavam os animais selvagens, engordavam-nos em suas terras e nunca se socorriam dos das estâncias para alimentação”.⁵⁸

Saint-Hilaire assinala que os nativos foram obrigados a abandonar a caça do gado porque esta “se dava em terras que continuaram sob domínio espanhol” e, os luso-brasileiros “deixaram que fossem abatidos, ao seu talante, os animais das estâncias”. Além disso, “os portugueses tiraram uma parte do gado para povoar suas próprias estâncias; por seu lado os administradores vendiam animais, em seu proveito e, ao fim de pouco tempo, as aldeias perderam essa grande fonte de recursos”.⁵⁹

O viajante francês Arsène Isabelle, escreveu em *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*, que os portugueses apropriaram-se dos aldeamentos e as “autoridades e os comerciantes principais vivem nas antigas casas dos índios; o comandante militar ocupa o colégio; o hospital, armazéns e oficinas estão em ruínas; longe de pensar em repará-los, levam deles materiais para empregá-los em novas construções”.⁶⁰

Os portugueses apropriaram-se do gado das aldeias, desviando-nos para as suas estâncias. O gado das “vacarias e estâncias” missioneiras foram “roubados pelos lusos”.⁶¹ As estâncias missioneiras tornaram-se propriedades dos lusitanos. Auguste Saint-Hilaire lembrava, nos anos 1820: “Santo Angelo não tem mais estâncias. O Conde de Figueira deu ultimamente a um de seus ajudantes de campo

⁵⁷ Cf. CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha*. Ob. cit p. 75. MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. Ob.cit. p. 79.

⁵⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. 191.

⁵⁹ Id. ib. 191.

⁶⁰ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Ob.cit. p.19

⁶¹ FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Ob.cit. p. 61.

uma estância que pertencia à Aldeia de S. Luís. S. Borja possui ainda a de S. Gabriel, mas sem gado algum; S. Lourenço tem a de *Tupansinetã* (Povo de Nossa Senhora) em condições idênticas e enfim Conceição, pertencente a S. João, está igualmente sem animais”.⁶²

O descaso dos portugueses em dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos padres missionários mereceu de Alexandre Baguet reflexão: “Se o vice-rei, que governava o Brasil em nome de Portugal, tivesse conservado ou reerguido na Província de Rio Grande os estabelecimentos fundados pelos jesuítas, como fez depois o Paraguai, os proprietários das charqueadas e das estâncias não seriam obrigados atualmente a comprar negros. Em vez disso, forçaram todos os índios a alistarem-se no exército local.”⁶³

1.12 O *gaúcho* caçador de gado

O gado, criado à gandaia, à lei da natureza, multiplicou-se pelas margens esquerda e direita do Rio da Prata. Os rebanhos crescendo de forma assombrosa espalharam-se por todo o território. Atrás dele, sobretudo pelo couro, chegavam os vacarianos – nativos, *gaúchos*, portugueses e espanhóis pobres.

Na região platina, outro personagem histórico entrava em cena para caçar o gado. O *gaúcho* teria se formado do contato do europeu com o americano, do nativo destribalizado que vagueava desgarrado pelos campos platinos.⁶⁴ Nos primórdios, surge errante, vago, vivendo sem chefes, sem leis, sem governo, sem polícia. Em *Imagens do gaúcho: história e mitificação*, de 1996, a historiadora Daisy Lange Albeche propõe que os *gaúchos* eram grupos sociais “sem princípios, sem honra, de vida livre que vagam pelos campos da fronteira, aproveitando-se das desordens causadas pelas lutas entre espanhóis e portugueses, para pilhar e roubar estâncias”.⁶⁵

Em *O Gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande do Sul e no Rio da Prata*, de 1986, o escritor e jornalista Carlos Reverbel defende que o “gaúcho apareceu, na sua feição primitiva, em terras do rio da Prata. E começou a esboçar-se,

⁶² SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. 138-139.

⁶³ BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Ob. cit. p. 90.

⁶⁴ Ver MAESTRI, Mário. *Deus é grande o mato é maior: História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS*. Passo Fundo: EdiUPF, 2002. p.119; BRAZ, Evaldo Munõz. *Retratos do gaúcho antigo: a gênese de uma cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002. p 23.

⁶⁵ ALBECHE, Daisy Lange. *Imagens do gaúcho: história e mitificação*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1996. p. p. 33-34.

como tipo social, a partir de 1536, data da primeira fundação de Buenos Aires”.⁶⁶ O *gaúcho* histórico é produto resultante da fartura pastoril – carne e couro – existente nos campos da região platina. Reverbel afirma que, “à medida que se desenvolvia o negócio de couros, surgiu uma pacotilha, formada por indivíduos que cortavam os campos, encarregando-se de coletar couros para os traficantes europeus, em troca de artigos que estes traziam do exterior”. O mesmo autor afirma que inicialmente, os membros dessa “pacotilha” eram chamados “changadores” e, depois, de *gaúchos*.⁶⁷

Para o viajante comercial francês Nicolau Dreys, que viveu no Rio Grande do Sul dos anos 1817-27, os *gaúchos* eram “nômades, habituados nas margens do Rio da Prata”, viviam das “campinas ao norte de Montevidéu”, estendendo-se “em todo o território banhado pelo Paraguai, Paraná e Uruguai, até o Oceano, em todas as partes onde há estâncias ou charqueadas em que servem de peões”.⁶⁸ Em *Geografía física y esférica de las provincias del Paraguay y Misiones Guaranies (1790)*, publicada postumamente em 1847, Félix de Azara, que esteve na região do Prata em 1781-1801, anotou que “os trabalhadores do campo, chamados peões, cavaleiros, *gaúchos*, *camiluchos* e *gaudérios*, *gauchos* e *changadores* são a ralé do Rio da Prata e Brasil”.⁶⁹

1.13 Courama e contrabando

A courama foi à primeira atividade produtiva da região e constituía-se da “caça ao couro, ao sebo e à graxa do gado”.⁷⁰ No lombo do cavalo, vacariando, o espanhol pobre, o nativo, o mestiço e o *gaúcho* perseguiram o gado em campo aberto. O gado era “desgarronado por cavaleiros interessados no seu couro, sebo e língua. A carne era abandonada, à exceção do pouco utilizado para consumo imediato”.⁷¹

⁶⁶ REVERBEL, Carlos. *O Gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande do Sul e no Rio da Prata*. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 99.

⁶⁷ Id. ib. p. 99.

⁶⁸ DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da provincia do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob. cit. p. 160.

⁶⁹ AZARA, Félix. *Geografía física y esférica de las provincias del Paraguay y Misiones Guaranies (1790)*. Apud. NICHOLS, Madaline Wallis. *O gaúcho*. Ob. cit. p. 30.

⁷⁰ LIMA, Solimar Oliveira. *Triste Pampa: Resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no Rio Grande do Sul 1818 – 1833*. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1997. p. 27.

⁷¹ MAESTRI, Mário. *Deus é grande o mato é maior*. Ob. Cit. p. 18.

No início do século 18, “um contrabando intenso e variado que tanto abarcava os couros como o gado em pé – vacum, cavalari e muar – panos europeus, ferro, a prata peruana, escravos, sal, especiarias, erva-mate e fumo” dinamiza a economia da região do Prata.⁷² O *gaúcho*, ladrão de gado, participou ativamente desse o contrabando.

Em *Gaúcho: caçador de gado – cavaleiro ideal de romance*, de 1946, a antropóloga estadunidense Madaline Wallis Nichols assinalou que o *gaúcho* era “fundamentalmente um colono contrabandista cujo negócio era o comércio de couros de gado. Seu trabalho era grandemente ilegal; seu caráter lamentavelmente repreensível; sua posição social à margem da lei”.⁷³

Para a autora, a principal atividade econômica dos *gaúchos* era o contrabando de couros. Os couros eram entregues aos traficantes europeus e lhes rendia algum dinheiro e produtos como a aguardente, garantindo assim, sua sobrevivência e seu modo de vida. Por longos anos, vivendo mais ou menos às margens da ordem social vigente, esse personagem acompanhou a evolução histórica das estâncias da região do Prata e sul-rio-grandense.

1.14 Pousos, paragens, campos de cria

Nas primeiras décadas dos setecentos, segundo proposição de Guilhermino César, a estância chimarrã ou primitiva seria algo assemelhado a “pousos, paragens, campos de cria, fazendas, erguidos onde havia abundância de gado, onde os interessados estanciavam para reunir o gado selvagem e extrair o couro, um arranchamento provisório construído pelo e a maneira do nativo”.⁷⁴ Originária dos currais primitivos, local onde as reses amansadas eram deixadas em liberdade para posterior formação do criatório, e, a partir de 1700, da exploração das Vacarias do Mar e dos Pinhais, prosperou e evoluiu para a “estância clássica ao molde platino com uma função econômica determinada, onde o gado era criado sob costeiro e já se empregavam as marcas e sinais”.⁷⁵

⁷² CESAR, Guilhermino. *O contrabando no sul do Brasil*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978. p. 11.

⁷³ NICHOLS, Madaline Wallis. *O gaúcho: caçador de gado – cavaleiro ideal de romance*. [Trad. e notas Castilhos Goycochêa]. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946. p. 27.

⁷⁴ Cf. GUILHERMINO, Cesar. *Origens da economia gaúcha*. Ob. cit. 64.

⁷⁵ Id. ib. 64.

O gado, sobretudo *vacum*, foi à gênese da economia pastoril sul-riograndense. Os campos multiplicaram o gado, o gado fixou o homem a terra. No começo temos como demiurgos do processo histórico os nativos, o aldeamento missionário, o *gaúcho*, o gado, as disputas pelo território entre portugueses e espanhóis. No desenvolvimento evolutivo histórico das estâncias, outros atores sociais, sobretudo trabalhadores escravizados, alavancaram a economia pastoril do Rio Grande do Sul.

Capítulo 2

Política, Administração, Povoação e Relações Sócio-Produtivas

2.1 Fundação da Colônia do Sacramento e Laguna

Em 1680, no extremo-sul da deserta *Banda Oriental do rio Uruguai*, diante de Buenos Aires, os portugueses fundam a Colônia do Sacramento. Entre outros objetivos, os portugueses pretendiam com a “venda de cativos na bacia do Prata” participar do rendoso contrabando local”.⁷⁶ Em *Troncos seculares*, de 1931, o general e historiador João Borges Fortes lembra que, em 1684, os portugueses fundam Laguna, um “posto intermediário, levantado para servir de apoio e reforço, naquele imenso deserto que era o Sul do Brasil, à pretensão que a Colônia afirmava”.⁷⁷

A fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, uma espécie de “fortaleza-entreposto” de Portugal, ensejou que o posto se transformou em um ativo centro de contrabando, onde o comércio clandestino trouxe, mais tarde, “os maiores benefícios mercantis ao Rio Grande de São Pedro”.⁷⁸ Com a fundação da Colônia do Sacramento, teve início uma longa e turbulenta rivalidade no sul da América que se estendeu por século e meio entre o império lusitano e o espanhol.

A Colônia do Sacramento foi objeto de disputa entre espanhóis e portugueses. Logo após a sua fundação, “a reação espanhola foi rápida e enérgica: meses depois, 250 soldados e 3.000 índios missioneiros, sob a autoridade do Governo de Buenos Aires, assaltaram Colônia e transformaram o sítio em ruínas”.⁷⁹ Sob as ordens do Governador de Buenos Aires, a Colônia do Sacramento foi

⁷⁶ MAESTRI, Mário. *Deus é grande o mato é maior*. Ob. cit. p. 34.

⁷⁷ FORTES, João Borges. *Troncos seculares: o povoamento do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998. p. 16.

⁷⁸ CESAR, Guilhermino. *O contrabando no sul do Brasil*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978. p. 16.

⁷⁹ Id. Ib. p. 44.

destruída e dom Manuel Lobo, fundador da Colônia, preso. Portugueses e espanhóis intercalam-se na posse da Colônia por um bom período.⁸⁰

2.2 Intercalando a posse da Colônia

Em 8 de fevereiro de 1750, as duas nações ibéricas firmam o Tratado de Madri que, entre outras cláusulas, previa a entrega da Colônia de Sacramento à Espanha e dos Sete Povos das Missões a Portugal.⁸¹ Entretanto, comandada por *Sepé Tiarajú*, a resistência nativa se organizava para defender o território missioneiro.

Conde D’Eu, esposo da princesa Isabel, assinalou em *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*, que “tão próspero estava o império dos padres, que as duas Coroas se viram obrigadas a reunirem as suas forças armadas contra os indígenas por eles excitados a oporem-se a qualquer retificação de fronteiras”.⁸² Entre os anos de 1752-7, as forças militares espanholas e portuguesas se unificaram para combater os nativos e, no dia sete de fevereiro de 1756, o cacique guarani *Sepé* foi morto na batalha que antecedeu o massacre de Caiboaté.⁸³

A paz firmada pelo Tratado de Madri durou onze anos. Em *A guerra guaraníca*, de 2004, o historiador Tau Golin escreve que: “Em 12 de fevereiro de 1761, os reis d. José I e d. Carlos III anularam o tratado de Madri com o Tratado do Pardo. A paz dos últimos anos daria lugar a novos conflitos.”⁸⁴ Em 1763, o governador dom Pedro de Cevallos e suas tropas avançam sobre a fortaleza de Jesus-Maria-José, subjugando a vila de Rio Grande e instalando ali um governo castelhano. A dominação espanhola nos territórios de São Pedro do Rio Grande do Sul durou de 1763 a 1776. Em fevereiro de 1776, o vice-rei do Brasil dom Luis de Almeida Soares ordenou que as tropas lusitanas conquistassem o território ocupado pelos espanhóis. A Capitania de São Pedro retornou às mãos da Coroa Portuguesa.⁸⁵

⁸⁰ Cf. FONSECA, Pedro Arí Veríssimo da. *Tropeiros de mula*. Ob. cit. p. 62.

⁸¹ Cf. CAMARGO. *O Malón de 1801*. Ob. cit. p. 63.

⁸² D’EU, Conde. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: ~~Ed.~~ Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981. p. p. 46-47.

⁸³ Ver mais sobre a guerra guaraníca em GOLIN, Tau. *A guerra guaraníca: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. 3. ed. Passo Fundo: EdiUPF, 2004. p. 417.

⁸⁴ GOLIN, Tau. *A guerra guaraníca: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. 3. ed. Passo Fundo: EdiUPF, 2004. p. 37.

⁸⁵ Cf. CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha*. Ob. cit p. p. 87-89.

A paz definitiva entre portugueses e espanhóis foi assinada em 1777 com o Tratado de Santo Idelfonso.⁸⁶ Em *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*, de 2002, o historiador Paulo Afonso Zarth propõe que “a própria concessão das terras estava nas mãos dos chefes militares” e, após a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso, “grande parte desses militares, desde soldados até oficiais, fixaram-se na região, tornando-se estancieiros”.⁸⁷

2.3 Albergados luso-brasileiros

Três décadas após a descoberta do Brasil, incapaz de financiar com os recursos próprios a ocupação do território, a Coroa portuguesa dividiu a colônia americana em quinze capitanias hereditárias, de em média, “50 léguas de beira-mar”. Sobretudo membros da pequena nobreza lusitana, os donatários responsabilizavam-se com El Rey, dom João III, de ocupar, colonizar e explorar efetivamente suas glebas de terra recebidas.⁸⁸

A capitania d’El Rey de São Pedro do Rio Grande do Sul foi entregue, por concessão, aos “irmãos Correa” que, por não cumprirem com os compromissos assumidos, acabaram perdendo os direitos donatários. A capitania retornou então a Coroa portuguesa. Durante todo o século 17, os atuais territórios do Rio Grande do Sul foram subordinados ao governo do Rio de Janeiro.⁸⁹

Em 1715, o capitão Francisco de Brito Peixoto, governador e fundador de Laguna, a mando do governador do Rio de Janeiro, Francisco da Távora, enviou batedores para reconhecer as campanhas do sul até a Colônia de Sacramento. Ao retornarem, foram aprisionados pelos nativos e, mais tarde, libertaram-se do cativeiro. Em 1725, o capitão Francisco de Brito Peixoto enviou uma segunda

⁸⁶ De acordo com o historiador Fernando Camargo a historiografia brasileira consagrou o termo Santo Idelfonso para ambos os tratados (1777 e 1778), mas apenas o primeiro e preliminar foi firmado naquela localidade espanhola. O segundo foi firmado em El Pardo. Ver CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801*. p. 72.

⁸⁷ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 60.

⁸⁸ Ver mais sobre capitanias Hereditárias em FONSECA, Célia Freire A. *A economia europeia e a colonização do Brasil: a experiência de Duarte Coelho*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1978; FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagens filosóficas pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato grosso e Cuiabá*. [S.1]: Conselho Federal de Cultura, 1972. MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil Colônia*. São Paulo: Contexto, 1997.

⁸⁹ Cf. CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 3 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002. p. 76; BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: PARULA, 1997. p. 26.

expedição, de 55 homens, que percorreu o território e apoderou-se de “grande porção de gado em Maldonado”.⁹⁰ Peixoto ordenou ao seu genro, João de Magalhães, fazer uma aliança com os minuanos e fundar estâncias no litoral. Em *Costumes do Rio Grande do Sul*, de 1883, o escritor santamariense João Cezimbra Jaques lembra que em boa parte foi com o auxílio dos minuanos que os luso-brasileiros ocuparam os territórios sulinos e muitas das primeiras estâncias foram fundadas.⁹¹

Em *O escravo no Rio Grande do Sul*, de 2006, o historiador Mário Maestri afirma que a introdução do cativo negro nas estâncias sulinas data desse período. De acordo com esse autor a “*expedição* de João Magalhães, que partiu de Laguna, em 1725, em demanda do Sul, composta de 31 membros, era formada, em maior parte, por homens pardos escravos”.⁹²

2.4 Fundação do presídio Jesus-Maria-José

Em 1737, para melhor apoiar logisticamente a Colônia do Sacramento, comandados pelo brigadeiro José da Silva Paes, os lusitanos fundaram o presídio Jesus-Maria-José, na margem direita do porto de Rio Grande. João Cezimbra Jaques assinalou que o brigadeiro trouxe duas companhias “uma cavalaria de dragões de Minas Gerais e outra de infantaria, com algumas peças de artilharia, cujo número constava ao todo de 200 homens”.⁹³ O historiador Mário Maestri afirma que há “registro abundante do uso de trabalhadores escravizados” e propõe que “uma operação como essa era impensável sem a ajuda do braço cativo”, nas condições da época.⁹⁴

O brigadeiro José da Silva Pais cuidou de organizar a defesa do forte. Junto ao presídio, edificou a igreja *Ermida de Jesus-Maria-José do Porto*. A meia légua construiu outro forte, o de Santana do Estreito. Mais tarde, ao passo do Arroio Chuí, montou uma guarda permanente de quinze dragões. Organizou guardas permanentes no Saco da Mangueira e no Taim. Com essas providências, ao findar 1737, casais de

⁹⁰ Cf. JAQUES, João Cezimbra. *Costumes do Rio Grande do Sul*: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica. Porto Alegre: Tipografia de Gundlach & Comp. 1883. p.34.

⁹¹ Id. ib. p.34.

⁹² MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul*: trabalho, resistência e sociedade. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 43.

⁹³ JAQUES, João Cezimbra. *Costumes do Rio Grande do Sul [...]*. Ob. cit. p. 35.

⁹⁴ MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul [...]*. Ob.cit. p. 45.

portugueses transmontanos deslocaram-se da Colônia de Sacramento para povoar o território. Outros casais, vindos do Rio de Janeiro, tiveram o mesmo destino.⁹⁵

Em *Colonialismo e missões jesuíticas*, de 1983, o historiador Moacyr Flores propõe que o “povoamento português caracterizou-se pela distribuição de sesmaria na linha de fronteira”. Em *Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço Português*, de 2006, o historiador Miguel Frederico do Espírito Santo assinalou que o “processo de concessão de sesmarias, que antecedeu a fundação oficial do Rio Grande de São Pedro, em 1737, visava [...] implementar as condições para assegurar a Portugal as campanhas do Sul”.⁹⁶ Uma sesmaria tinha “em torno de treze mil hectares”.⁹⁷ Ao distribuir sesmarias para povoação do território, o “latifundiário não estava apenas defendendo as terras de Portugal, mas principalmente sua propriedade e sua família”.⁹⁸

Nas proximidades da atual cidade de Rio Grande, os casais transmontanos e luso-brasileiros receberam terrenos onde construíam suas choupanas. No ano seguinte, em 1738, Silva Pais distribuiu grandes estâncias entre seus oficiais ao longo da linha que, partindo do litoral atlântico, atingia o rio Uruguai.⁹⁹ Fechava-se o tripé no Sul português: Colônia do Sacramento-Presídio-Jesus-Maria-José- Laguna. O litoral dos atuais territórios do Rio Grande do Sul estavam relativamente protegidos.

A Capitania D’El Rey de São Pedro de Rio Grande do Sul surgiu em função de resguardar a retaguarda dos interesses portugueses no Rio da Prata. Por isso, comandados pelo brigadeiro José da Silva Paes, os lusitanos fundaram o Presídio de Jesus-Maria-José em Rio Grande, em 1737, e distribuíram estâncias aos oficiais entre “a Lagoa Mirim e a da Mangueira, para preservar a região de incursões dos coureadores platinos – os tão temidos ‘vagos’”.¹⁰⁰ O historiador Paulo Afonso Zarth assinalou que as “autoridades militares incentivavam a instalação de estâncias ou

⁹⁵ Cf. CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 3 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002. p. p.111-114.

⁹⁶ BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1. (coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 35.

⁹⁷ EIFERT, Maria Beatriz Chini. *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1883)*. Passo Fundo: EdiUPF, 2007. p. 25.

⁹⁸ FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Porto Alegre: EST/Instituto de Cultura Hispânica do Rio grande do Sul, 1983. p. 60.

⁹⁹ Cf. CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. p.111-114.

¹⁰⁰ CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005. p. 155.

lavouras para os oficiais e soldados das fortificações, com o objetivo de povoar a área e garanti-la ao reino de Portugal”.¹⁰¹

2.5 Movimento estratégico

Temendo que a Espanha ocupasse a ilha de Santa Catarina, em dezembro de 1737, por ordem do General Gomes Ferreira de Andrade, comandante militar do Rio Grande de São Pedro, o brigadeiro José da Silva Pais desloca-se para promover a defesa de Laguna. O mestre-de-campo André Ribeiro Coutinho assumiu a comandância militar de Rio Grande. Ficou no posto por três anos, de dezembro de 1737 a dezembro de 1740.¹⁰² Segundo Cezimbra Jaques, em *Costumes do Rio Grande do Sul*, de 1883, “nada ocorreu de notável durante os três anos que Coutinho governou o Rio Grande”. André Coutinho foi “substituído pelo Coronel Diogo Osório Cardoso” que “organizou um regimento de dragões para guarnecer o território”.¹⁰³ Entre 1747 e 1750, sob o nome de São Pedro, o forte de Sant'Ana foi deslocado para onde está hoje a cidade de Rio Grande. Até 1763, Rio Grande foi sede da capitania.¹⁰⁴

A partir de meados do século 18, europeus oriundos da ilha dos Açores fortaleceram a ocupação do Rio Grande do Sul. Em *Almanack da vila de Porto Alegre (1808)* o transmuntano Manoel Antônio Magalhães responsável pela coleta de impostos na Capitania de São Pedro, assinalou que “Porto Alegre, capital de toda a capitania, principiou a povoar-se com vinte e dois casais das Ilhas no ano de 1762; chamava-se Porto dos Casais, hoje vila de Porto Alegre, com 1.215 fogos e 6.035 almas, excedendo a cinquenta mil as de toda a capitania, contemplando todas as nascidas até janeiro de 1808”.¹⁰⁵

Em *Frenteira Rebelde*, de 1995, o historiador estadunidense John Chasteen propõe que o maior interesse dos portugueses ao povoar o então Porto dos Casais

¹⁰¹ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*. Ob.cit. 58.

¹⁰² Cf. id.ib. p. 114.

¹⁰³ JAQUES, João Cezimbra. *Costumes do Rio Grande do Sul*. Ob. cit. p. 35.

¹⁰⁴ Cf. BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Ob. cit. p.29.

¹⁰⁵ MAGALHÃES, Manoel Antônio. *Almanack da vila de Porto Alegre*. In FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980. p.98.

com os colonos das ilhas atlânticas era formar uma força demográfica objetivando a defesa do território e a expulsão dos espanhóis.¹⁰⁶

2.6 Ocupação espanhola

Em 1763, como vimos, os espanhóis tomaram o Presídio Jesus-Maria-José causando a ruína dos estabelecimentos rurais luso-rio-grandense.¹⁰⁷ A sede da capitania foi então transferida para Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Em 1773, a sede passa a ser Porto Alegre.¹⁰⁸ Durante a guerra contra os espanhóis, que durou treze anos, os estancieiros “trouxeram da Banda Oriental imensa quantidade de gado, que repovoou os campos e contribuiu eficazmente para a prosperidade e a riqueza da região”.¹⁰⁹ Em 1776, o exército luso-brasileiro retoma o controle de Rio Grande.¹¹⁰

Até 1800, os atuais territórios do Rio Grande do Sul eram dependentes do governo do Rio de Janeiro. Em 1807, foi criada a “Capitania de São Pedro, com governo independente, subordinada apenas, como as demais, ao Vice-rei e Capitão general do Estado do Brasil”.¹¹¹

2.7 A passos de tartaruga

A evolução das estâncias foi lenta e gradual. O gado foi introduzido nos atuais territórios do Rio Grande do Sul, por volta de 1626, pelos missionários, como assinalado anteriormente. Em 1637, os bandeirantes atacaram as reduções e obrigaram os jesuítas a bandear para a margem direita do Uruguai. Abandonado, o gado ficou procriando nos campos, retornando a sua existência selvagem. A seguir, o gado chimarrão transferiu-se para a margem meridional do rio Jacuí, formando as vacarias do Mar.

¹⁰⁶ CHASTEEN, John Charles. *Fronteira Rebelde: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos*. Albuquerque: University of New Mexico Press, USA, 1995. p. 35. [Trad. Rafael Augustus Segal, Thelma Belmonte, Elvino Funk]. p. 37.

¹⁰⁷ Cf. CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005. p. p. 85-89.

¹⁰⁸ BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Ob. cit. 29.

¹⁰⁹ Id. ib. p. 46.

¹¹⁰ CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha*. Ob. Cit. p. 89.

¹¹¹ Cf. BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Ob. cit. p.26.

Quando o gado das Vacarias do Mar [1682] começou a se esgotar, os vaqueiros dos Sete Povos introduziram, a partir de 1700, milhares de touros e vacas nos Campos de Cima da Serra, formando as Vacarias dos Pinhais.

Em 1769, nos territórios sulinos, já se fazia “oficialmente o registro das marcas e sinais dos fazendeiros estabelecidos no Continente de São Pedro”.¹¹² Em *Origens da economia gaúcha*, obra póstuma, publicada em 2005, Guilhermino César propõe que, com a introdução da marcação, o que distinguia a propriedade do estancieiro não era “propriamente a terra, cujos limites ele mesmo ignorava, mas o rebanho que pudesse reunir sob sua marca”. Como veremos, no Capítulo 4, nesses primeiros tempos, o valor do gado dominava fortemente sobre o da terra.¹¹³

Com a reconquista de Rio Grande, em 1776, os campos da Campanha foram ocupados pelos “futuros estancieiros” através da “concessão sesmeira dada pelas autoridades militares. Militares, tropeiros, açorianos, lagunenses etc. conseguiram, por doações ou preços irrisórios, vastas áreas de terras que deram origem às grandes estâncias” sul-rio-grandense.¹¹⁴

2.8 Estância crioula

Em *Origens da economia gaúcha*, Guilhermino César propõe que, nas primeiras décadas do Setecentos, a “estância chimarrã” ou “primitiva” seria algo assemelhado a “pousos, paragens, campos de cria, fazendas, erguidos onde havia abundância de gado, onde os interessados estanciavam para reunir o gado selvagem e extrair o couro, um arranchamento provisório construído pelo e a maneira do nativo”.¹¹⁵ Originária dos currais primitivos, local onde as reses amansadas eram deixadas em liberdade para posterior formação do criatório, e, a partir de 1700, da exploração das vacarias do Mar e dos Pinhais, essa unidade produtiva prosperou e evoluiu para a “estância clássica ao molde platino com uma função econômica determinada, onde o gado era criado sob costeiro e já se empregavam as marcas e sinais”.¹¹⁶

¹¹² CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha*. Ob. Cit. p. 115.

¹¹³ GUILHERMINO, Cesar. *Origens da economia gaúcha*. p. 115.

¹¹⁴ EIFERT, Maria Beatriz Chini. *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1883)*. Ob. cit. p. 30.

¹¹⁵ Cf. CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha*. Ob. cit. p. 64.

¹¹⁶ Id. ib. 64.

Em *Compêndio noticioso*, em 1776, o brigadeiro Francisco João Roscio propôs que nos atuais territórios sulinos o gado era ainda morto apenas pelo couro: “No tempo conveniente ao transporte matam todos aqueles bois que podem ter couro de 12 até 16 tostões [moeda de níquel equivalente a cem réis] que é sua maior renda e colheita e a carne que não podem comer deixam no campo às aves de rapina que abundam aqueles terrenos.”¹¹⁷

O gado que, até 1780, era caçado, sobretudo pelo valor do couro, passa a seguir a ser valorizado por inteiro: couro, crinas, sebo, chifres e principalmente a carne. Em *Deus é grande o mato é maior*, de 2002, o historiador Mário Maestri propõe que, anteriormente, a “subutilização da carne dos animais devia-se, essencialmente, à dificuldade de transportá-la até os mercados consumidores”.¹¹⁸

2.9 Charqueadas

Nos anos 1780, a economia pastoril sul-rio-grandense deu seu primeiro salto qualitativo. As primeiras charqueadas sulinas produzindo em grande quantidade foram alavancadas pelas grandes secas do nordeste, de 1777, 1779 e 1792, que dizimaram os rebanhos da região, sobretudo dos atuais Estados do Piauí e do Ceará, tradicionais fornecedores de carne-seca para as capitanias brasileiras. O recuo da produção nordestina contribuiria para a consolidação da produção do Rio Grande do Sul, que se tornaria o principal centro charqueador do Brasil.¹¹⁹

Segundo Mário Maestri, “em 1780, após chegar do Ceará, o lusitano José Pinto Martins fundou, nas imediações do arroio Pelotas, o possivelmente primeiro estabelecimento [charqueador] mais complexo do Rio Grande do Sul. Porém, inicialmente, suas instalações eram muito pobres: alguns varais, galpões de palha, tachos de ferro para a extração por fervura da graxa e do sebo etc. Fora o charque, o sebo, a graxa e os couros – estaqueados, não salgados – o resto era perdido [cornos, cinzas, crina, etc.] Trinta e quatro trabalhadores cativos labutavam no estabelecimento de Pinto Martins”.¹²⁰

¹¹⁷ ROSCIO, João Francisco. *Compêndio noticioso*. p. p. 105-140. In FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. p. 135.

¹¹⁸ MAESTRI, Mário. *Deus é grande o mato é maior*: História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: EdiUPF, 2002. p. 18.

¹¹⁹ MAESTRI, Mário. *Deus é grande o mato é maior*. Ob.cit. p.20

¹²⁰ Id. Ib. p.20

O sistema produtivo era precário na nascente indústria do charque: “[...] para obter-se o charque, as carnes eram retalhadas em tiras e empilhadas sobre couros com camadas interpostas de sal. A seguir as pilhas eram cobertas com couros, sobre os quais se depositavam pesos para que se acelerasse a perda de líquidos pelas carnes. Finalmente, as carnes eram estendidas em cordas ou varas para secar. À noite eram recolhidas.”¹²¹

2.10 Aguardente e chicote

As condições de trabalho nas charqueadas descritas pelo viajante francês Saint-Hilaire, em 1820, eram muito duras: “Ao imaginar essa multidão de animais decapitados, o sangue a correr em borbotões, a prodigiosa quantidade de carne exposta nos secadouros, vejo que tais lugares devem inspirar contrariedade e pavor.”¹²² Para executar esta atividade penosa era necessária a presença da mão de obra escravizada.

Segundo Mário Maestri, “as charqueadas eram verdadeiros estabelecimentos penitenciários. Nas margens do arroio Pelotas funcionava cerca de quarenta charqueadas, com, em média, uns sessenta cativos cada [...]. Os animais abatidos eram preparados por trabalhadores escravizados que labutavam em tarefas especializadas, semi-especializadas e não especializadas, durante 16 e mais horas diárias, embalados pelo chicote do capataz e pequenas canecas de aguardente”.¹²³

Em *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*, Saint-Hilaire, que não era um anti-escravista, relatara essa realidade: “Nas charqueadas os negros são tratados com rudeza. O sr. Chaves, tido como um dos charqueadores mais humanos, só fala aos seus escravos com exagerada severidade, no que é imitado por sua mulher; os escravos parecem tremer diante de seus donos.”¹²⁴ A coerção física era mecanismo essencial utilizado pelos charqueadores para manter a produção.

¹²¹ Id. ib. p. 19.

¹²² SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Trad. Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 74.

¹²³ MAESTRI, Mário. *Deus é grande o mato é maior*. Ob. cit. p. 47.

¹²⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. p. 58-73.

2.11 Travessia infernal

O cativo *novo* [procedente da África Negra], ao perder seu nome africano e receber como *segundo nome* sua procedência, permite aos historiadores identificar, de uma forma muito geral, o porto em que o cativo foi embarcado. Em *A servidão negra*, de 1988, o historiador Mário Maestri lembra que esse é “o caso do cativo *mina*, procedente da fortaleza erguida em 1482, na Costa Ouro, na atual Gana.”¹²⁵

No artigo “O negro nas charqueadas pelotenses”, de 1991, o historiador Jorge Euzébio Assunção, ao analisar inventários do 1º e 2º Cartórios de Órfãos de Pelotas, entre 1780 a 1888, constatou que nas charqueadas havia um “predomínio dos escravos africanos em detrimento dos crioulos” e que eles seriam das seguintes nacionalidades/etnias: moçambique, minas, benguela, rebole, congo, nagô, angola, cabinada, monjolo e mina. Sendo os trabalhadores escravizados minas os de maior número nas charqueadas pelotenses.¹²⁶

Crioulos eram os cativos nascidos no Brasil. Cativo *mina* era a denominação dada aos escravos oriundos da costa situada ao leste do castelo de São Jorge da Mina, atual República do Gana, das regiões das atuais Repúblicas do Togo, Benin e Nigéria. Esses trabalhadores escravizados eram conhecidos principalmente como negros *mina-jejes* e *mina-nagôs*.¹²⁷

Em *A servidão negra*, de 1988, Mário Maestri assinala que a viagem transatlântica, com um “pouco de sorte”, poderia durar quinze dias. Não raro a agonia dos escravizados nos porões dos navios se prolongava por três a quatro meses. Devido ao “sofrimento” e a “mortalidade”, os cativos, ao avistarem a costa, “batiam palmas e cantavam de contentamento”. Os tumbeiros provenientes da África aportavam nos portos do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luis. Alguns se dirigiam diretamente para os portos de Rio Grande, Desterro e Belém. O desembarque dos cativos constituía uma cena triste: “Seminus, magérrimos, com os olhos saltando das órbitas, cobertos de pústulas, era um espetáculo triste de ser visto e ainda pior de ser cheirado”.¹²⁸

¹²⁵ MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul*. Ob. cit. p. 53.

¹²⁶ TRIUMPHO, Vera (org.). Rio Grande do Sul: *Aspectos da Negritude*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1991. p. 124.

¹²⁷ Cf. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 12

¹²⁸ MAESTRI, Mário. *A servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p.p. 41-42.

Os trabalhadores escravizados teriam estado presente em praticamente todos os estágios evolutivos das fazendas pastoris sul-rio-grandense. A exceção fica a cargo da estância missioneira espanhola rio-grandense do Seiscentos e primeiras décadas do Setecentos.

2.12 Cativos caros

Como registra o inventário de 1789 de Sebastião da Costa, de Rio Pardo, o preço dos cativos existentes na estância em finais do Oitocentos era elevado. Sua estância de “meia légua de comprido”, por “meio quarto de légua de largo”, uns 9.250 hectares, criava, entre gado vacum, cavalares e ovino, manso e alçado, mil duzentos e cinco cabeças, com sete cativos e duas cativas. Estância com praticamente todo o gado vacum cavalares e muar marcado, apesar de sua dimensão. Nas Tabelas 1 e 2 registramos os dados encontrados.

Tabela 1: Animais vacuns, cavalares e ovinos. Inventário Sebastião da Costa. Rio Pardo [1789].

Quantidade	Marcado	Preço
370 vacas chucras	“de rodeio de marca pra cima”	\$ 900 cada
189 reses – machos e fêmeas	marcação do ano passado (1788)	\$ 640 cada
39 vacas mansas leiteiras	não consta*	1\$280 cada
68 reses tambeira	não consta	1\$000 cada
10 bois mansos	não consta	2\$000 cada
374 égoas chucras	marca pra cima	\$ 240 cada
02 égoas mansas	não consta	\$ 1\$280 cada
68 potros	marca pra cima	\$ 800 cada
32 cavalos mansos	não consta	3\$200 cada
53 ovelhas	Não	\$ 240 cada
Total:	1.205	853\$720

* apesar de não constar no documento como marcados, por serem gados mansos deduz-se que o eram.

Fonte: Inventários *post-mortem*. Rio Pardo. Cartórios de Órfãos e Ausentes. N 40; M 2; E 47, 1789. Arquivo Público do Rio grande do Sul (APERGS). Inventário Sebastião da Costa. fls. 05-06.

Tabela 2: Trabalhadores cativos. Inventário Sebastião da Costa. Rio Pardo [1789].

Nome	Idade	Preço
Vicente – crioulo	13 anos	76\$800
Bento – mulato	12 anos	76\$800

Antônio – mulato	11 anos	76\$800
Victoriano – crioulo	10 anos	70\$400
Thomas – mulato	7 anos	51\$200
Belchior – mulato	4 anos	38\$000
Joaquim – mulato	3 anos	32\$000
Simoa – crioula	40 anos	51\$200
Maria – mulata	13 anos	76\$800
Total:	09	550\$000

Fonte: Inventários *post-mortem*. Rio Pardo. Cartórios de Órfãos e Ausentes. N 40; M 2; E 47, 1789. Arquivo Público do Rio grande do Sul (APERGS). Inventário Sebastião da Costa. fls. 05-06.

O valor total dos cativos corresponde a aproximadamente 64,5% do valor total do gado. Ou seja, nove cativos valem 64,5% de 1.205 cabeças de gado. Tendo como parâmetro o cativo e o gado mais caro – 76\$800 e 2\$000 respectivamente –, em 1789, um trabalhador escravizado valia o equivalente a 38,5 bois mansos. Essa balança ficará cada vez mais desequilibrada em favor do cativo, sobretudo se for campeão, no desenvolvimento histórico/evolutivo da economia pastoril sul-riograndense, como veremos com maior vagar nos Capítulos 5 e 6.

2.13 Lides campeiras

Em 1808, no *Almanack da vila de Porto Alegre* o luso-brasileiro Manoel Antônio Magalhães apresentou avanços organizativos nas estâncias sulinas. Informa o autor que tinha “notícias que alguns rebanhos já vêm ao curral”.¹²⁹ Juntar o gado no curral requer mão de obra campeira – peões ou cativos.

Em 1817, o francês Nicolau Dreys adentra como comerciante na Província do Rio Grande de São Pedro. De 1817 a 1827, percorre o interior da capitania. Em 1839, publicou suas observações em *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Para Dreys, “estância perfeita”, ou seja, ideal era “aquela cercada por limites naturais, como morros íngremes, matos impenetráveis, e melhor de tudo, rios profundos, pois dali não pode sair o gado vagabundo”.¹³⁰ O gado continuava sendo criado, sobretudo ao sabor da natureza.

¹²⁹ MAGALHÃES, Manoel Antônio. *Almanack da vila de Porto Alegre*. p. 75-104. In FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. p. 86.

¹³⁰ DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, EdiPUCRS, 1990. p. 130.

Nicolau Dreys escreveu que a estância era servida por um “capataz, e por *peões*, debaixo da direção daquele; às vezes **os *peões são negros escravos***, outras vezes e mais comumente são *índios* ou *gaúchos* assalariados; sua ocupação consiste em velar sobre os animais, contê-los nos limites da estância, reuni-los, guardá-los e apartá-los quando é mister”.¹³¹ Nicolau Dreys assinalou em forma apologética que, depois de trabalharem, numa charqueada, da “meia noite ao meio dia”, os cativos ficavam “tão pouco cansados” que não era “raridade vê-los consagrar a seus *batuques* as horas de repouso”.¹³²

Em *O Conde de Piratini e a Estância da Música*, de 1978, Guilhermino Cesar propõe que o “grosso do pessoal da estância eram os peões [...] Entre o estancieiro e esses auxiliares – *os peões de estância* – ficava o capataz”.¹³³ O capataz deveria ser um empregado que, além da experiência nas lides campeiras, contasse com a confiança do estancieiro. A função do capataz era de supervisionar o trabalho dos peões, dos cativos, participando sempre ativamente da execução das tarefas.

Em 1820, ao visitar a estância Boa Vista pertencente a José Egídio, Barão de Santo Amaro, Saint-Hilaire assinalou que ela tinha “28 léguas de superfície e é dotada de excelentes pastagens. Diz-se que trinta mil bois poderão viver facilmente em tal área, mas atualmente o rebanho não vai além de seis mil cabeças, devido à má administração a que esteve entregue até bem pouco tempo. Quanto aos cavalos necessários aos serviços da propriedade são contados em número de quinhentos, quantidade essa julgada suficiente”.¹³⁴ Na estância, oitenta trabalhadores escravizados ocupavam-se na construção de um curtume.

Treze anos depois, em *Viagem ao Rio grande do Sul (1833-1834)*, ao visitar a estância da Boa Vista, Arsène Isabelle registrou que o curtume já estava em pleno funcionamento: “Boa Vista é uma estância, pertencente ao Conde de Rio Pardo, antigo camareiro-mor, general, e ministro de D. Pedro I; retirou-se para ali, com sua esposa, depois da partida do Imperador. Possui, dirigido por um francês, um curtume de couros, próximo de sua casa.”¹³⁵

¹³¹ Id. ib. p. 130. (Grifamos).

¹³² Id. ib. p. 167.

¹³³ GUILHERMINO, Cesar. *O Conde de Piratini e a Estância da Música: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Instituto Estadual do Livro; Caxias do Sul. Universidade de Caxias do Sul, 1978. p. 22.

¹³⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. 26.

¹³⁵ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio grande do Sul (1833-1834)*. Ob.cit. p. 70.

Ao visitar a estância do Marechal Chagas, de cinco léguas de extensão, o viajante francês Auguste Saint-Hilaire informa que a mesma possuía “6.000 bovinos e 200 cavalos, valendo 88.000 cruzados [...] precisa para o serviço da estância de um capataz a um 'double' por mês, de 10 peões a 8 patacas”.¹³⁶

Como já assinalado, uma légua de sesmaria tinha em torno de treze mil hectares – em geral 6.600 metros de frente por 19.800 metros de fundos. Saint-Hilaire referia-se a *léguas quadrada* – 4.300 hectares, que comportava, como veremos, em média, “a criação de 1.500 a 2.000 cabeças de gado”.¹³⁷ A estância do Marechal Chagas tinha uma extensão aproximada de 21.500 ha. Ou seja, uma lotação de uma cabeça de gado por 3,5 hectares. Isso nos dá 2.150 ha. com umas seiscentas cabeças, sob a responsabilidade de cada peão.

2.14 Ladrão de gado

Em *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, de 1839, Nicolau Dreys propõe que, nos campos da região do Prata, o *gaúcho* continuava levando uma vida sem “chefes, sem leis e sem polícia”.¹³⁸ O mesmo autor registra o início da reavaliação retórica do gaúcho, certamente devido às guerras da Independência: “Nas guerras precedentes, os gaúchos não combatiam em linha [...] na presença do inimigo, espalhavam-se sem diferentes direções, sempre galopando, aproximando-se e afastando-se alternativamente com a velocidade, evitando habilmente os golpes do adversário, e hostilizando-o continuamente, ora com as armas de fogo, que correndo sabem carregar, ora com o laço e as bolas”.¹³⁹

Em inícios dos anos 1820, Auguste Saint-Hilaire descrevera esse personagem histórico como um homem de má índole: “[...] dada à conhecida índole dos gaúchos é possível imaginar que logo proclamada a Independência foram aproveitados os primeiros momentos de desordem para a pilhagem do gado das estâncias portuguesas e que estas por seu turno vingavam-se nas propriedades espanholas. [...]

¹³⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. 123.

¹³⁷ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. Ob. cit. p. 96.

¹³⁸ DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob.cit. p. 160.

¹³⁹ Id. ib. 162.

nada mais comum aqui que os roubos de animais. É tão banal esse gênero de furto, que chega a ser visto como cousa legítima.”¹⁴⁰

Ao descrever a população da Província de São Pedro, Nicolau Dreys referira-se ao *gaúcho*: “[...] mas a província do Rio Grande oferece ainda a esse respeito uma anomalia bem digna de se notar: é a existência de uma nação mista, intercalada entre populações originárias e que pertence à raça livre [...] de uma liberdade indefinida que as leis das sociedades vizinhas podem dificilmente refrear; dizemos nação por ter essa associação excepcional, moral, costumes e gostos *sui-generis*; entendemos falar dos *Gaúchos*.”¹⁴¹

Nicolau Dreys assinala que o gaúcho do Prata era um excelente cavaleiro que, no lombo de um cavalo era um homem superior. A pé, era um homem ordinário. Empregava-se esporadicamente, quando estava sem dinheiro, nas estâncias como *peões*. Escreveu que os *gaúchos* viviam sem “ordem e sem destino”, portavam “xiripá”, “cingidor”, “poncho”, “faca”, “espada”, “boleadeira”, “laço” e “pistola”, sendo o laço e as boleadeiras, às vezes, as únicas armas que o gaúcho possuía e, na maioria das vezes, fabricava parte destes instrumentos. Eram apaixonados por um jogo de cartas, pelo tabaco, pela dança e pelos bolichos ou *pulperias* onde tocavam ou escutavam uma guitarra.¹⁴²

Insinua sobre a preferência sexual desse ser de disposições “taciturna” e “apática”, relatando que, na maioria das vezes, os *gaúchos* apareciam “sem mulheres” e que manifestavam “pouca atenção para elas”. Conclui seu raciocínio afirmando que o desapego do *gaúcho* pelas mulheres seria benéfico para os membros da sociedade sulina oitocentista, pois evitaria sua “multiplicação”. Essa *falta de mulheres* devia-se a organização social da época.¹⁴³

Em *Viagem ao Rio grande do Sul*, Arsène Isabelle, que esteve nos atuais territórios do Rio Grande do Sul nos anos de 1833-34, praticamente na mesma época em que possivelmente Dreys escrevia seu trabalho, afirmou que depois da guerra de ocupação da Banda Oriental pelos portugueses em 1817, os “brasileiros roubaram da

¹⁴⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. p. 51 – 63.

¹⁴¹ DREYS, Nicolau. Ob.cit. 145.

¹⁴² DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob.cit. 160 - 161.

¹⁴³ Id. ib. p. 160; MAESTRI, Mário. *O gaúcho era gay?* Arquipelago, Revista de Livros e idéias. Outubro de 2006, número 7. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2006. p. p. 56-9.

[...] mais de 4.000.000 de cabeças de gado”. Prossegue o francês no seu relato e assinala que o gado roubado alavancou significativamente as charqueadas sulinas: “[...] antes de 1817, a Capitania Geral do Rio Grande [...] não tinha senão treze estabelecimentos saladeiros [charqueadas], e agora ela possui mais de 200!”¹⁴⁴ Ainda segundo o autor, “grande parte do gado roubado pelos gaúchos, durante as lutas de partido, veio a povoar as pastagens brasileiras”.¹⁴⁵

Em *O Conde de Piratini e a Estância da Música*, de 1978, Guilhermino César propõe que nas estâncias oitocentistas o “furto de gado era freqüente, pois no campo viviam moços andarengos, os ‘vagos’, os ‘gaúchos’, e a indivisão das terras facilitava-lhe a circulação e a atividade predatória”.¹⁴⁶

Apenas mais tarde, como veremos, a partir dos anos de 1870, o “aramado apoderou-se dos campos, estendeu-se por toda parte” e os “fazendeiros cercaram a primitiva liberdade que campeava pelas [...] vastas campinas, onde cruzavam livremente cavaleiros e animais; pois que com o alambrado retalharam seus campos em invernadas, invernadinhas, piquetes, currais e bretes [...] Acabaram-se as grandes cavalhadas, reduziram-se as eguadas, diminuiu-se a peonada!...”.¹⁴⁷

Em *Deus é grande o mato é maior*, de 2002, o historiador Mário Maestri propõe que o cercamento dos campos “determinou relativo aumento da produtividade da economia pastoril e conseqüente desemprego de trabalhadores [...] o cerco das fazendas não impedia apenas a fuga dos gados, diminuindo o trabalho de peões e posteiros [...] com as cercas, o viajante transformou-se em invasor. A definição dos limites dificultou o arranchamento do homem pobre nas margens da propriedade”.¹⁴⁸

A cerca transformou o *gaúcho* em invasor. O roubo do gado, que nas palavras de Saint-Hilaire era considerado como “cousa legítima”, passou a ser tratado definitivamente como crime de abigeato passível de condenação pela Justiça. O *gaúcho* ultrapassava a cerca, caçava o gado e era preso e condenado.

¹⁴⁴ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Ob.cit. p. 86.

¹⁴⁵ Id. Ib. p. 11.

¹⁴⁶ CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob. cit. p. p 17-18.

¹⁴⁷ BRITO, Severino de Sá. *Trabalhos e costumes dos gaúchos*. Porto Alegre: EdUFRGS/IEL, 1978. p. 26.

¹⁴⁸ MAESTRI, Mário. *Deus é grande o mato é maior*. Ob. cit. p. 117.

Aos poucos, com a evolução da atividade pastoril latifundiária na região do Prata, a estância foi engolindo o *gaúcho* histórico, reduzindo seu espaço vitalício, demarcando os pampas platino e sul-rio-grandense, metamorfoseando-o no *peão* de estância.

2.15 Formação dos rodeios

Sobre a prática do *rodeio* na estância oitocentista, o brigadeiro Francisco João Roscio, Auguste Saint-Hilaire, Nicolau Dreys, e Joseph Hörmeyer trazem informações importantes.

Sobretudo antes do ciclo charqueador, boa parte do gado ainda levava uma vida selvagem e semi-selvagem, sendo caçado, sobretudo pelo couro, que era tratado nas próprias fazendas. Eram criados soltos nos campos das estâncias. As estâncias eram enormes compáscuos indivisos, vigiados pelos posteiros - trabalhador escravizado ou livre. Campos a perder de vista, onde o gado selvagem e semi-selvagem pascentava. Dez, doze e mais léguas! Duas mil, cinco mil e mais cabeças de gado!

No entanto, no final do século, periodicamente, os vaqueiros faziam uso do rodeio e juntavam o gado para amansamento. Em 1776, em *Compêndio noticioso*, o brigadeiro Francisco João Roscio propôs que os gados eqüinos e bovinos ainda eram criados soltos pelos campos, de acordo com as leis da natureza, tendo os vaqueiros apenas o “cuidado que o de os perseguir todas as tardes a longo galope” e “os juntarem no meio de um grande campo, limpo de matos” onde havia “uma estaca ou pau verticalmente que serve de ponto de vista e termo fixo à roda do qual dormem os animais perseguidos da batida do campo. A este lugar chamam rodeio”.¹⁴⁹

Em 1820, em *Viagem ao Rio grande do Sul*, o viajante francês Auguste Saint-Hilaire, ao visitar a estância do alferes Antônio Francisco Souto, no *Rincão da Cruz*, Região de Santa Maria, assinalou: “Pela primeira vez vi hoje um rodeio; os animais que foram arrebanhados eram grandes e de boa raça. [...] O gado que vi no rodeio se achava em repouso, **cercado de peões**. No lugar onde estavam os animais,

¹⁴⁹ ROSCIO, João Francisco. *Compêndio noticioso*. Ob. cit. p. 135.

o terreno era batido e nu, o que não é para se admirar, pois que é sempre no mesmo local que se os prendem”.¹⁵⁰ O viajante francês se referia à reunião do *rodeio*.

Em *Trabalhos e costumes dos gaúchos*, de 1928, o médico e estancieiro Severino Sá de Brito refere-se aos rodeios. Severino Sá de Brito, filho de estancieiro, nasceu em 1862, na cidade de Alegrete. Ele reconstrói, a partir de suas lembranças, “como eram executados outrora os trabalhos da vida pastoril” no findar do “terceiro quarto do século das luzes”, ou seja, finais do Oitocentos.¹⁵¹

Nos seus relatos escreveu que todos os “rodeios de uma estância tinham nomes e os mais vulgares eram: o do gado manso ou da porta, da coxilha, do cerro, da várzea, do fundo, etc. Nomes estes tirados sempre do local em que ele se achava”. Na véspera do *rodeio*, reuniam-se os cavalos que seriam utilizados. Se a distância fosse de “algumas léguas afastadas da fazenda [...] na véspera, a tarde iam todos pra lá e saíam de madrugada para o trabalho”. Se a “distância fosse próxima, os peões em casa mesmo; deixavam os cavalos atados nos palanques e levantavam-se das 2 às 3 horas da madrugada”.¹⁵²

Avisados com antecedência, os posteiros eram convocados a prestar auxílio nos serviços iniciais, ainda na sede da estância. De madrugada, dois peões laçavam os cavalos e, após, o capataz ordenava a por encilha. O capataz assumia a frente do trabalho e, “logo atrás vem a gente do serviço, uns vinte e tantos homens, formando dois ou três pelotões; **são escravos**, agregados, posteiros e **talvez algum peão**; logo em seguida vem a cavallhada, trinta e tantos cavalos gordos, delgados, aos cuidados de um índio velho e dois guris”.¹⁵³ Importante a informação. Ao se referir aos trabalhadores envolvidos no estágio inicial do rodeio, ou seja, na junção do gado selvagem, o autor não tem dúvidas, exceto na participação dos peões, que poderiam ser os *gaúchos*.

Peça chave na realização do rodeio, o capataz delegava as tarefas e orientava sobre as condições do gado reunido: “[...] Cesário [...] vai tocar da divisa. Cuidado com aquele gado que costuma cruzar a restinga para o outro lado. Leva o João Manoel, o Horácio e o Alípio. [...] André [...] Vai tocar do banhado. Leve três pessoas, faça entrar um pela costa e recomenda de irem gritando quando chegarem

¹⁵⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. 117. (grifamos).

¹⁵¹ BRITO, Severino de Sá. *Trabalhos e costumes dos gaúchos*. Porto Alegre: Globo, 1928. p. 15.

¹⁵² Id. ib. p. 55.

¹⁵³ Id. ib. p. p. 56-57. (grifamos).

às coxilhas para os companheiros atenderem”. Desta forma, despachava mais três ou quatro trabalhadores para o “rincão”, “cerro” etc., até “formarem um grande círculo de légua e meia, talvez mais. Este círculo vai se estreitando à proporção que os gados se aproximam e no fim de uma hora mais ou menos de fechará o rodeio”.¹⁵⁴

O capataz postava-se num ponto alto para ordenar e “observar o serviço”. Cada qual no seu posto, os peões movimentavam “todos os animais daquela zona”. Não raro, o gado alçado disparava exigindo muita destreza dos peões “sempre a galope, subindo trepadas [ladeira], descendo lançantes [declive forte numa coxilha], atravessando sangas, apressado para reunir ou perseguir um grupo que vai desviar-se”. Aos poucos, as pontas de gado surgiam nas “coxilhas” e se juntavam a “outras cada vez mais numerosas” e, acabavam convergindo “ao ponto desejado em que todos se reúnem”. O ajuntamento do gado se completara. Apartava-se o gado *vacum* do cavalari e estava formado o *rodeio*.

2.16 Peões, *gaúchos* e cativos nos rodeios

Em *Viagem ao Rio Grande do Sul*, em 1820, ao se referir aos rodeios na região de Viamão, Saint-Hilaire propõe que o gado era reunido de oito em oito dias. De acordo com o autor, “para tal fim o gado é reunido, de tempos em tempos, em determinado local, onde fica alguns dias, depois voltando para as pastagens, em liberdade. A essa prática chamam 'fazer rodeio' e ao local onde prendem os animais dão o nome de 'rodeio'. Na fazenda da Boa Vista existem seis rodeio, nos quais o gado é reunido de 8 em 8 dias”.¹⁵⁵

Em finais de 1820, em *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, Nicolau Dreys assinalou que os rodeios acontecem “todos os seis meses dá-se um *rodeio*, cujo fim é reunir os animais num centro comum, para os reconhecer, e marcar os recém nascido. [...] Nessa mesma ocasião do *rodeio*, opera-se a castração do gado que não se quer conservar para a propagação”.¹⁵⁶

Saint-Hilaire e Dreys apresentam espaços temporais diferenciados para o *rodeio*. Possivelmente Saint-Hilaire refere-se à manutenção do *rodeio*, ou seja, a reiteração posterior da domesticação dos animais, que seria feita de “8 em 8 dias”,

¹⁵⁴ Id. ib 57.

¹⁵⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. 28

¹⁵⁶ DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob.cit. 130.

para amansamento e cuidado dos animais, e Dreys, ao propor que o *rodeio* acontece “todos os seis meses”, refere-se, provavelmente, ao grande rodeio, ou seja, o momento em que o gado era marcado, castrado e abatido.

Nicolau Dreys, que anteriormente já mencionara a utilização, ainda que subordinada, dos cativos nas lides campeiras, traz outra informação importante, embora de cunho apologético: “Os negros no Rio Grande não estão numa posição excepcional senão porque pertencem às estâncias e às charqueadas; os negros domésticos são os mesmos em todas as partes; ora, nas estâncias, pouco tem a fazer o negro, **exceto na ocasião rara dos rodeios.**”¹⁵⁷

Entre 1835-45, com o advento da Guerra dos Farrapos, a economia pastoril foi duramente golpeada. Em *O Rio Grande do Sul de 1850*, o viajante austríaco Joseph Hörmeyer informou que o número estimado de cabeças de gado existente na província era de dois a três milhões, mas que, “antes, o número foi bem maior, pois houve anos em que a cidade de Rio Grande exportava, sozinha, 1 milhão de couros. Mas durante a última revolução da Província, as estâncias foram afligidas de maneira canibalesca”.¹⁵⁸

Ao discorrer sobre os cativos sul-rio-grandenses, de forma apologética, Joseph Hörmeyer assinalou: “Os escravos recebem, três vezes por dia, comida quente, em geral feijão preto, carne fresca ou charque, farinha e, várias vezes, café e frutas de toda espécie, e são, em geral, bem vestidos. O serviço ordinário é, no interior, o de **peões (pastores e carneiros)** e de trabalhadores na roça, assim como de marinheiros nos rios e lagos; nas cidades, de artesãos ou carregadores.”¹⁵⁹

Em *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*, de 1865, ao se referir aos cativos domésticos, Conde D' Eu, esposo da princesa Isabel, assinalou que “há sempre nestas residências quatro a cinco negros para os serviços, condenados a viver neste clima, que evidentemente não é para eles”.¹⁶⁰

Nas enormes estâncias criava-se o gado bovino, em maior quantidade, por ser mais rentável, ainda em boa parte segundo as leis da natureza, sem a preocupação do estancieiro em prestar-lhe melhores cuidados ou atenção, a não ser a prática dos

¹⁵⁷ Id. ib. 167. (Grifamos).

¹⁵⁸ HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional*. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, EdiPUCRS, 1190. p. 62.

¹⁵⁹ Id. ib. p. 78. Grifamos.

¹⁶⁰ D'EU, Conde. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. 47.

repostes, do pequeno rodeio e grande rodeio, quando se fazia a marcação, a castração e a separação para o abate.

2.17 Peão de estância

Inicialmente, nas Missões, as lides pastoris eram executadas pelos nativos missioneiros que, ao se dispersarem, incorporaram-se comumente às fazendas como peões. Saint-Hilaire e Nicolau Dreys tecem comentários sobre esse personagem histórico, como já assinalado.

Em 1820, em *Viagem ao Rio Grande do Sul*, Saint-Hilaire, ao parar na estância pertencente “ao alferes comandante da guarda de Santana”, na região da Campanha, relatou que os peões de estância eram, grande maioria, nativos guaranis. “Os estancieiros desta região [...] aproveitam a imigração dos índios para conseguir alguns que possam servir de peões. Os guaranis são, é voz geral, muito indicados para esse serviço. Montam bem, tem prazer nisso, e muitos sabem amansar cavalos. Sua docilidade é outra qualidade que os faz procurados para empregados das estâncias”.¹⁶¹

Entre os séculos 18 e 19, imigrantes de outras províncias, sobretudo de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais estabeleceram-se nos atuais territórios do Rio Grande do Sul, contribuindo também para a mão-de-obra das estâncias. Saint-Hilaire relatou sobre um alferes mineiro que formou fazenda na Província de São Pedro e que possuía muitos filhos que, provavelmente, trabalhavam nas lides campeiras na fazenda do pai.¹⁶²

Não raro, o pequeno proprietário executava as lides campeiras junto com os filhos. O *gaúcho* que “pouco trabalha enquanto tem dinheiro” e precisava de dinheiro “principalmente para jogar”, segundo a visão dos proprietários da época, quando o dinheiro acabava se empregava, esporadicamente, como peão de estância, como já vimos.¹⁶³

¹⁶¹ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. 109.

¹⁶² Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. 116.

¹⁶³ DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob.cit. 163.

2.18 Palhoças de pau-a-pique barreado

A *estância chimarrã* [pousos, paragens, campos de cria, fazendas] evoluía para a *estância crioula* com uma função econômica determinada, especializada na criação de animais, onde o gado era costeado e as marcas e sinais se faziam presentes. Em 1776, em *Compêndio noticioso*, o brigadeiro João Francisco Roscio comenta: “O modo com que esta gente e povoadores costumam viver e habitar estas terras é bastante rústico e agreste. As casas são umas pobres cabanas sem cômodo nem agasalhos [sic]. Em muitas delas serve de porta um couro cru de boi pendurado como cortina.”¹⁶⁴

Nos anos de 1820, as sedes das estâncias eram ainda precárias. Em *Viagem ao Rio Grande do Sul*, Saint Hilaire descreveu a maioria das estâncias por ele visitadas como palhoças de pau-a-pique. Nos campos de Viamão, ao parar em uma estância, propõe tratar-se de “uma casinha mal construída, de pau-a-pique e barro, mas coberta de telhas”, onde ao “redor viam-se várias carroças; ao lado laranjeiras, currais e algumas casas de negros”.

Em Itapeva, o viajante francês escreveu que a sede é “construída de paus armados em grade e forrados de folhas de palmeira, que também entram na cobertura da casa”, divide-se em “dois compartimentos apenas – um pequeno paiol sem portas e um quarto sem janelas e sem mobiliário, onde as roupas e utensílio de toda família são estendidos sobre esteios”. Nas proximidades de Rio Grande, assinalou: “[...] parei alguns instantes em uma estância [...] que se compõe de algumas palhoças muito baixas e construídas de enchimento”.¹⁶⁵

Os estancieiros externavam nas sedes das estâncias o resultado de uma acumulação de riquezas relativamente baixa. As moradias dos charqueadores, nas próprias explorações, eram já relativamente mais ricas. Em *Negros, charqueadas e olarias*: um estudo sobre o espaço pelotense, de 2001, a historiadora e arquiteta Ester J. B. Gutierrez propõe que as charqueadas, em meados do Oitocentos, eram “constituídas, quase sempre, de duas áreas: o campo, destinado aos rebanhos de gado, e o terreno onde funcionava a salgação das carnes, couros, elaboração de sebo,

¹⁶⁴ ROSCIO, João Francisco. *Compêndio noticioso*. Ob. cit. p. 132.

¹⁶⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. 19-23-82.

graxas” e a residência do charqueador era, “muitas vezes assobradada”, ou seja, de dois pisos, em material.¹⁶⁶

Ao se referir a sede do charqueador Antônio Gonçalves Chaves, às margens do Rio Pelotas, Saint-Hilaire afirmou que a “residência do proprietário é de um pavimento apenas, porém grande, coberta de telhas e um pouco elevada sobre o solo”. Seu interior era dividido “em grandes peças que se comunicam umas com as outras e que ao mesmo tempo se abrem para fora”. Os móveis compõem-se de “mesas, cadeiras e canapés [...] As cômodas e as secretarias são móveis completamente modernos no Brasil e somente encontradiços em um número exíguo de casas”.¹⁶⁷ Essa moradia mantém-se até hoje pouco modificada.

Em *Viagens ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*, o viajante francês Arsène Isabelle descreveu as sedes das estâncias oitocentistas como “casas simples” com “telhado rosa” feita de “madeira e rebocadas de argila” onde, situadas geralmente sobre uma elevação do terreno para que o estancieiro pudesse vigiar comodamente o gado e “todas as terras que lhe pertencem”. Na maioria dessas estâncias havia “um rancho aberto”, tendo como móveis “um barril ou uma talha de água, um chifre, um banco ou dois, e raras vezes, uma cama de lona estirada, feita com correias de couro não curtidas para receber os hóspedes.”¹⁶⁸

Em 1865, as estâncias eram assim descritas por Conde D'Eu, esposo da princesa Izabel: “Não posso facilmente imaginar existência mais triste que a destes estancieiros, perdidos no meio daqueles imensos campos. As suas casas, que nunca tem senão andar térreo, são de taipas, apenas caiadas, com tetos de madeira; às vezes sem assoalho e sem janelas.”¹⁶⁹ Certamente comparava as propriedades às mais ricas residências do Rio de Janeiro, alimentadas havia muito pelo ciclo cafeicultor.

Em *Velhas fazendas sulinas*, de 2003, o historiador e arquiteto Nery Luiz Auler da Silva lembra que as propriedades estancieiras mais ricas oitocentistas possuíam as seguintes instalações: “Casa da fazenda, onde residia a família senhorial; os galpões, onde se estruturava o trabalho produtivo e doméstico; o poço, fonte de abastecimento de água; a cozinha suja, muitas vezes com seu fogo de chão;

¹⁶⁶ GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2.ed. - Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001. P. 85.

¹⁶⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. P. 67.

¹⁶⁸ Cf. ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio grande do Sul (1833-1834)*. Ob.cit. p. 14 – 34 – 38.

¹⁶⁹ D'EU, Conde. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Ob. cit. p. 46.

a casa do charque; pomares, hortas e jardins; depósitos gerais, onde se guardavam ferramentas da lavoura; tulhas e depósitos de grãos; atafona e senzala”.¹⁷⁰

2.19 Comendo Carne

Os habitantes da Capitania de São Pedro herdaram dos nativos guaranis o hábito carnívoro, adquirido após a introdução do gado vacum e cavalariço no sul da América. A carne, sobretudo do gado vacum, era o prato principal do sul-rio-grandense. Em 1776, em *Compêndio noticioso*, o brigadeiro Francisco João Roscio assinalou que a preferência alimentar do rio-grandense era “carne de vacas” e a complementação protéica era o “leite”. Segundo ele, os “pinhões são saborosos e grandes como castanhas ou bolotas. Servem a muito da pobre gente em lugar de pão”.¹⁷¹

A mandioca, segundo o viajante belga Alexandre Baguet que esteve nos atuais territórios do Rio Grande do Sul em 1845, “existem de diversas variedades” também substituíam a “batata e o pão”.¹⁷² Em *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*, o viajante francês Auguste Saint-Hilaire propõe, que na capitania não se comia outra coisa senão carne “cozida, carne assada, carne picada ou cortada em pedaços, sempre carne, e quase sempre de vaca ou boi”.¹⁷³

Ao entrar na capitania, Saint-Hilaire comentou que, cedo, verificou os “hábitos carnívoros de seus habitantes”. Nas estâncias via-se “muitos ossos de bois, espalhados por todos os cantos”, e, nas casas, sentia-se “o cheiro de carne e gordura”. Os cardápios eram “compostos unicamente de carne, de galinha e de vaca” servidos de diferentes formas “assada, cozida ou guisada”.

O francês propunha que a mesa estava sempre coberta por uma “grande quantidade de pratos de carne assadas e guisados de todas as espécies”. Para acompanhar servia-se “pães”, “saladas” e “vinhos magníficos”.¹⁷⁴ A referência à salada é contraditória com a proposta de alimentação exclusivamente carnívora, que na realidade enfatizaria o grande uso da carne. Ao parar numa estância próxima de

¹⁷⁰ SILVA, Nery Luiz Auler da. *Velhas fazendas sulinas: no caminho das tropas do planalto médio século XIX*. Passo Fundo: Imprensa Livre, 2003. p. p. 60-61.

¹⁷¹ ROSCIO, João Francisco. *Compêndio noticioso*. Ob. cit. p. 132.

¹⁷² BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Ob. cit. 50.

¹⁷³ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. 30

¹⁷⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. p 50-52.

São Borja, comentou que sua comitiva foi servida, no jantar, de “vários pratos de carne”, acompanhados de “feijão, arroz, abóbora, pêssego, figos, melões e melancias. Não faltou o vinho à mesa, pão, biscoito e farinha de mandioca”. Mais uma vez, a informação nos obriga a relativizar as proposta sobre a alimentação exclusivamente a base de carne.¹⁷⁵

Em *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, de 1839, o francês Nicolau Dreys, que viveu no Sul em 1817-27 assinalou que “em geral o habitante do Rio grande é essencialmente carnívoro”.¹⁷⁶ Em *Viagem ao Rio grande do Sul*, de 1833-34, Arsène Isabelle relatou que experimentou excelentes “refeições de guisado de charque e de farinha de mandioca, misturados numa marmitta com banha de boi e água do rio”.¹⁷⁷ Em 1845, em *Viagem ao Rio grande do Sul*, Alexandre Baguet lembra que o seu guia cozinhou um tatu “no seu casco sobre as brasas” e que o resultado “rendeu um excelente jantar”.¹⁷⁸

O viajante francês Arsène Isabelle comentou que os habitantes da “campanha, não bebem quando comem” e, após a refeição um cativo ou na ausência dele um dos presentes buscavam água, com um chifre, num “barril” ou “fonte” próxima e servia aos demais. De acordo com o autor, esse costume de beber somente depois das refeições também é herança dos nativos que habitavam os territórios “Brasil, Paraguai e Buenos Aires”.¹⁷⁹

Segundo o viajante belga Alexandre Baguet, o Mate [com açúcar] e Chimarrão [sem açúcar], herança dos guaranis, era um “poderoso tônico e um não menos poderoso nutriente; os peões [empregados das estâncias] forçados a percorrer os campos antes do dia nascer, tomam algumas pintas desta beberagem antes de se porem a caminho, o que lhes permite ficar até dia avançado sem comer nada”.¹⁸⁰

Para Saint-Hilaire, o mate também exercia no organismo, de uma população fortemente carnívora, uma função “diurética, próprio para combater dores de cabeça, para amenizar os cansaços do viajante e na realidade é provável que seu amargor

¹⁷⁵ Id. ib. p. 120.

¹⁷⁶ DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob.cit. p. 169. (grifamos).

¹⁷⁷ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Ob. cit. p. 13.

¹⁷⁸ BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Ob. cit. 60.

¹⁷⁹ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Ob. cit.p. 90.

¹⁸⁰ BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Ob. cit. 51.

torne-a estomática e, por conseguinte necessária em uma região onde se come enorme quantidade de carne, sem os cuidados da perfeita mastigação.”¹⁸¹

2.20 Na superestrutura, libações demasiadas

Não raro, a casta pastoril-latifundiária sul-rio-grandense organizava jantares e bailes onde, além do divertimento, possivelmente discutia-se assuntos políticos e administrativos de seus interesses, pois todos os segmentos da classe dominante se faziam presentes: padres, militares, estancieiros e administradores da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Ao passar por Rio Grande, o viajante francês Saint-Hilaire relatou um baile organizado pelo luso-brasileiro major Mateus da Cunha Teles, homem fiel ao rei que enriqueceu arrecadando impostos sobre o couro, em homenagem ao conde de Figueira, governador da Capitania, que se encontrava hospedado em sua residência.

Presentes em maior número, as mulheres estavam “vestidas com elegância e bom gosto”. Menos numerosos, os homens eram acanhados e cabia a mulher a iniciativa de “pedir-lhes para dançar”. O hábito de “trocar brindes” levava “sempre os convidados a excessos e após a ceia a alegria exagera-se”.¹⁸²

Em 1820, Saint-Hilaire escreveu que os “portugueses e brasileiros usam beber o vinho puro e nos grandes jantares a praxe dos brindes leva-os a libações demasiadas”.¹⁸³ Em *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, Nicolau Dreys, que viveu no Rio Grande do Sul dos anos 1817-27, assinalou que os “rios-grandenses gostam de reuniões e de divertimentos coletivos e, seja qual for o objeto de ajuntamento, música, dança, espetáculos, jogos, neles se depara a mais escrupulosa decência no meio da mais franca alegria”.¹⁸⁴

Em *O Rio Grande do Sul de 1850*, o viajante austríaco Joseph Hörmeyer caracterizou as mulheres como “bonitas e esbeltas”, muito “amáveis e bondosas” e, as dividiu em três categorias sócio/econômicas: “[...] brancas e de pouca mescla, pertencentes à sociedade; depois, o imenso número de morenas livres que, dotadas

¹⁸¹ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. 82-83.

¹⁸² Cf. Id. ib. p. 76-77.

¹⁸³ Id. ib. p. 52.

¹⁸⁴ DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob. cit. p.149.

de pouca ou nenhuma formação, fazem de seus encantos um comércio mais ou menos decentes; e finalmente, as escravas de todas as matizes.”¹⁸⁵

2.21 Padres profanos e endinheirados

Os sacerdotes participavam ativamente dessas atividades sociais e lúdicas. De acordo com o viajante francês Saint-Hilaire, “como nos outros bailes, que assisti, havia neste muitos padres, entre os quais o vigário da paróquia em companhia de sua sobrinha e de suas filhas adotivas”. O autor referia-se a um padre de Rio Grande que o deixou “confuso” por ter sob sua guarda, em sua casa, “um tão grande número de moças. Uma era sua afilhada, outra sobrinha, a terceira filha adotiva”.¹⁸⁶

Deus era benevolente com os padres portugueses. Comumente os seus pupilos não seguiam seus ensinamentos, sobretudo, no referente à avareza e ao pecado da carne. Os padres luso-brasileiros cobrariam, em 1820, *excessivamente* pelos seus serviços, “meia pataca pela comunhão pascoal” e “8\$000”- equivalente a 6,5 bois! - para realizar batizados. Segundo Saint-Hilaire, em *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*, existiam alguns “extremamente ricos”. Irritado com o comportamento imoral e a falta de ética dos padres, o viajante francês assinalou que “um mal padre é o pior dos profanos [...] e esses homens abusavam da sua condição social de catequizador.”¹⁸⁷

No Rincão da Cruz fez questão de registrar que “os dois únicos homens que me recusaram hospitalidade durante minhas longas viagens foram um materialista e um padre, mas com a diferença que fui bem recebido pelo materialista quando ele soube quem eu era, enquanto o padre nada se dobrou”. Sobre o padre, Saint-Hilaire complementou que “seria talvez injusto julgar o padre Alexandre apenas por um ato, mas eu já sabia, dito pelo alferes que esse homem abusava dos sacramentos e que tendo permissão para realizar batizado em sua fazenda, não os fazia por menos de 8\$000. Entretanto foi ele cura de São Borja durante muito tempo. São dessa espécie de homens enviados às Missões em substituição aos Jesuítas!”¹⁸⁸

¹⁸⁵ HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850*. Ob. Cit. p. 72.

¹⁸⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. p. 62 - 76.

¹⁸⁷ Id. ib. p. p. 62-119.

¹⁸⁸ Id. ib. p. 119.

Em *Viagem ao Rio grande do Sul*, de 1833-34, Arsène Isabelle, propõe aos legisladores brasileiros que regulamentassem o amasiamento dos padres. “[...] há muita imoralidade entre os padres brasileiros; fui testemunha de várias cenas bastante escandalosas em diferentes localidades. O bispo do Rio de Janeiro, em pessoa, dizia publicamente, comprando ninharias parisienses para uma das suas filhas: é para um fruto de minhas fragilidades. Os legisladores pensavam seriamente no casamento dos padres e na supressão da confissão, medidas da mais urgente necessidade”.¹⁸⁹

2.22 Na infra-estrutura bolichos, repreensão e sabás

Na base produtiva, os trabalhadores das estâncias criavam seus espaços alternativos de sociabilidade. Como vimos, o viajante comercial francês Nicolau Dreys, assinalou que o *gaúcho* do Prata era um excelente cavaleiro. Empregava-se esporadicamente, quando estava sem dinheiro, nas estâncias como *peões*. O mesmo autor propõe, apologéticamente, que, depois de trabalharem, numa charqueada, da “meia noite ao meio dia”, os cativos ficavam “tão pouco cansados” que não era “raridade vê-los consagrar a seus *batuques* as horas de repouso”.¹⁹⁰

Em *Viagem ao Rio grande do Sul*, de 1845, o viajante belga Alexandre Baguet relatou depreciativamente um ritual executado pelos trabalhadores escravizados, invocando as lembranças da terra-mãe: “Enquanto tomamos nossa refeição, acorados, sobre couros de boi, os negros nos distraem com um canto melancólico e monótono no idioma africano. Após o canto eles colocam-se em círculo; dois deles executam uma dança grotesca, acompanhada de contorções, cambalhotas e estalos da língua ao som da marimba, enquanto o resto do grupo bate o compasso com as mãos. Aos poucos, o movimento se torna mais animado, a dança mais rápida e logo todo o bando [sic] toma parte, emitindo gritos e vociferações selvagens: um verdadeiro sabá.”¹⁹¹

¹⁸⁹ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Ob. cit.p. 87.

¹⁹⁰ DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob.cit. p. 167.

¹⁹¹ BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Ob. cit. 44.

2.23 A cavalo e armado!

Nos pampas sulinos o cavalo era, a exemplo do *gaúcho*, uma extensão do sul-rio-grandense. Em *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, de 1839, Nicolau Dreys assinalou que o “Rio-grandense” tinha uma “espécie de aliança” com o “cavalo”. O cavalo era seu “auxiliar indispensável” e “cooperador assíduo de quase todos os seus movimentos”. Montados, os rio-grandenses percorriam “suas imensas planícies sempre a cavalo”.

O sul-rio-grandense não se limitava a ter o cavalo como seu “companheiro inseparável”. Adornava-o “com toda a riqueza ao alcance do dono” e, “muitas vezes a posição social do habitante do campo do Rio Grande não se revela senão pelo luxo do cavalo”. A prata reluzia em todas as partes do “jaez” [adorno] enquanto o cavaleiro aparecia “modestamente de baeta vermelha, e por baixo dele levando umas calças e jaqueta do mesmo pano ou de fazenda de algodão, segundo a estação”.¹⁹²

Arsène Isabelle assinalou que o luxo aplicado aos cavalos não era privilégio somente dos homens. As mulheres cavalheiras quando viajavam, para ir à “cidade”, ou “visitar alguma vizinha”, apesar de raro, ostentavam “grande luxo de seu cavalo. São cobertas de prata maciça a rédea, a testeira, os recados, as esporas e os estribos em forma de turíbulo. É necessário que uma mulher seja muito pobre para não ter ao menos *cabeceira, estribos e esporas* de prata”.

Os homens não ostentavam menos luxo, seus cavalos têm “rabicho, sobre-chinchas e cabrestos, bem como todo o resto dos arreios, cobertos de placas de prata; levam ainda na mão, como os argentinos, um pequeno rebenque, com um cabo muito curto de prata maciça. O cabo e a bainha de sua faca-punhal são também de prata”.¹⁹³

Arsène Isabelle registrou a surpresa dos habitantes do território ao vê-los caminhando. “Fomos a pé à povoação, apesar do calor ser enorme; os moradores muito se admiram disso, pois estão acostumados, como os argentinos e orientais, a não darem um passo a pé.”¹⁹⁴ Em *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*,

¹⁹² DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob. cit. p. p. 146-147.

¹⁹³ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1833-1834). Ob. cit. p. 65.

¹⁹⁴ Id. ib. p. 17.

Auguste Saint-Hilaire escreveu que “não há ninguém nesta região que não seja bom cavaleiro, motivo pelo qual todo mundo faz longas viagens a cavalo”.¹⁹⁵

De acordo com o viajante belga Alexandre Baguet, que, como vimos, esteve nos atuais territórios do Rio Grande do Sul em 1845, após a guerra Farroupilha, o preço do cavalo equivalia ao salário pago por empreitada a um trabalhador livre. “Desde a última guerra os cavalos se tinham tornado caros; outrora podia-se consegui-lo por três piastras: hoje devemos pagar doze piastras. Nosso guia estava encarregado de cuidar dos cavalos e da nossa bagagem, de escolher os lugares para acampar à noite, de preparar as refeições; [...] seu salário variava de 10 a 12 piastras por um trajeto de cerca de trinta léguas”.¹⁹⁶

O mesmo luxo dedicado ao cavalo, os rio-grandenses dedicavam às suas armas. Em 1839, o francês Nicolau Dreys assinalou, que era “mui raro ou nunca visto que o Rio-grandense se ponha a caminho sem ser armado; e mesmo o luxo que consagra ao seu cavalo, ele o aplica às suas armas”. Levava sempre consigo uma *clavina* [carabina] amarrada no arção da sela, e às vezes passada debaixo da coxa direita; pendura a seu lado uma espada cujos copos são de prata, e cujo talabarte segura atrás um par de pistolas; na bota direita, traz uma faca de cabo de prata, metida em bainha também de prata”. Além destas armas o “Rio-grandense traz consigo duas armas auxiliares que lhe são peculiares, e que somente os homens desta parte da América sabem manejar com habilidade; queremos falar do laço e das bolas”.¹⁹⁷

Os viajantes estrangeiros que por aqui passaram no século 19 ao escreverem seus relatos tomavam o cuidado de distinguirem o *sul-rio-grandense* do *gaúcho*. Nicolau Dreys propõe que a “província do Rio Grande oferece ainda a esse respeito uma anomalia bem digna de se notar: é a existência de uma nação mista, intercalada entre as populações originárias e que pertence à raça livre, menos ainda por sua extração do que pela possessão imemorial de uma liberdade indefinida que as leis das sociedades vizinhas podem dificilmente refrear; dizemos nação, por ter essa associação excepcional, moral, costumes e gostos *sui-generis*; entendemos falar dos *Gaúchos*”.¹⁹⁸

¹⁹⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. 83.

¹⁹⁶ BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Ob. cit. 48.

¹⁹⁷ DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob. cit. p. p. 147-148.

¹⁹⁸ DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob. cit. Id. ib. p. 145.

Capítulo 3

Capatazes, peões e cativos na Estância da Música

3.1 Expoente da historiografia tradicional sulina

Em 1978, o historiador e literato mineiro Guilhermino César, radicado havia muito no Rio Grande do Sul, escreveu o livro *O conde de Piratini e a estância da música: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832*.¹⁹⁹ A obra, embasada em documentação sobre a Estância da Música e, sobretudo, nas instruções repassadas ao capataz da estância, João Fernandes da Silva, recolhidas à Biblioteca de Rio Grande, pelo proprietário da fazenda, João Francisco Vieira Braga, o conde de Piratini, resultou em importante contribuição historiográfica sobre a sociedade pastoril sul-rio-grandense do século 19.

Em 1970, Guilhermino César publicara *História do Rio grande do Sul: período colônia*.²⁰⁰ Em 2005, foi lançada, postumamente, seu livro *Origens da economia gaúcha: o boi e o poder*.²⁰¹ O autor, de orientação positivista-liberal, professor do curso de letras da UFRGS, foi um dos principais expoentes da historiografia tradicional sul-rio-grandense. No geral, suas obras apresentavam apologia explícita da sociedade pastoril-latifundiária.

3.2 Importante documento

Em *O conde de Piratini e a estância da música*, Guilhermino César reconstrói a biografia *heróica* de João Francisco Vieira Braga, o conde de Piratini.

¹⁹⁹ CESAR, Guilhermino. *O conde de Piratini e a estância da música: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Instituto Estadual do Livro; Caxias do Sul. Universidade de Caxias do Sul, 1978.

²⁰⁰ CESAR, Guilhermino. *História do Rio grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

²⁰¹ CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005.

A retórica enaltecida sobre o heroísmo dos estancieiros sulinos no geral e, em específico, do conde de Piratini, acompanha todo texto. O autor assinala que a “ascendência” do conde “remonta aos estancieiros” sul-rio-grandenses da “fase heróica”. Seu pai, de quem herdou o nome, residia no “vale do Piratini” quando nasceu o “pequeno João”, mais tarde conde de Piratini, logo grande! Ao referir-se aos estancieiros, pluraliza a discussão, passando uma idéia de pertencimento de todo o rio-grandense à classe latifundiária ou desta última a todos os rio-grandenses: “Nossos barões, nossos viscondes, nossos condes, fazendeiros quase todos, fundaram seu prestígio na ocupação do espaço, ou – em alguns casos – no valor demonstrados na coxilha”.²⁰²

Ao discorrer sobre as disputas territoriais fronteiriças, assinala que as guerras platinas “puseram em relevo os proprietários rurais, que tanto deram de seus bens, de sua tranqüilidade, de seu espírito de resistência à assimilação castelhana, em favor da consolidação de nossas fronteiras”.²⁰³ Contradiz-se nesta afirmação, pois, anteriormente sugeria que os estancieiros não estiveram no campo de batalha e sim “forneceram, gostosamente, homens para o exército, bois para o municio das tropas, cavalhadas, carretas e a coragem rústica dos peões, alma das lutas contra o poder castelhano enraizado em ambas as margens do Prata”.²⁰⁴

Embora apologético no conteúdo, com destaque para a linguagem performativa da produção textual, o livro fornece importantes informações sobre a sociedade pastoril rio-grandense oitocentista, devido, sobretudo à publicação das instruções referidas. Efetivamente, elas contextualizam a estrutura organizacional produtiva interna – rodeio, marcação, castração, formação das tropas, currais, horta, pomar, etc. Elas referem-se aos trabalhadores responsáveis na execução das tarefas – capatazes, peões e cativos. Resgatam as relações de vizinhança entre estancieiros e as relações políticas entre os potentados da terra e o poder imperial brasileiro. Mesmo referindo-se especificamente à *Estância da Música*, trata-se de informação geral atinente, sobretudo às estâncias da região de mesma dimensão.

As instruções do conde de Piratini repassadas ao capataz da *Estância da Música* constituem documento de grande raridade. Guilhermino César lembra duas

²⁰² CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob.cit. p.p. 11-12.

²⁰³ Id.ib. p. 17.

²⁰⁴ Id.ib.p.11.

outras instruções semelhantes referentes, porém à Argentina. As escritas por Juan Manoel de Rosas [Administración de estancia y demás establecimientos pastoriles en la campana de Buenos Aires, 1856] e por Martín Fierro [Instrucción del Estancieiro, 1881]. As instruções requerem uma análise revisional, dada a sua importância historiográfica, sobretudo por serem fontes primárias e possibilitarem a reconstrução aproximada do cenário produtivo da estância pastoril oitocentista.

3.3 Rincão da Música

Em 1790, João Francisco Vieira Braga, pai e homônimo do futuro conde de Piratini, encaminha processo administrativo visando concessão sesmeira no campo entre os “povoadores Rosa Maria, José Carlos Geraldês e Joaquim Oliveira”, alegando serem terras devolutas. Vieira Braga objetivava “reunir elementos para instruir processo em que pleiteava a concessão de sesmaria naquele local”.²⁰⁵ Os caminhos jurídicos/burocráticos para solicitar junto ao poder real português instituído a concessão de sesmaria eram, de uma forma sintetizada, localizar a terra; apresentar justificativa; instruir o processo, encaminhar ao governador da Capitania; o governador encaminhava ao Vice-Rei que, por sua vez, encaminhava ao Rei, que se pronunciava e deferia ou não o pedido.

A concessão de sesmarias foi a “maneira encontrada pelos portugueses para organizar a ocupação do atual território brasileiro” e, “dava-se mediante alguns critérios, tais como ser cristão, ter condições de povoá-la, pagamento do dízimo da ordem de Cristo, utilização das terras no período de dois, cinco até dez anos”.²⁰⁶ Como já visto, uma légua de sesmaria tinha “em torno de treze mil hectares”. Ou seja, em geral, uma légua linear de frente [6.600 metros], por três de fundos [19.800 metros].²⁰⁷ Uma légua em quadra, em geral com 6.600 metros por 6.600 metros, ou uns 4.300 hectares, comportava, a grosso modo, a criação de “1.500 a 2.000 cabeças de gado”.²⁰⁸

²⁰⁵ CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob.cit.. p. 51.

²⁰⁶ EIFERT, Maria Beatriz Chini. *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1883)*. Passo Fundo: EdiUPF, 2007. p. 25.

²⁰⁷ Id. ib. p. 25.

²⁰⁸ DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, EdiPUCRS, 1990. p. 131.

A petição de Vieira Braga foi encaminhada ao Rio de Janeiro para parecer do vice-rei, conde de Resende, que concedeu as três “léguas em quadro pedidas”. Por intervenção do Capitão Engenheiro José de Saldanha, que, segundo o documento, havia solicitado a concessão sesmeira do mesmo campo em 1786, a légua de sesmaria autorizada pelo vice-rei a Vieira Braga correspondia a nove léguas de extensão, logo, a concessão solicitada por Vieira Braga estaria em desacordo com as “Reais Ordens” reguladoras das concessões sesmeiras. O Vice-rei recuou e, em 1792, concedeu a Vieira Braga “uma légua de testada e três de fundos” regulamentar.²⁰⁹ Um ano antes do nascimento do futuro conde de Piratini.

Não raro, as disputas pelas concessões sesmeiras envolviam outros interessados. Em 1809, as disputas pelas terras do *Rincão da Música* envolveu três pretendentes: José Silveira de Andrade, João Peixoto Carneiro e Manoel Maria Ricalde de Resende. Enquanto tramitava o processo, José Silveira de Andrade faleceu. Em 1811, a viúva, Isabel Francisca de Andrade casou-se novamente com Boaventura José de Oliveira, que deu prosseguimento à solicitação da concessão de sesmaria. Em 1816, Boaventura José de Oliveira recebeu carta de sesmaria. O Rincão da Música localizava-se na atual cidade de Dom Pedrito e “abrangeia as sesmarias da viúva e de Ricalde e tinha cerca de 5 léguas quadradas”.²¹⁰ Em 1829, o conde de Piratini comprou a *Estância da Música* de Boaventura José de Oliveira.²¹¹

3.4 Estância perfeita

Para o viajante francês Nicolau Dreys, que percorreu o interior da capitania de São Pedro entre 1817 e 1827, ordinariamente, a estância tinha a “extensão de uma sesmaria; às vezes de 2, de 3 e mais; os animais multiplicam nelas na razão da quantidade inicial, da vastidão do território e da bondade dos pastos”. Para ele, a estância perfeita era “aquela cercada por limites naturais, como morros íngremes, matos impenetráveis, e melhor de tudo, rios profundos, pois dali não pode sair o

²⁰⁹ Ver mais sobre a tramitação burocrática da concessão da sesmaria da Estância da Música em CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob cit. p. p. 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58.

²¹⁰ CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob cit. p. 27.

²¹¹ Id. ib. p. p.15 e 63.

gado vagabundo”.²¹² Isso porque, até fins dos séculos 19, as estâncias não possuiriam cercas que controlassem em seus limites os gados.

Não foi à toa a disputa travada entre os três pretendentes ao território da futura *Estância da Música*. A sesmaria concedida a Boaventura José de Oliveira e, mais tarde, comprada pelo conde de Piratini, era cercada ao “norte com a barra de Vacaiquá e Pamarati, pelo leste pelo mesmo Vacaiquá, pelo sul com a coxilha donde nascem duas vertentes, das quais uma deságua para a cabeceira do Vacaiquá e outra para um galho de Pamariti e pelo oeste com o mesmo”.²¹³ De acordo com a descrição feita por Nicolau Dreys, a *Estância da Música*, cercada de rios, coxilha onde nasciam duas vertentes e, por sua situação geográfica, provavelmente com excelente pastagem, poderia ser classificada como estância perfeita.

Sobre a extensão da estância, sabemos que oficialmente tinha uma légua de sesmaria, ou seja, aproximadamente uns treze mil hectares. A lei “sesmarial” foi extinta em 1822.²¹⁴ João Francisco Vieira Braga adquiriu a *Estância da Música* em 1829 e, de acordo com Guilhermino César, “não mandou medi-la e demarcá-la”. Em 1836, a Estância da Música foi expropriada pelo governo farroupilha. Francisco de Oliveira, simpatizante farrapo, que havia comprado, em 1822, de Manuel Maria Ricalde de Resende “uma sesmaria de sobras de campo da Estância da viúva Isabel Francisca de Andrade”, encaminhou por escrito ao governo farroupilha solicitação para proceder na medição e demarcação do campo adquirido, alegando que anteriormente não conseguiu amigavelmente autorização de Vieira Braga para fazer a medição e nem judicialmente, pois o mesmo tinha o apoio das autoridades monárquicas.²¹⁵ Pediu e não levou. O ministro da Fazenda do governo farroupilha, Domingos José de Almeida, indeferiu o pedido. A documentação sugere que a *Estância da Música* tinha mais que uma sesmaria de extensão.

3.5 Estrutura física da Estância da Música

João Francisco Vieira Braga residia na cidade de Rio Grande, passando boa parte do seu tempo em outra propriedade, à estância São João. A *Estância da*

²¹² DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob. cit. p. 130.

²¹³ CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob. cit. p. 25.

²¹⁴ Id. ib. Ob. cit. p. 61.

²¹⁵ Cf. CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob. cit. p. p. 62-63.

Música seria administrada à distância, por instruções que o conde repassava ao seu capataz João Fernandes da Silva. É o que sugere a instrução enviada por Vieira Braga, da estância São João, para o capataz da *Estância da Música*, em julho de 1832. De acordo com o artigo 43 da instrução, o conde orientava o capataz a “não perder qualquer ocasião que tenha para escrever-me participando-me do que for ocorrendo sobre a Estância, e no caso de qualquer acontecimento extraordinário me fará aviso por um próprio que deverá vir a Estância de S. João, por que no caso de eu não estar aqui, irá outro ao Rio grande a levar-me o aviso”.²¹⁶

Para esboçar a provável estrutura física da *Estância da Música*, nos ampararemos, sinteticamente e por analogia, nos relatos de viajantes que estiveram nos atuais territórios do Rio Grande do Sul em período anterior e, praticamente no mesmo período [1832] e, alguns inventários *post-mortem* de períodos anterior, mesmo período e posterior do documento analisado. Em 1786, de acordo com o inventário de Cláudio José Moura, de Rio Pardo, a sede da propriedade inventariada era: “[...] um campo [...] com sua casa [...] de pau-a-pique [...] coberta de capim [...] pouco mais ou menos uma légua de largo [...] um quarto que faz de comprido.”²¹⁷

Em 1790, o brigadeiro João Francisco Roscio assinalou que as sedes das fazendas eram “umas pobres cabanas sem cômodo nem agasalhos [sic]. Em muitas delas servem de porta um couro cru de boi pendurado como cortina.”²¹⁸ A situação teria melhorado, ainda que relativamente, no início do Oitocentos, no que se refere às melhores propriedades. No nosso levantamento, desde 1807 começam aparecer às primeiras sedes cobertas de telhas. Segundo inventário de Manoel José Machado: “Declarou ela [viúva] inventariante [...] uma morada de vivenda cita na mesma estância [...] coberta de telhas com cinqüenta e seis palmos [12,5 m] de frente e fundos competentes [sic] [...] com quintal e pomar de arvoredos”.²¹⁹

Em 1820, o viajante francês Auguste Saint-Hilaire descreveu a maioria das sedes das estâncias por ele visitadas como palhoças de pau-a-pique, “mal construídas”, porém, “coberta de telhas”, onde ao “redor viam-se várias carroças; ao

²¹⁶ Id. ib. p. p. 45-46.

²¹⁷ Inventários *post-mortem*. Rio Pardo. Cartórios de Órfãos e Ausentes. N 26; M 2; E 08, 1786. Arquivo Público do Rio grande do Sul (APERGS). Inventário Cláudio José de Moura. fl. 07.

²¹⁸ ROSCIO, João Francisco. *Compêndio noticioso*. Ob. cit. p. 132.

²¹⁹ Inventários *post-mortem*. Rio Pardo. Cartórios de Órfãos e Ausentes. N 124; M 6; E 08-142, 1807. Arquivo Público do Rio grande do Sul (APERGS). Inventário Manoel José Machado. fl. 25.

lado laranjeiras, currais e algumas casas de negros”.²²⁰ Em 1833, mesmo período em que Vieira Braga administrava a *Estância da Música*, o viajante francês Arsène Isabelle descreve as sedes das estâncias oitocentistas como “casas simples” com “telhado rosa” feita de “madeira e rebocadas de argila” [pau-a-pique].²²¹ Em 1834, de acordo com o inventário de Francisco José Flores, a sede era uma “casa de telha”, com “arvoredos e capoeiras”, “casa de atafona de telha”, algum “mato virgem” e pelos fundos “cercada com matos” e um “arroio” que serviam de divisa.²²²

Pelos relatos dos viajantes, informações dos inventários e, sobretudo das instruções repassadas pelo conde de Piratini ao capataz da *Estância da Música*, podemos imaginar que as estruturas físicas das moradias seriam possivelmente: eventual sede, simples, de pau-a-pique, coberta de telha ou capim, onde o conde de Piratini residia nas suas esporádicas visita a estância; casa do capataz, provavelmente uma palhoça de pau-a-pique barreada, coberta de telha ou capim, próxima do pomar, horta, galinheiro e currais de varas ou de pedras; ranchos, também de pau-a-pique, cobertos de capim, para os posteiros Felipe, Belizário e Santa Anna nas divisas da estância; possibilidade de ranchos desocupados para os rodeios; moradia ou moradias dos trabalhadores escravizados; uma “ramada” [abrigo coberto de madeira e coberto de capim] para guardar as carretas; e, finalmente, uma pequena casa “com pau-a-pique sem ser barreado” para armazenar a carne para “não apanhar chuva, e sol e para que os cães não a comam”.²²³ Além de eventuais galpões onde eram guardadas as ferramentas utilizadas nas lides agrícolas e campeiras [enxadas, machados, foices, facão, laço, ferro de marcar, etc.] e armazenados os couros, sebos, guampas e cabelos.

3.6 Trabalho pastoril

Nas lides pastoris das estâncias do século 18, os grandes trabalhos eram: vigia do gado, rodeios, carnação, marcação, castração, extração do couro, formação das tropas, cuidar das bicheiras etc. Conforme Guilhermino César, temos registro para o

²²⁰ Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Trad. Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p.p. 19-23-82.

²²¹ Cf. ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio grande do Sul (1833-1834)*. Trad. e notas de Dante de Laytano. 2 ed. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983. p. p. 14 – 34 – 38.

²²² Cf. Inventários post-mortem. Rio Pardo. Cartórios de Órfãos e Ausentes. N 458; M 19; E 47, 1834. Arquivo Público do Rio grande do Sul (APERGS). Inventário Francisco José Flores. fl. 11.

²²³ CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob cit. p. 45.

Sul de marcação, no mínimo, a partir de 1767, e todo estancieiro possuía sua marca. Com a introdução da marcação, o que distinguia a propriedade do estancieiro não era “propriamente a terra, cujos limites ele mesmo ignorava, mas o rebanho que pudesse reunir sob sua marca”.²²⁴

As instruções do conde de Piratini referem-se inicialmente à marcação. O conde tinha duas marcas, o que era comum nas estâncias mais ricas. Uma para o gado já existente na estância e a outra para o gado introduzido nela, certamente para apurar a “produtividade do rebanho”. O gado manso era marcado na “perna do lado esquerdo” e o gado alçado na “anca do lado esquerdo”. Orientava o conde a iniciar a marcação o mais cedo possível para “não encontrar este trabalho com os outros que se acumulam para o tempo de inverno”. A marcação deveria ser feita nas “mangueiras e não nos rodeios”.²²⁵ A informação sugere que possivelmente existiam mangueiras nos postos. A capação deveria ser feita nos meses de abril a junho, e de setembro a outubro, e deveriam ser capados “os touros que tiverem de três anos pra cima”.

Os rodeios deveriam ser feitos o “mais amiudadamente que for possível, para que o gado seja bem costeado, advertindo que no verão será o mais cedo que possa ser, e para cujo fim irá dormir a gente na divisa dos rodeios, e se curarão as bicheiras que houverem”. Deveriam ser estabelecidos “3 ou 4 postos” e, para que o gado não saísse do campo, os “reponetes” [condução do gado para certo local ou ponto] eram feitos todos os dias, certamente pelos posteiros. Nos rodeios deveriam ser abatidos os “novilhos para consumo da estância, e mesmo as vacas velhas”.

Em 1820, Saint-Hilaire registrou, ao visitar a fazenda da Boa vista, vinte e oito léguas de extensão, com apenas seis mil cabeças de gado, pertencente ao barão de Santo Amaro: “[...] o gado é reunido, de tempos em tempos, em determinado local, onde fica alguns dias, depois voltando para as pastagens, em liberdade. A essa prática chamam 'fazer rodeio' e ao local onde prendem os animais dão o nome de 'rodeio'. Na fazenda da Boa Vista existem seis rodeio, nos quais o gado é reunido de 8 em 8 dias.” Saint-Hilaire computa a baixa quantidade de gado da estância da Boa Vista à “má administração a que esteve entregue até bem pouco tempo”. Segundo suas estimativas, “trinta mil bois” poderiam “viver facilmente em tal área”.²²⁶ As

²²⁴ CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. Ob. cit. p.115.

²²⁵ CESAR, Guilhermino.. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob. cit. p. p. 37-38.

²²⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob.cit. p. p. 26-28.

instruções do conde de Piratini ao seu capataz ratificam as informações prestadas por Saint-Hilaire e sugerem que os rodeios eram distantes uns dos outros. No caso da *Estância da Música*, um rodeio a cada quatro mil hectares, com aproximadamente, 1.500 a 2.000 cabeças de gado cada.

Os couros, sebos, guampas e cabelos seriam guardados até segunda ordem do conde, provavelmente até completarem a quantidade suficiente para uma carga de carreta e serem vendidos.²²⁷ O conde mandava igualmente que fosse plantado “bastante milho, feijão, abóboras e hortaliças, para que haja fartura, a fim de poupar as muitas carneações”. Uma informação que reafirma apenas como recurso enfático a proposta de muitos viajantes e depoentes da alimentação exclusiva da população do interior rio-grandense com carne, vista no Capítulo 2.

Instruía que deveriam “criarem-se galinhas, perus, e marrecos, fazendo-se um galinheiro para que estejam agasalhadas as ditas aves”. A produção agrícola e aviária da estância provavelmente seria utilizada na alimentação dos trabalhadores a fim de evitarem as “carneações”. Mandava plantar muitos “pessegueiros, alamos e salsos, para que venha a ter lenha com fartura, e aumentar-se o arvoredo de espinhos [cerca-viva] na quinta [horta]”. Cuidadoso, Vieira Braga, preocupava-se com a fertilização das roças. Orientava que os currais deveriam ser bem limpos e o estrume “que dele se tirar se botará na quinta formando-se um depósito para depois se ir estrumando a terra”.²²⁸

3.7 Organização produtiva

De acordo com Nicolau Dreys, as estâncias oitocentistas eram “servida ordinariamente por um capataz, e por *peões*, debaixo da direção daquele; às vezes os **peões**” eram “**negros escravos**, outras vezes e mais comumente” eram “*índios* ou *gaúchos* assalariados”. Sua ocupação consistia em “velar sobre os animais, contê-los nos limites da estância, reuni-los, guardá-los e apartá-los quando é mister”.²²⁹

O capataz da *Estância da Música*, João Fernandes da Silva, era o braço direito de Vieira Braga, responsável direto pela implementação das suas ordens na

²²⁷ GUILHERMINO, César. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob cit. p. 40.

²²⁸ Id. ib. 37, 38, 39, 40, 41 e 45.

²²⁹ DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob.cit. p. 130. (grifamos).

base produtiva. De acordo com Guilhermino César, o posto correspondia ao de “feitor de fazendas do Brasil Central”.²³⁰ Sabemos que sabia ler. Seria provavelmente um excelente capataz, tanto que, após expropriação da estância pelo governo farroupilha, em novembro de 1836, continuou exercendo sua função.²³¹ Não consta na documentação o salário pago por Vieira Braga ao capataz. Estando a estância sobre domínio da República Rio-grandense, foi encaminhado por Leocádio Silveira Gomes documento ao ministro da Fazenda do governo farroupilha, Domingos José de Almeida, em outubro de 1841, solicitando o pagamento de seu salário.

Rezava o documento: “O portador desta é João Fernandes da Silva, Capataz desta Fazenda que vai apresentar a V. E. o requerimento que pelo mesmo fiz e já informado por João de Moraes, e como V. E. me disse, que mandava pagar em gado de criar [...] Na informação de João de Moraes não declara o Salário ao mesmo o que eu assevero a V. E. serem seiscentos mil réis por ano moeda fraca, pois é justamente o preço que também se acha justo comigo.”²³² Em dezembro de 1841, Leocádio encaminha outro documento: “O portador desta é o meu amigo João Fernandes, o qual vai a esse lugar saber de um requerimento que dirigiu a V. E. exigindo o pagamento de seus salários sendo uma ordem de quatrocentos Pesos para ser apresentada em qualquer das coletarias deste estado, e o restante em gado de criar desta Fazenda; eu de minha parte rogo a V. E. haja justiça ao mesmo meu amigo, pois merece.”²³³

Não sabemos se recebeu. Sabemos que durante a administração farroupilha, o salário do capataz da *Estância da Música* era de cinquenta mil-réis réis por mês, que corresponderia, de acordo com o Documento nove, aproximadamente, a quarenta e duas reses: “Documento nº 9: Venda de reses da Estância da Música [...] Cidadão Inspetor [...] hoje me apresenta o referido Victorica a conta junta pela qual mostra haver suspenso com a fatura da tropa ultimamente feita de 2.830 reses, a quantia de 349\$440, que lhe a mandarei satisfazer em gado de criar a preço de 1.200 rs cada rês da referida estância da música [...]”.²³⁴ Pelo valor do boi manso encontrado nos

²³⁰ CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob cit. p. 22.

²³¹ Cf. CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob cit. p. 69.

²³² Id. ib. p. p. 69-70.

²³³ Id. ib. p. 71.

²³⁴ Id. ib. p. 73.

inventários analisados do período, como veremos no Capítulo 5, o capataz recebia o equivalente a sete bois mansos por mês.

3.8 Posteiros e peões

As instruções referem-se à existência de três posteiros na *Estância da Música*: Felipe [*índio*], Belizário e Santa Anna. Belizário “entrou para o serviço da estância em 15 de junho deste ano, justo por mim a 6.400 por mês, para ser posteiro do lado do índio Felipe no posto velho”.²³⁵ Santa Anna, que possuía família, estava sendo demitido pelo conde conforme orientação do artigo 42: “Recomendei ao mesmo meu afilhado Zeferino praticasse com o Santa Anna o seguinte; que ele saísse da estância com sua família e animais dentro de 30 dias; portanto se ele ainda lá estiver deverá pôr em execução a minha ordem”.²³⁶

As instruções do conde permitem vislumbrar a estrutura e as tarefas gerais de um posto: existiam certamente três ranchos de pau-a-pique para os posteiros Felipe, Belizário e Santa Anna. O artigo oitavo sugere a possibilidade de mais um: “[...] estabelecerem-se 3 ou 4 postos nos lugares que indiquei”. Nos postos o conde orientava que deveria haver uma “manada de éguas mansas para o serviço; 4 vacas de leite” e “1 escravo para ajudar o posteiro”.²³⁷ O conde instruía, no artigo cinco, a fazer “a dita marcação em mangueiras e não nos rodeios”, o que sugere que nos postos existiriam mangueiras e que a marcação em rodeio pudesse eventualmente ferir o gado, como já dito.²³⁸

O posteiro Santa Anna tinha “família”, como assinalado no Artigo 42 apenas referido. Sobre Felipe e Belizário, as instruções não fazem referências à família. Ainda, pelas recomendações do conde ao seu afilhado para enxotar o posteiro Santa Anna conclui-se que nos postos existiam hortas e criações: “Não aceitar os porcos, galinhas, e qualquer outra ave que ele queira deixar pois me satisfaço mais que levem tudo.”²³⁹ A função dos posteiros e do cativo ajudante era reponter o gado “todos os dias”, para evitar que não saísse do campo.²⁴⁰ Em havendo quatro postos e uma sede na *Estância*

²³⁵ Id. ib p. 45.

²³⁶ Id. ib. p. 45.

²³⁷ Id. ib. p. 39.

²³⁸ Id. ib. p. 38.

²³⁹ Id. ib. p. 45.

²⁴⁰ Id. ib. p. 39.

da Música, cada unidade seria responsável por quatro mil hectares e pela vigilância de aproximadamente 1.200 a 1.600 cabeças de gado em cada, caso a estância tivesse entre 6.000 a 8.000 cabeças de gado. O posteiro e seu ajudante, nesse caso, ocupariam-se de seiscentos a oitocentos animais.

De acordo com o artigo 35 das instruções, o peão Américo, contratado por um salário de 8\$000 réis por mês, também estava prestes a ser enxotado do serviço, pois, o salário é “extraordinário”, devendo ser despedido, salvo se ele quiser ficar pelo de 6\$400”. Uma realidade que sugere, na época, no caso da estância da Música, facilidade ao menos relativa na contratação de peões, ou a possibilidade de dispor deles, devido à mão-de-obra escravizada. No artigo 15, o conde de Piratini se referira ao salário médio dos peões pagos pelos demais estancieiros: “Ajustar os peões que sejam precisos para o serviço da estância, preferindo os que forem domadores, e quanto a preço, será aquele porque os demais costumam pagar”.²⁴¹

Na *Estância da Música* trabalhava também um vaqueiro por empreitada para executar a tarefa de “recrutar todos os terneiros por marca, e os touros por capar de 3 anos para cima, e do n.º que entregar na Estância pagar-se-lhe 400 rs; portanto se ele assim o fizer lhe fará o dito pagamento”. As instruções ressaltavam porém que “esta determinação não deve servir de embaraço as recrutadas [do gado] que se devem sempre ir fazendo”.²⁴² Segundo Nicolau Dreys, esse vaqueiro poderia ser um *gaúcho*, pois, o mesmo empregava-se esporadicamente nas estâncias como peões quando estavam sem dinheiro.²⁴³

3.9 Democracia Pastoril

Por muito tempo, a historiografia tradicional rio-grandense desconsiderou a importância da mão-de-obra cativa no desenvolvimento do processo histórico evolutivo das fazendas pastoris. O historiador Moisés Velinho defendeu a tese da superioridade racial européia, sobretudo portuguesa, no desenvolvimento do processo histórico do Brasil meridional. Em *Capitania d’El Rei: aspectos polêmicos*

²⁴¹ Id. ib. p. 43.

²⁴² Id. ib. p. 45.

²⁴³ Cf. DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Ob.cit. p. 163.

da formação rio-grandense, oculta a presença do trabalhador escravizado nos territórios do atual Rio Grande do Sul.²⁴⁴

A referida visão historiográfica relaciona-se com o “mito da democracia pastoril”, onde não subsistiria exploração e contradições econômicas propriamente dita na fazenda. O historiador Mário Maestri escreveu que a “historiografia defendeu tradicionalmente a utilização quase exclusiva do peão nas tarefas pastoris. Em 1927, em tentativa de explicação sociológica sistemática da formação social gaúcha, Jorge Salis Goulart propôs que, na estância, 'célula social' da sociedade sulina, não ocorreria dominação econômica, pois o 'meio físico e o trabalho pastoril imposto pela natureza do solo' irmanariam 'patrões e empregados'. Para Goulart, o 'gaúcho' seria 'mais um amigo do que um subordinado' do 'patrão'.”²⁴⁵

Para Guilhermino César, que valorizava sobremaneira o trabalho livre na fazenda pastoril sulina, no geral executado por mestiços de nativos e brancos [os *gaúchos*] e secundarizava o trabalhador escravizado, sempre segundo ele, na estrutura organizacional produtiva da estância, os cativos seriam “mais útil na lavoura de subsistência e nos trabalhos domésticos”, ocupando funções “complementares” no “galpão”, nas “expedições ao campo” e no “costeio do gado” na fazenda pastoril.²⁴⁶ Em *Origens da economia gaúcha: o boi e o poder*, Guilhermino César explicaria a inexistência ou a pouca utilização da mão de obra cativa nas lides campeiras devido à possibilidade de fuga dos cativos “para o lado das possessões espanholas”.²⁴⁷

3.10 Cativos na Estância da Música

As instruções do conde de Piratini ao capataz da *Estância da Música* contrapõe-se a tese da pouca importância do braço escravizado na fazenda pastoril. O número de trabalhadores assinalados na fazenda era de seis assalariados: o capataz; três posteiros; um peão e um vaqueiro; os trabalhadores cativos referidos no

²⁴⁴ Cf. VELLINHO, Moysés. *Capitania d' El-Rey: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005.

²⁴⁵ AMARO, Luis Carlos; MAESTRI, Mário; NASH, Peter; PEREIRA, Lúcia Regina (org.). *Negras histórias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Evangraf Ltda, 2002. p.114; Ver também ALBECHE, Daisy Lange. *Imagens do gaúcho: história e mitificação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p.p. 25-26.

²⁴⁶ Cf. CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob. cit. p. 17.

²⁴⁷ Cf. CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005. p. 82.

documento eram sete: “Artigo 45. Dará uma muda de roupa de algodão a cada um dos escravos que lá estão, advertindo que as três mudas dos mais pequenos que vão são para os moleques Claudino, Evaristo, e Moizes, e vão também 4 ponches para serem dados aos negros Domingos Pern^{co.}, Joze Bolieiro, Manoel Aguiar, e Matheus Campeiro, sendo o deste forrado de baeta”.²⁴⁸ Portanto, tínhamos na estância um mínimo de treze trabalhadores. Os trabalhadores escravizados eram maioria, se não contarmos a eventual família do capataz e dos posteiros. Não exerciam em todo caso uma “ação complementar”.

Segundo as instruções, os trabalhadores escravizados trabalhavam auxiliando os posteiros: “Artigo 8. Estabelecerem-se 3 ou 4 postos [...] e haverem repontes todos os dias para que o gado não saia do campo: em cada um dos ditos postos haverá uma manada de éguas mansas para o serviço necessário; 4 vacas de leite, 1 escravo para ajudar o posteiro [...]”.²⁴⁹ Eles trabalhariam inclusive cuidando das crias: “Artigo 21. Quando houverem ovelhas na estância deverão ser acompanhadas de cães próprios para isso, e de um escravo no tempo da partição”.²⁵⁰ E, possivelmente, nos pomares, hortas, construção de currais e mangueiras de pedra. Ou seja, eram os importantes responsáveis pelo funcionamento organizativo/produtivo da fazenda pastoril oitocentista.

Sem a presença da mão-de-obra escravizada, o estancieiro encontraria enormes dificuldades para administrar a produção na estância. É o que nos revela o documento número 4. A Estância da Música era propriedade do governo farroupilha. Provavelmente para arrecadar recursos financeiros e sustentar a República Rio-grandense, o governo farrapo arrendou a estância para Duarte Silveira Gomes. O aparelho estatal deliberou que fossem retirados da estância quatro cativos campeiros. Duarte Silveira Gomes praticamente implora ao Estado que não lhe tirem essa mão-de-obra essencial.

Vejamos o documento: “Ilm.º e Exm.º Sr. [...] De novo tenho a rogar eu a Estância da Música [...] me reservaram de dita fazenda na Comissão de Alegrete 4 escravos, tendo ela unicamente 6 campeiros e 4 roceiros, [dez!] e deram ordens ao Comandante de Polícia o Capitão Antônio Garcez de Moraes para apartar os 4

²⁴⁸ CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob.cit. p. 46.

²⁴⁹ Id.ib. p. 39.

²⁵⁰ Id. ib. p. p. 39-42. (grifamos).

escravos reservados sendo estes dos mais moços e por consequência dos campeiros, vindo-me a ficar unicamente os 4 roceiros e 2 campeiros, e como V. Ex^o, não ignora a dificuldade que hoje se encontra em ter peões nas estâncias e a falta que eles fazem [...] rogo [...] não tirem os ditos escravos pela grande falta que me fazem.”²⁵¹ Destaque-se serem os cativos campeiros os “mais moços”, possivelmente crioulos da fazenda introduzidos nas lides campeiras.

3.11 Orientados às lides campeiras

O artigo 45 das instruções do conde sugere a existência, em 1832, de sete trabalhadores escravizados na *Estância da Música*. Em 1840, existiam dez, sendo destes seis campeiros. No artigo 44, Vieira Braga informa o capataz que seu afilhado “Zeferino” entregará na estância “escravos” e “animais” e “tudo mais que ficou a seu cargo”.

Como na solicitação de Duarte Silveira Gomes de manutenção dos trabalhadores escravizados na estância, o mesmo refere-se aos cativos como sendo “dos mais moços”, podemos supor, apenas como exercício hipotético, que os trabalhadores escravizados que Zeferino entregaria, em 1832, fossem dois cativos campeiros e um destinado às atividades agrícolas. Os três campeiros a que se referia Silveira Gomes, em 1840, seriam os “moleques” que estavam sendo orientados às lides campeiras e, oito anos mais tarde, com seus dezesseis, dezessete ou dezoito anos, eram já cativos campeiros. Nesse caso teríamos dez cativos na *Estância da Música* e um total de dezesseis trabalhadores.

Ao analisar inventário de Antônio Francisco de Moraes, de 1878, de Rio Pardo, encontramos documentos que sugerem que os cativos “moleques” recebiam desde pequenos orientações para as lides campeiras. Em 1^o de dezembro de 1871, o governo monárquico criou, através do artigo 2^o do regulamento n.º 4835, a “relação dos cativos”. A relação possivelmente fora criada para ter um controle sobre a cobrança de imposto que recaía nas transações comerciais entre compra e venda de cativos. Na relação anexada ao inventário de Antônio Francisco, datada de 1872, encontraremos treze trabalhadores escravizados: nove cativos [sete adultos e duas

²⁵¹ Id. ib. p. 66

crianças de sete a nove anos] e quatro cativas [duas adultas e duas crianças de dois e quatro anos]. Na Tabela 3 registramos as informações extraídas.

Tabela 3: Relação dos cativos pertencentes a Antônio Francisco de Moraes. (Art. 2.º do regulamento n.º 4.835 de 1.º de dezembro de 1871). Inventário Antônio Francisco de Moraes (1878). Rio Pardo.

Nome	Cor	Idade	Estado civil	Filiação	Naturalidade	Profissão
João	Preto	60	Casado	da falecida escrava Juliana	Deste distrito	Lavoura
João	Idem	52	Solteiro	da falecida escrava Teresa	Idem	Roceiro
Manoel	Idem	50	Idem	da falecida escrava Teresa	Idem	Idem
Gaspar	Idem	50	Idem	da falecida escrava Juliana	Idem	Lavoura
Manoel	Idem	45	Idem	da falecida escrava Juliana	Idem	Idem
Lucas	Idem	24	Idem	da falecida escrava Maria	Idem	Idem
Ismael	Idem	9	Idem	da escrava Maria	Idem	Nenhum
Eleodor	Idem	7	Idem	da escrava Maria	Idem	Nenhum
Inês	Idem	40	Idem	ignorada	Da Bahia	Cozinheira
Maria	Idem	30	Idem	da falecida escrava Juliana	Deste distrito	Lavadeira
Juliana	Idem	4	Idem	da escrava Maria	Idem	Nenhuma
Dorotéia	Idem	2	Idem	da escrava Maria	Idem	Nenhuma

Fonte: Inventários post-mortem. Rio Pardo. Cartórios de Órfãos e Ausentes. N 813; M 36; E 87, 1878. Arquivo Público do Rio grande do Sul (APERS). Inventário Antônio Francisco de Moraes. fls. s/n -anexo ao processo. (grifamos).

3.12 Os mais jovens

No quadro referente à profissão desses trabalhadores, o cativo Lisbão Antônio era campeiro. Os dois moleques – Ismael e Eleodoro – apareciam relacionados como “nenhum”. Quatro – João, Gaspar, Manoel e Lucas – trabalhavam na lavoura. Dois – João e Manoel [havia dois João e Manoel] – eram roceiros. Das cativas, Ignez era cozinheira e Maria era lavadeira. As duas crianças – Juliana e Dorothéa – apareciam relacionadas como “nenhuma”. Em 1873, Antônio Francisco de Moraes declarou que nasceu da sua cativa Maria, solteira, o cativo pardo Felizberto. Apenas João, de sessenta anos era casado, os outros eram solteiros.

Quando de sua morte, em 1878, na relação de bens para partilha dos herdeiros, os cativos foram assim relacionados: “Gaspar – 56 anos lavrador; Manoel – 51 anos lavrador; Lisbão Antônio – 23 anos campeiro; **Ismael – 15 anos campeiro; Eleodoro - 12 anos campeiro**; Ignez – 46 anos cozinheira; Maria - 36 anos lavadeira; Juliana – 10 anos doméstica; Dorothéa – 8 anos; Felizberto – 4 anos; e Idalino – 4 anos [não relacionado]”.²⁵² Os dois João e um Manoel, que em 1872, tinham, respectivamente, 60, 52 e 50 anos, não aparecem na relação da partilha. Provavelmente haviam falecidos.

Nas fazendas pastoris, comumente, as cativas eram responsáveis pelas atividades domésticas, nas sedes, e agrícolas, no pomar e horta. Nas instruções do conde de Piratini ao seu capataz, João Fernandes da Silva, Vieira Braga não faz referências a trabalhadoras escravizadas. Ao contrário, a documentação *sugere* que na *Estância da Música* não existissem cativas ou núcleos familiares de cativos.

Por orientação do conde, as atividades em geral realizadas no seio do núcleo familiar escravizado pela cativa ou pelo cativo membros do mesmo, eram feitas para todos os trabalhadores escravizados por um cativo. “Artigo 14. A roupa que se der aos escravos será lançada em assento para saber-se, e deverá um deles lavar a roupa de todos para que andem limpos [...]”. “Artigo 20. A comida para os escravos deverá ser feita por um deles, para que cada um se veja na necessidade de ir fazer, do que resultaria **perda de serviço**, e andarem mal comidos”.²⁵³

3.13 Um Personagem da Monarquia

O conde de Piratini era personagem de destaque da sociedade imperial, constando na lista de políticos influentes com os quais se relacionava o imperador dom Pedro II; José Araújo Ribeiro [visconde de Rio Grande]; Manoel Marques de Souza [conde de Porto Alegre]; José Feliciano Fernandes [visconde de São Leopoldo e presidente da província de São Pedro em 1824]; entre outros potentados da terra, todos defensores ferrenhos dos interesses da monarquia.²⁵⁴ Extensões do monarca nos

²⁵² Inventários *post-mortem*. Rio Pardo. Cartórios de Órfãos e Ausentes. N 813; M 36; E 87, 1878. Arquivo Público do Rio grande do Sul (APERES). Antônio Francisco de Moraes. 1878. (grifamos).

²⁵³ Cf. CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob. cit. p. p. 41-42. (grifamos).

²⁵⁴ Cf. Id.ib. p. p. 13 – 16 - 33.

rincões mais distantes da Província de São Pedro. Segundo Guilhermino César, o conde era “amigo pessoal de S. M. Imperial, a quem hospedou uma vez”.²⁵⁵

O conde era detentor de grande riqueza administrou “estâncias, casas de negócios” e “charqueadas”. O presidente da província em 1835, Antônio Rodrigues Fernando Braga era parente e apadrinhado político de Vieira Braga, que exercia o cargo de deputado da Assembléia provincial. Em 1838, Vieira Braga era Vice-Presidente da Província. Nos momentos críticos da Guerra Farroupilha, o conde organizou na região milícias contra os farrapos, “distribuiu proclamações em sentido de ordem e defesa do trono Imperial” e, por sua influência, a Câmara Municipal de Pelotas declarou-se contra a revolta farroupilha. Usava de seu poder político e econômico para defender o “*status* da classe latifundiária”. Reuniu “gente armada”, “prontificou peças de artilharia”, acusou Bento Gonçalves perante a Corte e, em momento algum “transigiu com os revolucionários”.²⁵⁶

Guilhermino César assinala que “toda a gente o procurava, e à sua roda todos dele dependiam”.²⁵⁷ Mantinha sob seu controle juizes e capitães. É o que sugere o artigo 10 e 18 das instruções: “Artigo 10. [...] os couros, sebos, guampas e cabelos se irão guardar até que eu disponha a sua vinda [...] advertindo também que os couros que houverem à sua chegada serão entregues ao capitão Garcez e lhe dirá que não lhe cedo mais pela razão de fazer o carregamento da carreta que agora vai, para quando haja de voltar”.²⁵⁸ “Artigo 18. Não consentir que pessoa alguma mate gado da minha marca [...] no caso que alguém o faça por prejudicar-me, ou haja disso desconfiança, se representará ao filho do capitão Garcez, como delegado do Juiz de Paz, para proceder na casa da pessoa que se desconfia, e fazer-se tudo o mais que for necessário contra o ladrão”.²⁵⁹

3.14 Relações com a vizinhança

Vieira Braga orientava seu capataz a manter um bom relacionamento com os estancieiros vizinhos. No artigo 24, o conde instrui seu capataz a não “entrar no campo dos vizinhos por motivo do paramento dos rodeios, ou ainda mesmo a procurar alguma

²⁵⁵ Id. Ib. p. 13.

²⁵⁶ Id. Ib. p. p. 14-15.

²⁵⁷ Id. Ib. p. 12.

²⁵⁸ Id. ib. p.40.

²⁵⁹ Id Ib. p.p.41-42.

manada de égoas ou tropilha de cavalos, sem consentimento do seu dono ou do capataz, salvo no campo de Joaquim Pedro salgado por ter o capataz dado licença para isso, devendo também obstar-se que qualquer dos vizinhos entrem no meu campo sem o seu consentimento.” No artigo 28, Viera Braga orienta o capataz a não “negar rodeios a quem os pedir, com tanto que haja gente suficiente para os para”.²⁶⁰

Pelo menos com um vizinho o relacionamento era tumultuado. Provavelmente o desafeto de Vieira Braga era Francisco de Oliveira, simpatizante farrapo, que havia adquirido em 1822 a sesmaria de Manoel Maria Ricalde de Resende, divisa com a *Estância da Música*, e solicitado ao governo Farroupilha, em 1840, a medição da estância.

Os artigos 25 e 26 das instruções revelam a dita disputa territorial entre os dois: “Artigo 25. Sendo que alguma pessoa tente arrancar-se no campo, você se oporá a isso usando de toda força que tiver ao seu alcance, porque ninguém está autorizado a fazê-lo sem que eu esteja convencido por sentença final de que o terreno não me pertence, e do que ocorrer deverá logo avisar o meu cunhado João Roiz Ribas para que ele tome alguma providência a tal respeito”; “Artigo 26. Se qualquer pessoa tentar mandar medir o campo você fará logo participante a meu cunhado Ribas, a quem tenho dado as minhas instruções a semelhante respeito, pois não é possível que sem eu ser notificado em própria pessoa se possa proceder a dita medição.”²⁶¹ Compreende-se por que Francisco de Oliveira recorreu ao governo farroupilha, quando a *Estância da Música* pertencia à República Rio-grandense, na tentativa de rever suas terras.

²⁶⁰ Id. Ib. p.p. 42-43.

²⁶¹ CESAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*. Ob. cit. p. 43.

Capítulo 4

Estâncias de Rio Pardo: 1780-1882.

4.1 Extensão e valor das fazendas

Pesquisamos 60 inventários *post-mortem* de proprietários de fazendas de Rio Pardo. Selecionamos de forma que nos orientasse em relação à extensão das propriedades, os instrumentos de trabalho utilizados, o número de animais e cativos etc., no mínimo cinco inventários por década com o objetivo de obter dados gerais sobre a fazenda pastoril, com destaque para a mão-de-obra escravizada – quantidade, gênero, idade, preço, profissão, relação com os bens móveis e imóveis –, entre 1781 e 1882. Para tanto, iniciamos a reconstrução do perfil geral das fazendas pastoris sulinas do final do Setecentos e do Oitocentos na região em estudo pelo tamanho da propriedade. Para melhor interpretação, abordaremos os dados por período de trinta anos.

Dos treze inventários analisados referentes a 1781-1809, identificamos seis fazendas com menos de treze mil hectares; uma com treze mil ha; uma com 39 mil ha; e cinco inventários sem referências sobre o tamanho das fazendas. Na Tabela 4, reproduzimos as informações extraídas dos inventários estudados quanto ao nome dos proprietários; ano do inventário; tamanho da propriedade; valor total da propriedade; valor por hectare, sem correção.

Tabela 4: Tamanho e valor das fazendas. Inventários de Rio Pardo [1781/1809].

Fazendeiro	Ano	Tamanho declarado	Hectares	Valor prop.	Valor por ha.
André Pinto da Silva	1781	Um campo [...] com meia légua de légua em quadra	2.150	32\$000	\$15
Benedita Rosa Casa	1786	n/c	-	n/c	-

Celestino Franco	1786	3 léguas de comprimento [...] três léguas de largura	39.000	550\$000	\$14
Claudio José Moura	1786	Meia légua légua de comprido[...] e um quarto de légua de largo	4.900	128\$000	\$26
Sebastião da Costa	1789	Meia légua de comprido [...] e uma quarto de légua de largo	4.900	100\$000	\$20
Manoel Coelho	1794	1.500 ha.	1.500	130\$200	\$87
Roque Goulart Pinto	1799	Três quartos de légua de légua em quadra	3.200	800\$000	\$250
Luis Pereira da Silva	1799	n/c	-	1:200\$000	-
Francisco Ribeiro Veloso	1805	1 sesmaria de campo	13.000	4:000\$000	\$307
Francisco de Lima e Veiga	1805	2 léguas de comprido por uma de largo	9.750	3:600\$000	\$369
Ana do Rosário	1805	Três quartos de légua em quadro	3.225	900\$000	\$279
Manoel José Machado	1807	n/c	-	16:400\$000	-
Francisco Borges do Canto	1809	n/c		1:050\$000	-

Fonte: Inventários *post-mortem* [1781-1789]. Rio Pardo. Cartórios de Órfãos e Ausentes. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

* Não consta

Na década de 1780, os valores das propriedades apresentam pequenas variações no preço, eventualmente devidas à qualidade das pastagens, à localização da estância, às divisas naturais, etc. Possivelmente seriam mais valorizadas as fazenda cercadas por morros íngremes, coxilha, matos impenetráveis, tendo nas suas divisas rios e riachos onde o gado, na maior parte ainda alçado, encontrava dificuldades naturais para escapar dos limites da propriedade. Não temos, porém elementos para comprovar esta hipótese.²⁶²

Na década de 1780, na região, em média, treze mil hectares de terra valiam 260\$000. Porém, em 1794, a légua de sesmaria podia valer em torno de 1:130\$000 e, em finais dos setecentos, 3:250\$000. Em inícios dos oitocentos, a légua de sesmaria oscilava eventualmente entre 4:000\$000 e 4:700\$000 contos de réis.

²⁶² Cf. DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, EdiPUCRS, 1990. p. 130.

Portanto, na década de 1780, em média, na região, a légua de sesmaria valeria uns \$20 réis por hectare. Na década seguinte, o preço teria aumentado. Em 1794, o hectare podia valer uns \$87 réis e, em 1799, uns \$250 réis. Doze vezes mais que na década anterior. No início do Oitocentos, o hectare valia \$320 réis. Mais de trinta por cento do que em fins do Setecentos. Porém, o escasso número de propriedades estudadas não permite generalizações desses dados.

Como na maioria dos inventários analisados, as benfeitorias estão acompanhadas dos respectivos preços, pressupomos que o valor do campo equivale ao preço da terra nua. Embora não conste nos inventários a extensão de cinco fazendas, pelo valor médio do hectare é possível especular sobre seus tamanhos, caso os preços médios definidos correspondam à realidade. Assim sendo, a propriedade do inventariado Luís Pereira da Silva, de 1789, teria 7.100 ha; a de Manoel Machado, de 1807, 51.500 ha; a de Francisco Borges do Canto, de 1809, 3.300 hectares.

4.2 Relação de valor terra x gado

Na propriedade de André da Silva, inventariada em 1781, havia 264 cabeças de gado vacum e cavalari, com 228\$640 mil-réis de valor. Média de 1\$112 por cabeça. Com um *animal* comprava-se 74 hectares. A estância de Celestino Franco, inventariada em 1786, possuía 1.512 animais avaliados em 1:545\$360 mil-réis ou, 1\$012 por unidade, o equivalente a 72 hectares. O inventário de 1786 da propriedade de Cláudio José Moura registra 521 vacuns [378\$040/\$725 por cabeça] e 191 cavalares [141\$800/\$742 por cabeça], média de \$997 por animal. Portanto, com o valor médio de um bovino compravam-se 38 hectares. O inventário de 1789 da propriedade de Sebastião da Costa registrou 1.203 animais vacuns, cavalares e ovinos, totalizando 1:448\$600 mil réis ou 1\$204 por cabeça, o equivalente a sessenta hectares.

Na década seguinte, a relação de valor terra x gado parece ter sofrido alteração substancial. A propriedade de Manoel Coelho, inventariada em 1794, possuía 452 vacuns e 31 cavalares [390\$000/\$807 por unidade]. Com o preço de um animal adquiriam-se nove hectares. Em finais do Setecentos, o inventário de Roque Goulart Pinto, de 1799, assinalou a existência de 1.148 vacuns e cavalares, avaliados

em 1:271\$320 ou 1\$107 por unidade. Com uma cabeça de gado, comprava-se 4,4 hectares.

Em inícios do Oitocentos, a tendência de valorização da terra parece se acentuar. Na propriedade do capitão Francisco Ribeiro Veloso, inventariada em 1805, foram arrolados 4.038 vacuns [3:276\$000/\$811 por unidade] e 979 cavalares [1.163\$800/1\$188 por unidade], ou, 1\$099 por animal. Portanto, com uma cabeça de gado comprava-se 3,5 hectares. No mesmo ano, o inventário de Francisco de Lima Veiga, registrou entre gado vacum e cavalari 2.355 cabeças, totalizando 1:708\$200 ou, \$725 por unidade. Com o preço de um animal adquiria-se 1,9 hectares. Ainda em 1805, o inventário de Ana do Rosário registrou 10.728 vacuns [8:297\$680/\$773 por cabeça] e 2.040 cavalares [2:770\$980/1\$358 por cabeça] ou \$867 por cabeça de gado e três hectares. Em 1807 a propriedade do capitão Manoel José Machado possuía 25.660 animais avaliados em 17:295\$120 mil-réis ou, \$674 por animal que comprariam dois hectares.²⁶³

Observamos que, no geral, o valor médio do gado vacuns + cavalares mantém relativa estabilidade no período. Em 1781, era de 1\$112; 1786, 1\$012; 1789, 1\$204; 1794, \$807; 1799, 1\$107; 1805, 1\$099; 1807, \$674. As variações de preço médio relacionam-se à quantidade de gado vacum e cavalari xucros e de ovinos existente nas propriedades. O valor da terra apresenta substancial aumento. Em 1781, com um animal adquiria-se 74 hectares e, na primeira década dos oitocentos, dois a três hectares.

4.3 Casas velhas cobertas de capim

Os inventários fornecem informação variada sobre as sedes das fazendas pastoris. Em 1786, no inventário de Cláudio José Moura, a sede da estância localizava-se no “outro lado do Rio Pardo no sopé do arroio das Pedras [afluente da margem direita do rio Pardo] e caminho do Jacuí”. No documento, lia-se: “[...] casa [...] de pau-a-pique velha [...] coberta de capim [...]”²⁶⁴ No mesmo ano, o inventário

²⁶³ Cfe. Inventários *post-mortem*. Rio Pardo. [IPM/RP] [1786-1807]. André Pinto da Silva; Celestino franco; Cláudio José Moura; Sebastião da Costa; Manoel Coelho; Roque Goulart Pinto; Francisco Ribeiro Veloso; Francisco de Lima Veiga; Ana do Rosário e Manoel José Machado.

²⁶⁴ IPM/RP. Cartórios de Órfãos e Ausentes [COA]. N 26; M 2; E 08. Arquivo Público do Rio grande do Sul [APERS]. Cláudio José de Moura, 1786.

de Celestino Franco registrou a sede da propriedade como sendo um “uma casa de pau a pique coberta de capim, no mesmo campo”.²⁶⁵

Ainda em 1786, o inventário de Benedita Rosa Casa assinalou a sede da propriedade rural, situada no “distrito de Santo Augusto”, como “uma casa de pau-a-pique, coberta de capim, com cozinha e quintal, com arvoredos”.²⁶⁶ Em 1789, segundo inventário de Sebastião da Costa, a sede da estância existente apresentava pequena evolução no relativo aos cercados: “[...] casa coberta de capim, cozinha, cercas e curral de pedras.”²⁶⁷

Em 1799, o inventário de Roque Goulart Pinto anotou relativa melhoria nas sedes das fazendas, no que se refere às coberturas de telhas: “[...] uma casa coberta de telhas com cozinha também de telha.”²⁶⁸ A referência parece assinalar cozinha separada da casa de morar. Ainda em 1799, o inventário de Luis Pereira da Silva registrou a sede como “uma casa coberta de telhas”.²⁶⁹

Em 1805, o inventário de Francisco Ribeiro Veloso relacionou “uma casa coberta de telhas, uma tapera de olaria também coberta de telhas, árvores frutíferas, mais arvoredos cercado horta e lavouras, potreiro, currais nos campos da sesmaria do outro lado do rio das Pederneiras.”²⁷⁰ Destaque-se a referência à olaria – que teria eventualmente sua produção escoada pelo rio Paderneiras –; o cercamento, para proteção da “horta e lavoura” por arvoredo dos animais; e currais, sobre os quais não temos informação positiva.

Também em 1805, a sede da fazenda de Francisco Lima Veiga era descrita como “uma casa com currais, cercados e lavoura, mais benfeitorias”.²⁷¹ Ainda em 1805, o inventário de Ana Maria do Rosário registrou a sede da estância, localizada no distrito da Capela de Santa Bárbara, como “uma casa com 45 palmos [9.9 m.] de frente e 20 [4.40 m] de fundos, coberta de palha, com 4 portas e 4 janelas, 1 cozinha, tudo com bastante uso, 14 pés de laranjeiras, 2 currais com portas de madeira já velha e 5 pés de limoeiro, 1 pequena porteira, pessegueiros novos e velhos

²⁶⁵ IPM/RP. COA. APERS. N 28 A25; M 2; E 47. Celestino Franco, 1786.

²⁶⁶ IPM/RP. COA. APERS. N 20; M 18; E 17, 1786. Benedita Rosa Casa, 1786.

²⁶⁷ IPM/RP. COA. APERS. N 40; M 2; E 47. Sebastião da Costa, 1789.

²⁶⁸ IPM/RP. COA. APERS. N 70; M 3; E 47. Roque Goulart Pinto, 1799.

²⁶⁹ IPM/RP. COA. APERS. N 68; M 3; E 47. Luis pereira da Silva, 1799.

²⁷⁰ IPM/RP. COA. APERS. N 87; M 5; E 47. Francisco Ribeiro Veloso, 1805.

²⁷¹ IPM/RP. COA. APERS. N 96; M 5; E 47. Francisco Lima Veiga, 1805.

marmeleiros e figueiras”.²⁷² Ou seja, uma casa de uns 44 metros quadrados, com cozinha possivelmente em anexo.

A propriedade de Manoel José Machado, inventariada em 1807, com “divisas principiando o rio Caí entre a ponte alta [...] por uma parte que vai por trás da Palmeira e deságua no rio Capivari até o arroio de São Marcos”, apresentou benfeitorias significativas, se comparadas às anteriores. A sede da estância era “uma casa [...] de sobrado, forrada e assoalhada, coberta de telhas, com cinqüenta e seis palmos de frente [12,3 m.] e fundos competentes, com seu quintal e arvoredos”.²⁷³ O falecido José Machado era capitão no Rio Grande do Sul e a estância era em sociedade com o falecido capitão-mor João Marcos Vieira que residia no Rio de Janeiro. Nas cidades, o sobrado era morada construída com dois ou mais níveis onde, no piso inferior, ficava a moradia dos trabalhadores ou depósitos. Na parte superior ficava a residência do proprietário. O soalho garantiria um “refinamento habitacional em relação aos pisos de chão batido e de laje”.²⁷⁴

A estância possuía ainda capela – “uma casa na mesma estância, com oitenta e dois palmos de frente [18.00 m.] e fundos competentes, forrada e assoalhada, coberta de telhas que serve de capela”; charqueada com seus pertences – “uma casa na mesma estância, 100 palmos de frente [22.00 mm] que serve para a charqueada, com seu tabuleiro de salgar carne e canxa mais preparos”; moinho – “uma casa na mesma estância, quarenta e dois palmos de frente [9.2 m.] e fundos competentes, coberta de telhas, com uma atafona [moinho] de bois dentro dela”.²⁷⁵ A opulência arquitetônica relativa da sede e benfeitorias da propriedade explica-se pela produção pastoril, charqueadora e agrícola.

Embora parciais, as informações extraídas dos inventários permitem deduzir que a estrutura física das moradias, entre os anos de 1781-1809, no município de Rio Pardo, seriam, possivelmente: palhoças de pau-a-pique barreadas, possivelmente próximas a pomares e hortas, cobertas de capins, apresentando como melhorias coberturas de telhas em finais do Setecentos; cercas vegetais ao redor das plantações e currais de pedras. Segundo a documentação, possivelmente as cozinhas

²⁷² IPM/RP. COA. APERS. N 93; M 5; E 47. Ana Maria do Rosário, 1805.

²⁷³ IPM/RP. COA. APERS. N 124; M 5; E 8. Manoel José Machado, 1087.

²⁷⁴ MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo. A Arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho*. Passo Fundo, Editora da Universidade de Passo Fundo, 2001.

²⁷⁵ Cf. IPM/RP. COA. APERS. N 124; M 5; E 8. Manoel José Machado. 1807.

eram construídas em anexo. Os inventários analisados nesse período não fazem menção às moradias dos trabalhadores escravizados e nem do capataz, caso houvesse.

4.4 Bens, instrumentos de trabalho e produção

A propriedade de André da Silva, inventariada em 1781, teria 2.150 hectares e 264 cabeças de gado, 132 vacuns e 132 cavalares. Média de seis hectares por cabeça de gado. O documento registrou duas enxadas e um machado; uma arma de fogo; móveis, tachos de cobre, pratos de cozinha grandes e pequenos, um banco, uma caixa pequena com fechaduras, um oratório grande e imagem de santa; três cativos adultos, sendo dois cativos de 20 anos e uma cativa de 30 anos, na plenitude produtiva, portanto. Os herdeiros totalizavam cinco membros - quatro homens e uma mulher, sem idades especificadas.²⁷⁶

A propriedade de Benedita Rosa Casa, no distrito de Santo Augusto, inventariada em 1786, arrola 45 cabeças de gado vacuum e cavalares e duas africanas, benguelas, adultas, com 30 anos. Não registra a extensão e o valor da fazenda. Na propriedade, plantava-se possivelmente trigo, já que estão arrolados duas foices, dois machados, duas enxadas e trinta alqueires de farinha –1.080 kg. Temos também duas facas de sangria, duas caixas, prata, ferro, estanho, louças, móveis, um tear e, muito tecido de diversos tipos: baetas de cores, baetas pretas, cetim, mantas, tafetá, seda, lã, linho, linhas, fitas, cobertores, lenços, etc., totalizando 784\$300 mil-réis, ou 69% do montante apurado. Eventualmente, tratava-se de mercadorias. A título de herdeiro consta apenas o viúvo.²⁷⁷

O inventário de Celestino Franco, de 1786, assinalou no distrito de Rio Pardo, com 39 mil hectares e 1.526 animais –1.107 vacuns e 419 cavalares. Média de 25,5 hectares por animal. Possuía onze cativos: sete homens e quatro mulheres. Dez em idade produtiva, entre 12 e 44 anos, e um moleque de três anos. Moleque era a “denominação técnica do escravo menino”.²⁷⁸ Destes, quatro africanos [dois benguelas, um mina e um angola], seis crioulos e um sem nacionalidade.

²⁷⁶ Cf. IPM/RP. COA. APERS. N 15; Maço 1; E 47. André Pinto da Silva. 1786.

²⁷⁷ Cf. IPM/RP. COA. APERS. N 20; M 18; E 17. Benedita Rosa casa. 1786.

²⁷⁸ GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1980. p. 173.

Nos bens declarados, registrou-se um formão, um carro de mão, dois moinhos de água com seus ferros e mais pertences; uma caixa grande de jacarandá, dois baús usados, uma caixa pequena, uma mesa de jacarandá, cinco cadeiras; um tear com seus pertences, um chapéu de sol de tafetá, três vestidos, cinco varas de lã, uma capa carmesim; uma cama e sua armação de cabeceira torneada, uma cama sem armação; uma cama velha; um catre, um par de fivelas de prata, uma chinha de prata com boçal. Os membros da família totalizavam quatro, sem idades especificadas.²⁷⁹

Em 1786, o inventário de Cláudio José Moura registrou estância localizada no “outro lado do Rio Pardo no sopé do arroio das Pedras e caminho do Jacuí”, com 4.900 hectares, com 712 animais, 521 bovinos e 191 cavalares. Média de sete hectares por cabeça. O inventariado registrou cinco trabalhadores escravizados: três adultos – dois homens de 18 e 50 anos e uma mulher de 50 anos – e duas *molecas* de nove e seis anos. Os herdeiros eram seis, sem registro de idades. O documento arrola os seguintes instrumentos de trabalho: quatro enxadas velhas, dois machados velhos, um machado de picar carne; duas foices, quatro foices de cortar trigo, um ferro de arado, um tacho usado, uma marmitta, três caixinhas velhas, uma mesa um tear com seus pertences; uma clavina velha [arma de fogo], e um par de pistolas velhas. As quatro enxadas, o ferro de arado e a seis foices [quatro de cortar trigo] sugerem práticas agrícolas, eventualmente trigo.²⁸⁰

A propriedade de Sebastião da Costa, inventariada em 1789, possuía 4.900 hectares e 1.203 animais vacuns, cavalares e ovinos [856\$720/\$712 por cabeça] ou, quatro hectares por animal. Os cativos eram nove: uma crioula adulta de 40 anos; cinco em idade de iniciação produtiva - dez e treze anos - sendo dois crioulos e três mulatos e três mulatos moleques - três e sete anos. Os bens móveis arrolados no inventário resumiam-se a dois tonéis usados, duas enxadas, dois machados usados, um arado velho, duas clavinas, um tacho de cobre grande e um tacho de cobre pequeno. Os membros da família eram oito: quatro homens e quatro mulheres, sem registro da idade.²⁸¹

²⁷⁹ Cf. IPM/RP. COA. APERS. N 28 A 25; M 2; E 47. Celestino Franco. 1786.

²⁸⁰ Cf. IPM/RP. COA. APERS. N 26; M 2; E 08. Cláudio José Moura. 1786.

²⁸¹ Cf. Cf. IPM/RP. COA. APERS. N 40; M 2; E 47. Sebastião da Costa. 1786.

Na propriedade de Manoel Coelho, inventariada em 1794, que, de acordo com avaliação dos avaliadores, era uma “pequena chácara [sic] no distrito de Rio Pardo com 1.500 hectares mais ou menos”, encontramos 452 vacuns [364\$000/\$805 por unidade] e 31 animais cavalares [25\$800/\$735 por unidade], ou, um animal por três hectares. Possuía ainda o inventariado quatro cativos: dois crioulos de 18 e 22 anos, na plenitude da produtividade; um guiné, de 40 anos e uma africana, também de guiné, com 56 anos. No documento lia-se, no rol de bens móveis, apenas um prato de estanho com duas libras, quatro pratos de estanho pequenos com três libras, uma panela de ferro com três libras, um vaso de cobre com dez libras, uma mesa de cinco palmos e uma caixa grande. Os membros da família eram quatro mulheres casadas. Definitivamente, os cativos e eventuais peões não comiam em pratos de estanho.²⁸²

O último inventário analisado dos setecentos, de Roque Goulart Pinto, de 1799, arrola propriedade com 3.200 ha, que possuía um total de 1.148 animais vacuns e cavalares [1:271\$320/1\$107] ou 2,7 hectares por animal. Nessa fazenda, encontramos 47 cavalos mansos de trote, o mais barato 3\$000 e o mais caro 8\$000. Os cativos eram seis homens e cinco mulheres: quatro em idade produtiva [15 e 30 anos]; quatro moleques [quatro e 11 anos] e três sem idade. Destes, dois africanos – benguela e rebolo –; três crioulos; dois mulatos; uma parda e três sem nacionalidade.

No documento registrou-se um par de esporas de prata, um freio de ferro e um lombilho com estribos de ferro, três caldeirões de ferro, um forno de cobre de fazer farinha, um tacho de cobre, uma roda de ralar mandioca chapeada, uma prensa de madeira de espremer rama de mandioca, um tear, um engenho d’água, uma âncora de moinho d’água e um cocho. Além de móveis e algumas peças de roupas. Os instrumentos de trabalho eram seis enxadas, um machado, seis foices de cortar trigo [sugerindo plantação de trigo], uma serra de mão e um carro velho. Os membros da família eram oito: dois do primeiro matrimônio [casados] e seis do segundo [crianças de um a sete anos].²⁸³

²⁸² Cf. IPM/RP. COA. APERS. N 17; M 1; E 47. Manoel Coelho. Rio Pardo. 1786.

²⁸³ IPM/RP. COA. APERS. N 70; M 3; E 47. Roque Goulart Pinto. Rio Pardo. 1799.

4.5 Evolução lenta e gradual

No inventário de Francisco de Lima Veiga, 1805, uma propriedade com uns 9.750 hectares, registrou-se 1.904 animais vacuns [1:287\$360/\$676 por unidade] e 451 cavalares [\$933 por unidade]. Portanto, quatro hectares por animal. Possuía seis cativos: dois moleques *crioulos* de três e cinco anos; dois *novos* de nação benguela e angola de 30 anos e dois adultos *crioulos* de 32 e 47 anos. Dos quatro cativos adultos, dois estavam “fugidos”: Gonçalo, crioulo, de 30 anos, e Vicente, benguela, de 30 anos. Os herdeiros eram quatro: duas crianças de cinco e sete anos e dois jovens de 14 e 16 anos.

Nesse documento, encontramos registrado em prata: um freio, quinze argolas com seus pertences, três colheres, três garfos, uma bainha de espada, um par de estribos, um par de esporas, um buçal e um tacho grande. Os demais bens relacionados no inventário resumiam-se a duas caixinhas de ferro, duas mesas, dois bancos, um baú usado; dois tambores, uma caldeira, duas caixas grandes; doze pratos de louça, dois pratos de estanho, um relógio, um par de lombilhos; um coxo velho, uma espada de latão e uma panela de ferro.²⁸⁴

A propriedade de Ana Maria do Rosário, inventariada em 1805, com 3.225 hectares, possuía 12.768 cabeças de gado vacuns e cavalares [11:068\$660/\$867 por animal] ou, quatro hectares por cabeça de gado. Existiam 17 trabalhadores escravizados, 15 homens e duas mulheres, todos sem idade. Média de 7,5 homens por mulher. Destes, três africanos – dois angolanos e um benguela; seis crioulos; um cabra; um mulato; um pardo e cinco sem nacionalidade. Os herdeiros eram sete mulheres e seis homens [entre 11 e 30 anos].

Possuía a inventariante em móveis uma mesa com cinco palmos [1,10 m] de comprido com gaveta, de cedro; um oratório de três palmos e meio de alto [77 cm], de pau de cedro; uma caixa de cedro com cinco palmos e meio de comprido [1,20 m]; uma caixa pequena, de três palmos de comprido [66 cm]; seis pratos de estanho pequenos; seis garfos de metal usados; seis colheres; uma barra de ferro; uma panela de ferro usada; um tacho velho pequeno e furado; uma colcha de algodão nova; uma colcha de algodão usada; dois lençóis de capa ordinários; quatro toalhas; duas caixas de couro; um ferro de engomar; uma marmita velha; uma marmita nova de ferro; um

²⁸⁴ Cf. IPM/RP. COA. APERS. N 96; M 5; E 47. Francisco de Lima Veiga. 1805.

tacho com vinte e oito libras; um tacho com cinco libras; dois copos de louça; três pratos de estanho; dois pratos de louça; dois pratos de louça pequenos; duas tigelas pequenas; seis pratos pequenos de estanho; duas panelas de ferro; duas caixas de cedro.

Em prata, registrou-se um par de esporas, um par de esporas pequeno e quatro pares de esporas maiores. Em ouro, quatro pares de brinco e um laço de ouro. Em artefatos de montaria, dois lombilhos de sola com seus pertences e quatro freios campeiros; além de um moinho de mão, uma roda de fiar algodão, um tear de tecer com seus pertences e cinco pontes, dois pares de cordas usadas, duas carretas usadas, três coxonilhos, um compasso de ferro, dois lençóis de linho, uma capa de baeta, duas saias de sarja, um par de pistolas velhas e dois barris compridos. Os instrumentos de trabalho eram três enxadas, um picão de moinho, dois martelos, uma turquesa, uma peneira de seda, uma peneira de cabelo, uma serra braçal, uma serra pequena usada, dois arados, um descaroçador de algodão, três foices de roçar, uma cavadeira e um esquadro.²⁸⁵

4.6 Militares estancieiros

O inventário do capitão Francisco Ribeiro Veloso, 1805, registrou uma estância com treze mil hectares. Nela encontramos 4.038 vacuns [3:276\$000/\$811 por cabeça] e 979 cavalares [1:163\$800/1\$188 por cabeça] ou, 2,5 hectares por animal. Escravizava 28 homens e três mulheres. Portanto, média de 9,3 homens por mulher. Destes, dois moleques com dez e 14 anos; 22 entre 19 e 40 anos; quatro entre 47 e 60 anos e três sem idade. Portanto, apesar da importante quantidade de cativos para uma fazenda, nenhuma criança pequena. Os africanos eram vinte benguelas e dois mogumbes; além de dois mulatos; dois crioulos e cinco sem nacionalidade. Os herdeiros eram oito, sem registro de idade. Destaque-se o equilíbrio da nacionalidade dos cativos *novos*, no que se refere aos benguelas. Os escravistas tradicionalmente não mantinham em suas senzalas cativos de uma mesma nacionalidade a fim de dificultar movimentos de resistência de qualquer tipo.

Dos bens declarados, encontramos uma corrente e um relógio de ouro. Arrolados em prata, tínhamos garfos, colheres e facas; duas bandejas, duas bandejas

²⁸⁵ Cf. IPM/RP. COA. APERS. N 93; M 5; E 47. Ana Maria do Rosário. 1805.

da Índia, uma bomba, um faqueiro completo; dois copos, duas fivelas, uma fivela com argola, um par de botões; um par de esporas, uma chinha; um freio com buçal e ponteira; um relógio velho, uma caixa de prata etc.; além de ferro, bronze, estanho; móveis, mesas, cadeiras, camas; louça, garfos, colheres e facas; oratório de jacarandá com imagens de Jesus e São Francisco prateadas e roupas, sobretudo fardas e jalecos militares do corpo de Dragões.

Constam no inventário uma canoa, duas carretas, cinco barris de carregar água, dois baús de couro, duas armas de fogo, um taxo grande usado, um taxo pequeno, uma balança de ferro, sete balanças velhas quebradas com peso de dez arrobas, uma atafona e seus pertences, três jogos de pedras de moinho, duas rodas de mover a água e dois fornos de cobre. Os instrumentos de trabalho eram dez machados, ferramentas de carpinteiro, treze foices, dez enxadas e quatro arados, sugerindo importante atividade agrícola.

A existência de “uma tapera de olaria” pressupõe um processo produtivo por etapas: extração da lenha das matas; trabalho de lenhador para as fornalhas de aquecimento no fabrico das telhas; represamento das águas do rio para formação do barreiro ou carregamento da água do rio até o barreiro – no inventário consta “cinco barris de carregar água”; terra para produção da matéria prima; amassamento da terra transformando-a em barro consistente para fabricação de telhas e tijolos.

Nessa propriedade, certamente existiam trabalhadores livres. No rol de despesas em dinheiro para manutenção da fazenda registrou-se “5\$000 destinados ao pagamento de um peão domador” e “55\$040 no pagamento da carneação de quarenta e três vacas”. Portanto, o valor de carneação de uma vaca seria \$1.280 o equivalente, pelo preço médio do período, a um animal e meio.

A documentação sugere que uma parte da atividade indireta produzida internamente era mercantilizada. O produto da olaria resultava numa fonte de renda extra ao estancieiro que vendia a 12\$000 o milhar, conforme relato do rol das despesas e receitas da estância: “[...] importe de 1.500 telhas que vendi que ficou do tempo do falecido e não inventariaram 18\$000 [...] importe uma porção de tijolos [...] 30\$000.”²⁸⁶

²⁸⁶ IPM/RP. COA. APERS. N 84; M 5; E 47. Francisco Ribeiro Veloso. 1805.

A estrutura organizacional produtiva da fazenda do capitão Manoel José Machado, inventariada em 1807, apresentou unidades de produção mais complexas. No início do Oitocentos, o estancieiro conjugava a criação de gado em larga escala com a produção resultante das atafonas, olarias e charqueada. No inventário do capitão lia-se: “[...] uma estância de campo [...] com divisas principiando o rio Caí entre a ponte alta [...] por uma parte que vai por trás da Palmeira e deságua no rio Capivari até o arroio de São Marcos.”²⁸⁷ Embora não conste no inventário a extensão dessa estância, razoável utilizar como base de cálculo o valor médio do hectare de terra, \$318, registrado anteriormente. Teria essa estância 51.500 hectares ou mais, como sugere o número de animais. O inventariado Manoel José Machado era capitão no Rio Grande do Sul e a estância era em sociedade com o falecido capitão-mor João Marcos Vieira que residia no Rio de Janeiro.

A estância tinha 25.660 animais – 22.050 vacuns [11:425\$120/\$518 por unidade] e 3.610 cavalares [5:870\$000/1\$616 por unidade] ou, dois hectares por animal, uma lotação média importante para a época. Possuía trinta cativos e oito cativas. Média de 3,7 homens por mulher. Todos sem idade. Uma alta taxa de masculinidade, portanto, compreensível devido à charqueada, como veremos a seguir. Destes, dez angolas, quatro benguelas e um mina; nove crioulos, um cabra, dois pardos, uma mulata e dez sem nacionalidade. Mais uma vez, importante quantidade de cativos angolas. Dez herdeiros, sem registro de idade. Porém, consta no documento que o inventariado possuía “vários filhos de menor idade”.

Na propriedade do capitão, existia uma charqueada, descritas como “uma casa na mesma estância, 100 palmos de frente [22 metros] que serve para a charqueada, com seu tabuleiro de salgar carne e canxa e mais preparos”; um moinho “uma casa na mesma estância, quarenta e dois palmos de frente [9,2 m.] e fundos competentes, coberta de telhas, com uma atafona de bois dentro dela”. Possuía ainda uma capela que era “uma casa na mesma estância, com oitenta e dois palmos de frente [18,3m] e fundos competentes, forrada e assoalhada, coberta de telhas que serve de capela”, e dois fornos um de coser telhas e outro de cal.²⁸⁸

O transporte da produção mercantil dessa fazenda era realizado por “quatro carretas [...] um carro velho [...] uma canoa grande de transporte velha com seus

²⁸⁷ IPM/RP. COA. APERS. N 124; M 5; E 8. Manoel José Machado. 1807.

²⁸⁸ Cf. IPM/RP. COA. APERS. N 124; M 5; E 8. Manoel José Machado. 1807.

pertences [...] uma canoa pequena muito velha [...] um batelão velho”.²⁸⁹ Segundo o dicionário Aurélio, batelão é uma barcaça impelida a remo ou rebocada ao costado das lanchas, usada no comércio do regatão ou no transporte de gado. Registre-se que nesse período, 1807, somente as estâncias muito ricas, próximas a vias aquáticas, apresentavam essas características arquitetônicas e esse complexo produtivo centralizado.

Nos bens arrolados, encontramos “uma balança grande de ferro e seus pesos de chumbo [...] ornamentos e pertences da capela: uma imagem da Senhora com seu menino prateada, um estandarte [...] uma sacra de vidro esmaltado e dourado [...] um baú de prata [...] uma sacra de vidro esmaltado e dourado [...] um par de galhetas de vidro [...] um missal [...] uma estante para o missal [...] uma campainha [...] uma capela com duas arrobas de peso [...]dois tachos grandes de cobre com peso de sete arrobas e oito libras [...] um moinho de mão com um veio novo de ferro [...] um baú de prata [...]”; além de móveis, louças, garfos, facas e outros itens relacionados as atividades domésticas da estância.²⁹⁰ Não estão relacionados machados, enxadas e foices de roçar. Possivelmente existiam algumas peças destes instrumentos de trabalho, ao menos para a produção agrícola auto-sustentável da fazenda.

Na Tabela 5, relacionamos a quantidade de gado vacum, cavalari e ovino e cativos existentes nas estâncias sulinas em finais do Setecentos e início do Oitocentos.

Tabela 5: Quantidade de gado e cativos. Inventários de Rio Pardo [1781/1799].

Fazendeiro/propriedade	Hectares	Ano 1781	Quantidade	Avaliação total
André Pinto da Silva	n/c	Gado vacum	132	148\$080
		Gado cavalari/ovino	132	80\$560
		Subtotal de animais	264	228\$640
		Cativos	3	179\$200
Benedita Rosa Casa	Hectares	Ano 1786	Quantidade	Avaliação total
	n/c	Gado vacum	40	32\$000

²⁸⁹ IPM/RP. COA. APERS. N 124; M 5; E 8. Manoel José Machado. 1807.

²⁹⁰ Cf. id. ib.

		Gado cavalari/ovino	5	8\$080
		Subtotal de animais	45	40\$080
		Cativos	2	152\$400
Celestino Franco	Hectares	Ano 1786	Quantidade	Avaliação total
	39.000	Gado vacum	1.107	1:061\$200
		Gado cavalari/ovino	419	484\$160
		Subtotal de animais	1.526	1:545\$360
		Cativos	11	945\$200
Cláudio José Moura	Hectares	Ano 1786	Quantidade	Avaliação total
	4.900	Gado vacum	521	378\$040
		Gado cavalari/ovino	191	141\$480
		Subtotal de animais	712	519\$520
		Cativos	5	248\$400
Sebastião da Costa	Hectares	Ano 1789	Quantidade	Avaliação total
	4.900	Gado vacum	676	591\$880
		Gado cavalari/ovino	527	264\$840
		Subtotal de animais	1.203	856\$720
		Cativos	09	550\$400
Manoel Coelho	Hectares	Ano 1794	Quantidade	Avaliação total
	1.500	Gado vacum	452	364\$000
		Gado cavalari/ovino	31	25\$800
		Subtotal de animais	483	389\$800
		Cativos	04	345\$600
Roque Goulart Pinto	Hectares	Ano 1799	Quantidade	Avaliação total
	3.200	Gado vacum	1.000	829\$200
		Gado cavalari/ovino	148	442\$120
		Subtotal de animais	1.148	1:271\$320
		Cativos	11	976\$200
Francisco Ribeiro Veloso	Hectares	Ano 1805	Quantidade	Avaliação total
	13.000	Gado vacum	4.038	3:276\$000

		Gado cavalari/ovino	979	1:163\$800
		Subtotal de animais	5.017	4:439\$800
		Cativos	31	4:472\$400
Francisco de Lima Veiga	Hectares	Ano 1805	Quantidade	Avaliação total
	9.750	Gado vacum	1.904	1:287\$360
		Gado cavalari/ovino	451	420\$840
		Subtotal de animais	2.355	1:708\$200
		Cativos	6	673\$600
Ana Maria do Rosário	Hectares	Ano 1805	Quantidade	Avaliação total
	3.225	Gado vacum	10.728	8:297\$680
		Gado cavalari/ovino	2.040	2:770\$980
		Subtotal de animais	12.768	11:068\$660
		Cativos	17	1:607\$200
Manoel José Machado	Hectares	Ano 1807	Quantidade	Avaliação total
	n/c	Gado vacum	22.050	11:425\$120
		Gado cavalari/ovino	3.610	5:870\$000
		Subtotal de animais	25.660	17:295\$120
		Cativos	38	3:663\$600

Fonte: Inventários *post-mortem* [1781-1789]. Rio Pardo. Cartórios de Órfãos e Ausentes. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

4.7 Mercadoria valiosa

Os dados coletados nos inventários *post-mortem*, sobretudo no que se referem ao valor da terra nua, à quantidade do gado e ao número de trabalhadores escravizados, possibilitou uma relação entre o valor da terra nua, do cativo e do gado vacum, cavalari e ovino existente nas fazendas da região.

A propriedade de André da Silva, inventariada em 1781, com 2.150 hectares, foi avaliada em 32\$000 – terra nua. Havia nessa fazenda 132 cabeças de gado vacum [148\$080 mil-réis/1\$122 por cabeça]; 132 cavalares [80\$560 mil-réis/\$610 por cabeça]. Portanto, oito hectares por animal. Possuía, ainda, três cativos adultos, sendo dois cativos de 20 e uma cativa de 30 anos [179\$200 mil-réis]. A soma de todos os bens da estância totalizava 522\$080 mil-réis. Os bens semoventes – gado e

cativos – valiam 407\$840 mil-réis ou 78 % do total. O valor dos três cativos corresponde aproximadamente a 78% das 264 cabeças de gado e a 460% do valor da terra. O animal mais caro, boi de trabalho, da junta, custava 2\$000. O cativo mais caro, Domingos, de 20 anos, valia 64\$000 – o equivalente a 32 bois de trabalho. Registre-se que, em 1781, era possível adquirir, com o valor do cativo Domingos, uma légua em quadra de campo ou 4.300 hectares, segundo os dados dessa propriedade.

Não consta no inventário a extensão e o valor da propriedade de Benedita Rosa Casa, inventariada em 1786. Nela encontramos 45 cabeças de gado vacum e cavalariço e duas cativas africanas, nação benguela, de 30 anos. Destaque-se a inexistência do registro de crianças. O valor de todos os bens inventariados – móveis, semoventes, tecidos e metais - era de 1:137\$740 mil-réis. O gado vacum, quarenta cabeças, valia 32\$000 mil-réis, ou seja, \$800 por cabeça. O gado cavalariço, cinco cabeças, 8\$080 mil-réis/1\$616 por cabeça. As duas cativas valiam 152\$400 mil-réis ou 13% do valor total inventariado. Na propriedade, o animal mais caro, o cavalo, certamente domado, era cotado a 1\$920 mil-réis. A cativa mais cara, Catarina, a 76\$200 mil-réis, correspondendo a 39,5 cavalos.

Em relação aos inventários anteriores analisados, o inventário de Celestino Franco, de 1786, apresenta um salto quantitativo no número de animais e cativos, apesar da baixa lotação da propriedade. A propriedade teria 39.000 hectares, avaliada em 550\$000 [\$14 por ha.]. A soma total da terra, móveis, semoventes e metais era de 3:184\$025 mil-réis. Havia 1.526 cabeças de vacuns e cavalares [1:545\$360 mil-réis/1\$012 por cabeça]. Em média, 25,5 hectares por animal. Possuía também onze cativos - sete homens adultos, três mulheres e um moleque – com valor de 945\$200 mil-réis. Os cativos valiam aproximadamente 30% do acumulado geral do inventário.

O animal mais caro - burro - valia 12\$800. Ou seja, 300% de um cavalo, na época. O cativo mais valorizado, Miguel, 24 anos, valia 128\$000 ou dez burros ou uns 9.200 hectares. Se comparado ao cavalariço mais caro, amansado [3\$200], daria para comprar 40 animais. Uma pequena manada. O boi manso valia 1\$600. Com um cativo comprava-se oitenta bois mansos. Com o valor médio dos cativos, 86\$000 mil-réis, comprava-se 85 cabeças de gado ou uns 6.200 hectares.

A propriedade de Cláudio José Moura, inventariada em 1786, possuía 4.900 hectares, 521 vacuns [378\$0400/\$726 por animal] e 191 cavalares [141\$800/\$742 por animal]. Portanto, 6,8 hectares por animal. Os cinco trabalhadores escravizados - dois cativos *novos* de 18 e 50 anos, uma cativa *nova* de 50 anos e duas *molecas crioulas* de seis e nove anos – valiam 248\$400, ou, 47,8% do gado e 94% da terra. Em média os animais valiam \$729 réis. Os cativos, 49\$680, o equivalente a 68 cabeças de gado.

O inventário de 1789 da propriedade de Sebastião da Costa, com 4.900 hectares, registrou 1.203 animais: 676 vacuns [591\$880/\$875 por unidade]; 474 cavalares [844\$000/1\$780 por unidade] e 53 ovelhas [12\$720/\$240 por unidade], ou, quatro hectares por cabeça de gado. Possuía nove cativos [550\$400/61\$100 cada], equivalente a 64% de todo o gado e 450% do preço da terra. Com um cativo comprava-se 124 animais. Dos cativos dessa propriedade, uma adulta *crioula*, Simoa, de 40 anos, e oito “moleques”, sendo dois *crioulos* e seis mulatos, o menor com três anos e a maior com treze. A informação sugere que as crianças eram filhos da cativa Simoa.

O inventário de Manoel Coelho, de 1794, registrou propriedade de 1.500 hectares. Constam no documento 452 vacuns e 31 cavalares [389\$800/\$807 por unidade]. Média de três hectares por animal. O inventariado arrola quatro cativos adultos: dois *novos*, nação guiné e dois *crioulos*, sendo três homens e uma cativa avaliados em 345\$600 ou 88,6% do gado ou, 165% da terra. O cativo mais caro, João, crioulo, 22 anos, valia 115\$200 ou 1.500 hectares de terra. O cavalari mais caro, manso, 3\$200. O boi mais caro, manso, 2\$000. A valorização do animal manso registra certamente o alto custo do trabalho na época. Com o cativo João comprava-se 36 cavalos mansos ou 57,6 bois mansos. Com o valor médio do cativo adquiria-se 107 cabeças de gado.

No último inventário analisado do Setecentos, de Roque Goulart Pinto, de 1799, propriedade de 3.200 hectares, encontramos referências ao gado de rodeio e marcado. O inventariado possuía 1.148 animais vacuns e cavalares [1:271\$320/1\$107 por animal]. Portanto, 2,7 hectares por cabeça de gado, uma lotação próxima a da média das fazendas do século 19 bens administradas, ou seja, com gado manso. Destes, eram marcados 880 reses entre machos e fêmeas; vinte e

três mulas, doze crias de potros e seis burros. Nessa propriedade encontramos 47 cavalos mansos de trote, o mais barato 3\$000 e o mais caro 8\$000.

Os onze cativos – dois cativos, de 25 e 30 anos; um cativo adolescente de 15 anos; uma cativa de 30 anos; quatro moleques entre quatro e sete anos e três sem idade, valiam 976\$200 ou, 76,7% de todo o gado. Dos cativos, dois *novos* de nação benguela e reboło; três crioulos; duas mulatas; uma parda e três sem nacionalidade. O cativo mais caro, Luís, crioulo, 30 anos, valia 115\$200. O animal mais caro, burro marcado, 4\$000. O vacum mais caro, boi manso, 2\$000. Com o preço do cativo Luís adquiria-se 28,8 burros marcados ou, 57,6 bois mansos. No geral, com o preço médio de um cativo [88\$745] comprava-se 80 cabeças de gado.

O inventário do capitão Francisco Ribeiro Veloso, de 1805, propriedade com treze mil hectares, avaliada em 4:000\$000 mil-réis [307 o ha.] arrolou 4.038 vacuns [3:276\$000/\$811 por cabeça] e 979 cavalares [1.163\$800/1\$188 por cabeça], ou, 2,5 hectares por animal. O animal mais caro, burro marcado, 4\$000. O vacum mais caro, boi carreiro, 2\$000. O estancieiro possuía 31 cativos [4:472\$400/144\$000 cada] - 23 adultos, entre 20 e 60 anos; um cativo de 14 anos; um cativo moleque de dez anos; três cativas entre 19 e 24 anos e três cativos sem idade. Dos cativos, 22 *novos* – vinte benguelas e dois mogumbes; dois crioulos; dois mulatos e cinco sem nacionalidade. Em média de 9,3 cativos por cativa. Com profissão especificada: dois campeiros, um carpinteiro, um pedreiro e dois sapateiros. O cativo mais caro, José, 30 anos, crioulo, campeiro, valia 200\$000 ou cinquenta burros marcados ou cem bois carreiros. Em média, o gado vacum e cavalari valia \$885 réis e, os cativos, 144\$000 – 163 cabeças de gado. Como assinalado, a lotação 2,5 hectares por animal registra uma exploração produtiva para a época. Entretanto, a proporção de 419 hectares e 130 cabeças de animais por cativo sugerem a exploração de parte da mão-de-obra em atividades extra-pastoris, como indicam igualmente as profissões de pedreiro, carpinteiro e sapateiros.

O inventário de Francisco de Lima Veiga, de 1805, registrou uma propriedade de 9.750 hectares. Entre gado vacum e cavalari, 2.355 cabeças [1:708\$200/\$725 por unidade] ou, quatro hectares por animal. Possuía seis cativos: três cativos entre 30 e 47 anos; uma cativa de 32 anos e duas molecas de três e cinco anos. Destes, dois *novos* de nação Benguela e Angola e quatro *crioulos*, avaliados

em 673\$200 ou, 39,5% de todo o gado. Com o preço de um cativo, adquiriam-se 276 animais. Dos três cativos adultos, dois estavam “fugidos”: Gonçalo, crioulo, de trinta anos [200\$000] e Vicente, benguela, de trinta anos [102\$000].

No inventário do capitão Manoel José Machado, de 1807, fazenda que eventualmente teria 51.500 hectares, estão arrolados 22.050 vacuns [11:425\$120/\$518 por cabeça] e 3.610 cavalares [5:870\$000/1\$626 por cabeça]. Média de dois hectares por animal. O animal mais valioso, burro grande, 12\$800. O cavalo manso, 3\$000 e o boi manso, 1\$600. Possuía ainda trinta cativos e oito cativas [3:663\$600/96\$410 cada]. Média de 3,7 homem para cada mulher. Todos sem idade. Dos cativos, quinze africanos: quatro benguelas, dez angolanos e um mina. Onze crioulos, uma mulato, um pardo, um cabra e nove sem nacionalidade. O preço do cativo mais caro, José Gago, angolano, 150\$800 equivalia a 11,7 burros grandes; cinquenta cavalos mansos ou 94 bois mansos. Com o valor médio do cativo, 96\$400, comprava-se 143 animais. No geral encontramos nas propriedades pesquisadas média de um trabalhador escravizado para 545 hectares.

4.8 Marcação e rodeio

Como vimos, existem registros de marcação nos animais sulinos a partir de 1767 e cada estancieiro devia ter sua marca.²⁹¹ No entanto, o registro sobre gado de rodeio marcado começa a aparecer com mais freqüência nos inventários pesquisados a partir de 1786. Nos trinta anos analisados, 1781-1809, na região de Rio Pardo, foram encontradas quatro propriedades fundiárias com menos de 500 cabeças de gado vacum, cavalos e ovino; duas de 501 a 1000; três de 1001 a 2000; uma com mais de 2.000; uma com mais de 4.000; uma com mais de 10.000 e uma com mais de 20.000 animais. Registre-se que o aumento do número de animais obedece a uma ordem crescente cronológica. Na Tabela 6 relacionamos os dados coletados.

Tabela 6: Número do gado e cativos. Inventários Rio Pardo [1781/1809].

Animais	0 a 500	501 a 1000	1001 a 2000	2001 a 4.000	4001 a 10.000	10.001 a 20.000	20.001 a 25.000

²⁹¹ Cf. CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha: o boi e o poder*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005. p.115.

Propriedades	4	2	3	1	1	1	1
Cativos	9	12	31	13	30	17	38
Cativos por propriedade	2,25	6	10,3	13	30	17	38

Fonte: Inventários *post-mortem* [1781-1789]. Rio Pardo. Cartórios de Órfãos e Ausentes. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

Das treze propriedades pesquisadas, apenas em quatro, ou 30%, encontramos registros de gado marcado e de rodeio, o que significaria melhorias no controle produtivo criatório. Informação que este dado se aproxima das relatadas em 1808, pelo luso-brasileiro Manoel Antônio Magalhães, transmontano e coletor de impostos na Capitania de São Pedro, que assinalou, em *Almanack da vila de Porto Alegre*, que, nesse período, apenas 25% do gado existente nas fazendas sulinas eram mansos. Os motivos resumiam-se as grandes despesas e trabalho nos rodeios, fato registrado, à exaustão, nos inventários estudados, no preço médio do trabalhador escravizado. Escreveu Manoel Antônio Magalhães: “Os estancieiros ricos muito bem podiam fazer amansar todos os seus gados, mas como para isso é preciso grandes despesas e trabalho, todos fogem de o fazer, e os pobres na verdade não podem por si só fazê-lo pelas grandes despesas que se faz em peões e cavalos.”²⁹²

Encontramos registro de gado de rodeio e marcado nas propriedades fundiárias de Cláudio José Moura, inventariada em 1786: “[...] 244 reses de rodeio [...] 112 crias de reses de marcação do ano de 1786 [...] 44 crias de éguas de marcação de 1786 entre machos e fêmeas.” Na fazenda de Sebastião da Costa, 1789: “[...] 370 vacas xucras de rodeio de marca pra cima [...] 189 reses entre machos e fêmeas de marcação do ano passado [...] 374 éguas xucras de marca [...] 68 potros de marca pra cima.” Na estância de Roque Goulart Pinto, 1799, dos 1.148 animais, eram marcados 880 reses entre machos e fêmeas; 23 mulas, 12 crias de potros e seis burros. Na propriedade do capitão Manoel José Machado, inventariada em 1807, existia cem bois mansos, [1\$600 cada]; 500 “reses tambeiras” – novilhas mansas [1\$000 cada]; 13.450 “reses de rodeio”- em estágio de amansamento [\$800 cada] e, 8.000 “reses alçadas” – xucras [\$640 cada]. Isso não quer dizer, porém, que em muitas das fazendas não assinaladas o gado não fosse marcado.

²⁹² MAGALHÃES, Manoel Antônio. *Almanack da vila de Porto Alegre*. In Freitas, Décio. *O capitalismo Pastoril*: Porto Alegre: EST, 1980. p. 79.

Fazer rodeio e marcar o gado alçado, como vimos, exigia muita mão de obra. Sobretudo nesse período em que grande maioria do gado existente nas estâncias era alçado. Parte dessa demanda poderia ser suprida pelos peões livres – nativos ou *gaúchos* –, pelos herdeiros e pelos trabalhadores escravizados.

4.9 Cativos *novos* e *crioulos*

Nos inventários pesquisados, foi possível identificar a origem e idade da maioria dos trabalhadores escravizados. Dos 150 cativos inventariados, 62 (41,4%) eram africanos ou *novos* e seriam benguela (34), angola (15), guiné (6), mina (3), rebolo (2), mogumbe (2). Os cativos *crioulos* totalizavam 40 (26,6%); doze eram mulatos (8%); três pardos (2%); dois cabras (1,4%); e 31 não constavam a origem (20,6%). Entre os cativos africanos, os *benguelas* eram majoritários nesse período e correspondiam a 54,8% do total. Como vimos anteriormente, cativos *novos* eram os recém chegados da África e *crioulos* os nascidos no Brasil. Destaque-se o forte caráter africano dessa população escravizada, registrando uma conformação recente dos plantéis.

Quanto às regiões de origem desses cativos, o historiador Mário Maestri, escreveu que os *angolas* eram “provenientes das regiões do Kuanza [...] os *benguelas*, [...] exportados através do porto de São Felipe de Benguela, fundado pelos lusitanos em 1617, no sul angolano [...] os *minas* eram africanos exportados da Costa da Mina, na atual Gana”, os *guinés* “do golfo da Guiné”. Maestri assinalou igualmente não ser “possível identificar de onde eram provenientes os *rebolos* e os *messambes*”.²⁹³ Na Tabela 7 registramos a nacionalidade e a idade destes trabalhadores escravizados de acordo com a faixa etária.

Tabela 7: Nacionalidade e idade dos cativos. Inventários de Rio pardo [1781/1809].

	0-6 anos	6-15 anos	16- 40 anos	41-50 anos	Acima de 51 anos	Sem idade	Total
Pardos	-	-	-	-	-	3	3
Mulatos	2	6	2	-	-	2	12
Crioulos	6	11	7	1	-	15	40
Africanos	-	-	26	11	3	22	62

²⁹³ Cf. MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 52.

Cabra	-	-	-	-	-	2	2
s/n*	3	2	8	-	-	18	31
Total	11	19	43	12	3	62	150

Fonte: Inventários *post-mortem* Rio Grande. Cartórios de Órfãos e Ausentes. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERGS).

Os dados indicam que o maior número de trabalhadores escravizados em idade produtiva encontra-se na faixa etária dos seis aos 40 anos. São 74 cativos encontrados nesta condição, o que corresponde aproximadamente a 49% do total. Destes, dezenove encontram-se na faixa etária de seis a 15 anos, sugerindo que os “moleques” eram introduzidos nas atividades produtivas das estâncias da região muito cedo. De 41 a 50 anos, doze cativos (8%). Acima de 50 anos, três cativos (2%) e, arrolados sem idade, 62 cativos (41%).

Destaque-se que, se excluirmos os cativos sem idade declarada, 25 dos 35 mulatos e crioulos [71,5%], possuem menos de quinze anos, enquanto que 37 dos quarenta africanos [92,5%] encontram-se entre 16 e cinqüenta anos, com destaque pra os menores de quarenta anos. A juventude dos cativos crioulos e a baixa idade relativa dos africanos sugerem uma constituição recente dos plantéis na região.

4.10 Contingente produtivo

Nesses inventários *post-mortem* pesquisados consta a idade de boa parte dos cativos e de poucos herdeiros, possibilitando uma relação quantitativa entre o número de cativos e de membros das famílias dos proprietários fundiários. Se considerarmos que os membros da família, sobretudo os homens, também participavam comumente nas lides agrícolas-pastoris, sobretudo nas fazendas menores, as informações documentais permitem uma idéia aproximada do contingente produtivo existente nas fazendas pesquisadas entre os anos de 1781-1809. Na Tabela 8, registramos os dados fornecidos pelos inventários.

Tabela 8: Número de trabalhadores escravizados em relação aos membros da família do inventariado. Rio Pardo [1781/1809].

Fazendeiro	Ano	Cativos	M10	A10	Membros da família	M10	A10 (*)
André Pinto da Silva	1781	3	-	3	5	n/c	n/c
Benedita Rosa Casa	1786	2	-	2	1	-	1

Celestino Franco	1786	11	1	10	4	n/c	n/c(**)
Claudio José Moura	1786	5	2	3	6	n/c	n/c
Sebastião da Costa	1789	9	3	6	8	n/c	n/c
Manoel Coelho	1794	4	-	4	4	-	4
Roque Goulart Pinto	1799	11 (3 s/i)	4	4	8	n/c	n/c
Luis Pereira da Silva	1799	4	-	4	3	-	n/c
Francisco R. Veloso	1805	31	1	30	7	n/c	n/c
Francisco L. Veiga	1805	6	4	2	4	2	2
Ana do Rosário	1805	17	s/i	s/i***	13	-	13
Manoel J. Machado	1807	38	s/i	s/i	10	n/c	n/c
Francisco B. Canto	1809	9	5	4	13	-	13
Total		150	20	72	86	02	35

Fonte: Inventários *post-mortem* Rio Grande. Cartórios de Órfãos e Ausentes. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERGS).

* M10 – menos de 10 anos; A10 – acima de 10 anos

** nada consta

*** sem idade

Os números encontrados na documentação mostram 150 cativos, entre homens e mulheres para 86 familiares dos proprietários, também de ambos os sexos, ou, cerca de 63,5% de cativos e 46,5% familiares. Em média 1,8 cativos para cada membro da família. Apesar de não aparecerem nos registros documentais, possivelmente nessas estâncias existiriam trabalhadores livres exercendo as funções de posteiros, formando rodeios, carneando, marcando, castrando, etc.

Se levantarmos a possibilidade de que em cada fazenda pesquisada entre 1.500-6.500 hectares e 500-1.000 animais teria, em média, uns três trabalhadores livres, entre capatazes, posteiros, peões, etc. e, ainda maiores, uns cinco que não aparecem nos inventários, teríamos uma população de trabalhadores livre aproximada de 59 pessoas naquelas propriedades fundiárias. Somados aos membros da família dos proprietários, totalizaria uma população livre de 145 pessoas, praticamente a mesma dos cativos.

Dos familiares dos proprietários com idade registrada na documentação encontramos 35 acima dos dez anos; dois com idade inferior a dez anos e 49 sem registro. Dos cativos com idade registrada na documentação, encontramos 72 com idade acima dos dez anos, sendo, grande maioria entre 15 e 40 anos, portanto, na plenitude da idade produtiva; vinte com idade inferior aos dez anos e 58 sem registro

de idade. Dos cativos sem idade, 39 tinha preços superiores a 76\$800, indicando que possivelmente eram adultos. Dos vinte cativos moleques, treze tinham idade acima de seis anos. Considerando que o cativo fosse introduzido no trabalho aos seis anos, teríamos naquelas fazendas, no geral, em idade produtiva, 124 cativos ou, em relação aos membros da família dos proprietários, cerca de 53% da força produtiva. Entretanto, é desnecessário destacar que a contribuição dos membros das famílias proprietárias daria-se tendencialmente em idade mais avançada, do que a dos escravizados, e que muitos deles não participariam das práticas produtivas. Essas estimativas, que necessitam dados mais positivos, assinalam, porém a forte participação da mão de obra escravizada na produção pastoril.

Em relação à profissão dos trabalhadores escravizados existentes naquelas propriedades, encontramos três campeiros [um fugido], um carpinteiro, um pedreiro, dois sapateiros, um lombilheiro, um cozinheiro e 141 sem profissão declarada nos inventários.

4.11 Composição sexual dos trabalhadores escravizados

Entre os anos de 1781-1809, na região estudada, havia um desequilíbrio quantitativo na composição sexual da escravaria. No geral, os homens representavam aproximadamente 73% do plantel. Mesmo havendo entre as fazendas estudadas aquelas que se dedicavam à produção charqueadora, trata-se de uma taxa de masculinidade muito elevada, em parte explicada pelo forte caráter africano dos plantéis que refletiriam, portanto, o desequilíbrio tradicional em favor dos homens da importação de trabalhadores desde a África. Na Tabela 9, registramos os dados.

Tabela 9: Composição sexual cativos. Inventários de Rio pardo [1781/1809].

	Cativos	Cativas	Total
Pardos	2	1	3
Mulatos	7	5	12
Crioulos	23	17	40
Africanos	55	7	62
cabra	1	1	2
Sem nacionalidade	22	9	31
Total	110	40	150

Fonte: Inventários *post-mortem* Rio Grande. Cartórios de Órfãos e Ausentes. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERGS).

A proporção entre homens e mulheres se equilibrava entre os pardos, mulatos e cabras, pelas tendências demográficas normais. Entre os crioulos, a proporção era de 1,3 cativos para cada cativa. Porém, entre os africanos, em média, existiam 7,8 homens para cada mulher. No geral, existiam naquelas propriedades fundiárias, 110 homens e 40 cativas ou, média de 2,7 homens para cada mulher. Uma desproporção sexual ainda maior, no que se refere à possibilidade de constituição de casais, considerando-se a diferença de idade entre os crioulos, onde havia equilíbrio tendencial, e os africanos.

4.12 Cativos para herdeiros, impostos e dívidas

Por fim, falta analisar a situação das relações familiares entre a escravaria nos anos de 1781-1809 na região de Rio Pardo. No inventário de André Pinto Bandeira, 1781, estão declarados três cativos africanos: José e Domingos de 20 anos e Maria de 30 anos. Não constam crianças nos bens arrolados. Por mais forte que fosse a repressão do proprietário, razoável propor que existisse motivação erótico-afetiva entre o trio. Na possibilidade de, nos moldes tradicionais familiar, Maria eventualmente estar arranchada somente com um dos dois, o casal precisaria de uma estrutura mínima, uma palhoça, alguns instrumentos de trabalho, um naco de terra para agricultura auto-sustentável, tempo disponível para trabalhar em prol do núcleo familiar e, sobretudo, da autorização do senhor para constituir uma família nesta micro-estrutura.

Outra Possibilidade seria Maria amancebar-se com os dois. Importante resgatar, embora a observação refira-se as fazendas do centro do país e tenha sido feita em período diferenciado, a visão do viajante e pintor francês, Jean Baptiste Debret, que esteve no Brasil entre os anos de 1816 a 1831. Escreveu o autor: “Como um proprietário não pode, sem ir de encontro à natureza, impedir aos negros de freqüentarem às negras, tem-se por hábito, nas grandes propriedades, reservar uma negra para cada quatro homens; cabe-lhes arranjar-se para compartilharem

sossegadamente o fruto dessa concessão, feita para evitar os pretextos de fuga como em vista de uma procriação destinada a equilibrar os efeitos da mortalidade”.²⁹⁴

Fortemente questionados pela historiografia, comumente desde ponto de vista moralista, tais arranjos *familiares*, possivelmente nascidos da vontade dos escravizados, não devem ser descartados, sem comprovações positivas, também para os campos sulinos. Na Partilha, a herdeira Brígida levou Maria; o herdeiro Francisco ficou com José e o cativo Domingos foi fatiado em partes de 12\$800 entre os cinco herdeiros.

O inventário de Celestino Franco, de 1786, traz informação atinente sobre a questão. Nele estão arrolados onze cativos sendo sete homens e quatro mulheres. O cativo José, Benguela, 50 anos, era casado com a cativa Izabel, 30 anos, e tinha três filhos crioulos: Pedro, três anos; Feliciano, 12 anos e Maria, 13 anos. José benguela tinha outro filho, Miguel, crioulo, 15, com a cativa Maria, 47 anos, crioula. Na partilha, José, Izabel, Miguel crioulo e Maria foram destinados ao pagamento da tercinha – imposto de 1/3 de todo o montante apurado no inventário destinado aos cofres do Estado. O herdeiro Francisco Fernandes ficou com os cativos Miguel benguela e Brígida; Dorotéia herdou os cativos Feliciano e Mariana [filhos do casal]; a herdeira Delfina levou os cativos Antônio e Pedro [filho do casal] e Plácido herdou o cativo João.

Na estância de Cláudio José Moura, inventariada em 1786, encontramos cinco cativos: Antônio Moleque, benguela, 18 anos; Antônio Velho, mina, 50 anos; Felícia, rebola, 50 anos; Caberina, crioula, nove anos, e Maria, crioula, seis anos. Possivelmente Antônio Moleque e as duas cativas “molecas” fossem filha de Antônio Velho e Felícia. No momento da partilha, o cativo Felício foi destinado ao pagamento da terça; os cativos Antônio Moleque e Felícia foram herdados por Teodora; a cativa Maria teve seu valor, 32\$000, dividido entre os herdeiros Ana e Joaquim e a cativa Caberina ficou com o herdeiro José.

No inventário de Sebastião da Costa, de 1789, estão relacionados sete cativos e duas cativas. Três crioulos e seis mulatos. Oito são “moleques” tendo o mais novo três anos e a mais velha 13 anos. A cativa Simoa tinha 40 anos e,

²⁹⁴ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo, Livraria Martins. EdiUSP, 1972. p. 196.

possivelmente, era a mãe da *molecada*. Na Partilha, a herdeira Ana Maria ficou com os cativos Simoa, Vicente, Bento e Victorino; a herdeira Terezinha com o cativo Antônio; Francisca herdou o cativo Joaquim; Ricardo levou Belchior; Leonor ficou com o cativo Thomas e Leonardo herdou a cativa Maria.

Em 1799, na propriedade de Roque Goulart Pinto existia onze cativos: quatro cativos entre 25 e 30 anos; um cativo adolescente de 15; um cativo “moleque” de quatro anos; duas cativas adultas acima de 30 anos e três cativas “molecas” entre cinco e sete anos. A documentação sugere que os moleques eram filhos ou de Isabel ou de Ana ou, talvez, parte de uma e parte de outra com um ou outro cativo da estância. No momento da partilha, a molecada foi separada dos possíveis pais. A herdeira Helena levou os cativos Luis, Isabel, Antônio benguela e Manoel rebolo; Rosa herdou o cativo José; o herdeiro Ludovico ficou com o mulatinho Vicente e com Damião. A *moleca* Joana foi destinada ao pagamento da terça; a moleca Tereza foi herdada por Andreza e a herdeira Mariana ficou com a moleca Maria.

Na estância de Domingos Vieira, inventariada em 1805, encontramos três cativos: Caetano, 19 anos; Joana, 40 anos e Eva de quatro anos. Possivelmente a moleca Eva era filha dos cativos Caetano e Joana. No momento da partilha, o cativo Caetano teve seu valor dividido em duas partes de 21\$333 e uma parte de 21\$334 e distribuído entre os herdeiros Emiliana, Domingos e Sebastião. Da cativa Joana, 24\$000 foi destinado ao pagamento da tercinha, o restante, 76\$000 não consta no documento a destinação do valor. A *moleca* Eva teve seu valor dividido em duas partes de 25\$600 e entregues aos herdeiros Cândida e Alexandre.

No inventário de Francisco Ribeiro Veloso, 1805, estão relacionados 28 cativos e três cativas. O mais novo com dez e o mais velho com 60 anos. A idade de maioria dos cativos (20) oscilava entre os 20 e 40 anos. Destes, o documento registrou que os cativos Antônio era casado com Joana e Rita era casada com Manoel sapateiro. Os demais não consta especificado o estado civil. Moleques apenas dois: Alexandre, crioulo, dez anos e José, crioulo, 14 anos.

No momento da Partilha, o credor Manoel da Silva Paranhos levou o cativo Ignácio pedreiro; o credor Manoel José da Silva ficou com a cativa Joana [mulher do Antônio]. Para pagamento da tercinha foram destinados os cativos José,

Joaquim Rufão, Simão, Manoel, Joaquim e José. O credor Antônio de Brito Bueira recebeu os cativos Francisco e Manoel Campeiro. A herdeira Joana levou os cativos Antônio Benguela, José Benguela, José Pinto e Antônio. A herdeira Manoela ficou com Rita, João Benguela, Joaquim Mogumbe e Manoel. Silvia herdou os cativos Manoel, Alexandre, José Crioulo e Ignácio Benguela. O herdeiro Manoel levou José, Francisco Benguela, Mateus Benguela, Vicente e Joaquim Benguela; e, o herdeiro João ficou com Bibiana. Os três restantes, não constam na partilha.

Na propriedade de Francisco de Lima e Veiga, inventariada em 1805, existia seis cativos: Benedito [47]; Gonçalo [30] e Vicente [30]; Josefa [32]; Izabel [5] e Luzia [3]. Gonçalo e Vicente encontravam-se “fugidos para apanha”. Possivelmente as molecas Izabel e Luzia eram filhas de Josefa. Na partilha, os cativos Benedito, Josefa, Gonçalo e Vicente – se fossem pegos! – destinaram-se ao pagamento da tercinha. A herdeira Maria ficou com Izabel e Florinda herdou Luzia.

Na estância de Ana do Rosário, 1805, o documento registrou 17 cativos: 15 homens e duas mulheres. A cativa Josefa era mãe dos cativos José e Albino. Na partilha, a credora Maria Salustiana teve sua dívida saldada com o cativo Domingos. A tercinha abocanhou o cativo liberto [sic] Manoel e metade de Agostinho. A herdeira Maria levou os cativos Joaquim, Miguel, Vicentino, José [filho de Josefa], Pascoal e Miguel Cozinheiro. O herdeiro Manoel levou os cativos Gregório e Albino [filho de Josefa]. Mariana herdou Joaquim Angola e Luis. A herdeira Gertrudes levou os cativos Clara e José. A herdeira Inácia ficou com o cativo Gregório Benguela e Ana herdou a cativa Maria. A outra metade do cativo Agostinho e a cativa Josefa não constam na partilha.

Em 1807, a propriedade do capitão Manoel José Machado, em sociedade com o capitão-mor João Marcos, residente no Rio de Janeiro, possuía trinta cativos e oito cativas. Na partilha, a viúva de Manoel José Machado herdou 21 cativos de ambos os sexos e a viúva do capitão-mor, os outros dezessete. Em 1809, o inventário de Francisco Borges do Canto registrou dez cativos: Manoel [40], Antônio [36], Miguel [s/i] casado com Ana [30], Joaquim [18], Rita [11], Segunda [9], Tom [5], Doralina [4] e Floriano [2]. Possivelmente os moleques eram filhos de dos cativos Miguel e Ana. Na partilha, os cativos Manoel, Ana, Rita e Doralina pagaram a tercinha. A herdeira Maria ficou com Antônio e Miguel. Joaquina herdou

o cativo Joaquim. Os cativos Segunda, Tom e Floriano ficaram, respectivamente, com os herdeiros Ana, Manoel e Alexandrina.

A conclusão é clara e pesada. Ao menos nos inventários analisados, é fato rotineiro a separação entre pais e filhos no momento da partilha. Não somente na partilha essa separação acontecia. Já que a unidade ou os laços familiares escravizados não eram reconhecidos civilmente pelo regime escravocrata, os proprietários vendiam, alugavam, separavam marido e mulher, pais e filhos, sem restrições, até 1871. O eventual respeito tático, pelos escravistas, à família escravizada, sob a forma que se apresentasse, proposto por autores recentes, como meio de gestão da oposição do trabalhador escravizado, não é confirmado pela documentação, referente a essa região e há esses anos. Registre-se que na documentação analisada encontramos sete cativos “fugidos” [4,6%].

4.13 Aprisionamento ideológico-religioso

Em 1808, Manoel Antônio Magalhães, transmuntano e coletor de impostos a serviço do rei na capitania de São Pedro, tecia comentários sobre o comportamento profano dos poucos vigários existentes na capitania: “[...] um coronel na sua praça passa com a decência precisa com menos de oitocentos mil réis; e um vigário destes com semelhante renda cuida em levar uma vida regalada, enriquecer os seus parentes, entesourar o que pode, e muitas vezes esquecendo-se das suas obrigações [...] cada um vigário destes nas suas freguesias dispensam mais que os bispos nas suas dioceses [...] um sapateiro [...] em artigo [sic] de morte chamou seu pároco para confessar-se [...] não se consentiu sem que o doente desse 51\$200 que com efeito deu [...] não falo em enterros, festas e batizados, irmandades e outros dinheiros de ofertas que caem nas mãos dos respectivos vigários, sem haver quem deles lhes peça conta, nem deles as dêem”.²⁹⁵

Segundo as considerações de Manoel Antônio Magalhães, as instituições religiosas não teriam em geral muita credibilidade no meridiano sulino, devido às práticas ilícitas, duvidosas e nada recomendáveis dos vigários. A historiografia registra igualmente a relativamente pouca religiosidade do fazendeiro sulino em relação aos congêneres do resto do Brasil. Ao menos no período de 1781-1809, na

²⁹⁵ MAGALHÃES, Manoel Antônio. Almanack da vila de Porto Alegre. Ob. cit. p. 83.

região de Rio Pardo, os inventários sugerem que a religião se fazia fortemente presente na maioria das estâncias pesquisadas. Encontramos oratórios grandes e pequenos, com uma, duas três imagens de santos, com campainha; missais de todos os tamanhos de cedro, jacarandá ou prateados; imagens de Cristo crucificado, Santa Ana, São Francisco, São José, Maria e Jesus; capelas rústicas ou, para o período, belas capelas, como a encontrada na propriedade do capitão Manoel José machado em 1807.²⁹⁶

Não foi possível encontrar referências às praticas religiosas entre os trabalhadores escravizados. Vimos anteriormente que o conde de Piratini ao repassar instruções ao capataz da Estância da Música, João Fernandes da Silva, orientava-o a fazer os cativos rezarem o terço todas as noites e a ensinar a doutrina religiosa aos que não a conheciam.²⁹⁷

²⁹⁶ Cf. IPM/RP. COA. APERS. André Pinto da Silva, 1781; Celestino franco, 1786; Roque Goulart Pinto, 1799; Ana Maria do Rosário, 1805; Domingos Vieira, 1805; Francisco Borges do Canto, 1809 e Manoel José machado, 1807.

²⁹⁷ Cf. CESAR, Guilhermino. *O conde de Piratini e a estância da música: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832*. Porto Alegre: escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Instituto estadual do Livro; Caxias do Sul. Universidade de Caxias do Sul, 1978. p. 46.

Capítulo 5

Estâncias das regiões de Rio Pardo, Bagé e Vacaria [1819-1889].

Neste capítulo analisaremos 44 inventários *post-mortem* da região Rio Pardo [1819-1882]; 38 de Bagé [1861-1886] e 14 de Vacaria [1830-1889], em um total de 96 propriedades. Os dados, coletados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, trazem informações atinentes aos bens; religiosidade; organização produtiva; evolução arquitetônica; instrumentos de trabalho e produção; nacionalidade e composição sexual dos cativos; preço da terra, dos cativos, do gado alçado e manso, etc. Selecionamos a documentação objetivando contemplar, no geral, o período de estudo proposto. Supriu-se a carência de dados das regiões de Bagé e de Vacaria dos anos de 1819-1859 com os registros da região de Rio Pardo. Para melhor visualização, distribuimos o número de propriedades por região e décadas. Na Tabela 10, registramos as informações.

Tabela 10: Número de propriedades analisadas nas regiões de Rio Pardo, Bagé e Vacaria [1819-1889]

Rio Pardo	1819/29	1830/39	1840/49	1850/59	1860/69	1870/79	1880/89	Total
Propriedades	18	6	3	2	4	5	6	44
Bagé	1819/29	1830/39	1840/49	1850/59	1860/69	1870/79	1880/89	Total
Propriedades	-	-	-	-	16	13	9	38
Vacaria	1819/29	1830/39	1840/49	1850/59	1860/69	1870/79	1880/89	Total
Propriedades	-	1	-	3	1	-	9	14

Fonte: Inventários *post-mortem* Rio Pardo [IPM/RP] 1819-1882. Bagé [IPM/B] 1861-1886. Vacaria [IPM/V] 1830-1889. Cartórios de Órfãos e Ausentes [COA]. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

5.1 Tamanho e valor médio das propriedades

Das 44 fazendas de Rio Pardo, inventariadas em 1819-1882, identificamos onze propriedades com menos de treze mil hectares; onze com mais de treze mil ha; duas acima de vinte mil ha; duas entre trinta e quarenta ha; uma com mais de cinquenta mil ha; uma acima de sessenta mil ha; uma com mais de setenta mil ha. e uma acima de cem mil ha; e quatorze inventários sem referências. Das 38 estâncias de Bagé, localizamos dezanove com menos de treze mil hectares; sete acima de treze mil ha; uma com mais de vinte mil ha; uma acima de trinta mil; duas com mais de cinquenta mil ha; e oito propriedades sem registro. Dos quatorze inventários de Vacaria, encontramos um proprietário com sete propriedades e um com cinco [três na região de Lages]. Destas, dez com menos de treze mil hectares; quatro com mais de treze mil ha; quatro com mais de trinta mil ha; e seis sem registro. Encontramos ainda onze propriedades com registro apenas do tamanho. Na Tabela 11, reproduzimos as informações extraídas dos inventários estudados referentes ao tamanho, valor total e valor por hectare, sem correção. Para fins de cálculo do valor médio da terra, utilizaremos somente os inventários que contém as informações completas [tamanho da propriedade e valor].

Tabela 11: Número de propriedades, quantidade de hectares, valor total e média por hectare nas regiões de Rio Pardo, Bagé e Vacaria [1819-1882].

Ano	n.º de propriedades	Quantidade hectares	Valor total	Média por hectare
1819	5	27.025 ha.	5:600\$000	\$207
1821	5	158.100 ha.	48:600\$000	\$285
1822	1	3.300 ha.	650\$000	\$197
1828	6	35.375 ha.	9:734\$394	\$275
1829	1	16.250 ha.	6:400\$000	\$393
1832	1	1.600 ha.	400\$000	\$250
1833	2	208.000 ha.	51:200\$000	\$246
1834	2	21.500 ha.	5:100\$000	\$237
1835	1	12.900 ha.	5:000\$000	\$387
1843	1	35.750 ha.	11:000\$000	\$307
1844	1	8.600 ha.	2:600\$000	\$302
1846	1	13.000 ha.	10:000\$000	\$357
1857	3	72.250 ha.	39:000\$000	\$540
1862	3	59.450 ha.	53:400\$000	\$898

1863	1	900 ha.	800\$000	\$889
1864	2	36.125 ha.	34:166\$000	\$946
1867	1	6.500 ha.	10:000\$000	1\$538
1869	5	126.285 ha.	108:828\$725	\$862
1871	3	28.607 ha.	44:000\$000	1\$538
1873	1	3.250 ha.	5:000\$000	1\$538
1875	4	42.250 ha.	110:500\$000	2\$615
1876	1	3.250	11:500\$000	3\$538
1877	2	26.000 ha.	48:000\$000	1\$845
1878	1	3.250	5:500\$000	1\$692
1881	2	8.600 ha.	29:000\$000	3\$372
1882	1	9.750 ha.	30:000\$000	3\$076
Total	57	967.867 ha.	686:869\$119	\$709

Fonte: Inventários *post-mortem* Rio Pardo [IPM/RP] 1819-1882. Bagé [IPM/B] 1861-1886. Vacaria [IPM/V] 1830-1889. Cartórios de Órfãos e Ausentes [COA]. Arquivo Público do Rio Grande do Sul [APERS].

Observamos que entre os anos de 1819 e 1834, o preço médio da terra manteve uma relativa estabilidade, oscilando entre o mínimo \$197 e um máximo de \$393 réis, com média de \$261. Nos anos de 1835/46, o valor médio do hectare foi de \$338; em 1857, \$547; entre 1862/69, 1\$026; em 1871-1878, 2\$127. Em 1880, o hectare, valia, em média, 3\$224 réis. No geral, existia uma estabilidade aproximada do valor da terra, por ano, nas três regiões estudadas, com pequenas variações de preço entre uma propriedade e outra. Em 1857, na região de Vacaria, a Fazenda Estrela de Joaquim Pereira Proença, com “três quartos de léguas” foi “avaliada em 7:000\$000”.²⁹⁸ Portanto, \$718 réis o hectare. No mesmo ano, o inventário de Clara Antônia Pereira da Silva, de Rio Pardo, registrou “uma sesmaria de três léguas de campo até os valos as três léguas [...] 30:000.000”, ou seja, 769 réis o hectare.²⁹⁹ O inventário de Domingos Marques de Souza, de 1875, de Bagé, assinalou “um pedaço de campo no lugar denominado Serrito no primeiro distrito de Bagé com metade de uma légua [...] 17:500\$000”.³⁰⁰ Em 1877, o inventário de Belarmino Joaquim de Oliveira registrou “meia légua de campo no distrito de Cruz Alta deste município [...] 18:000\$000”.³⁰¹

²⁹⁸ IPM/V. COA. APERS. A 4; M 1; E 120. Joaquim Pereira Proença. 1857.

²⁹⁹ IPM/RP. COA. APERS. N 606-4; M 27-22; E 47. Clara Antônia da Silva bandeira. 1857.

³⁰⁰ IPM/B. COA. APERS. N 27; M 1; E 46. Domingos Marques de Souza. 1875.

³⁰¹ IPM/RP. COA. APERS. N 810; M 36; E 47. Belarmino Joaquim de Oliveira. 1877.

Registre-se a valorização da terra patrocinada possivelmente pela tecnologia do alambrado. Na propriedade de Manoel Gonçalves Rodrigues, inventariada em 1876, de Bagé, no documento lia-se “meio quarto de légua de campo [3.250 ha.] com alambrado [...] avaliado em 11:500.000”. Ou seja, 3\$538 réis o hectare, praticamente 90% a mais que o valor médio encontrado nas demais propriedades de 1870.³⁰² Se, por um lado, o cercamento dos campos extinguiu as tarefas dos posteiros, por outro, aumentou os custos na sua implementação. Cercar uma estância com 3.250 hectares exigia seleção e extração nas matas dos palanques utilizados; cavar buracos e fixar os palanques; desenrolar, esticar e fixar o arame; medir a distância entre os vãos; construir porteiras; e, sobretudo, manutenção do alambrado.

5.2 Grandes anões entre os gigantes

Em *Viagens ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*, Auguste Saint-Hilaire escreveu que a fazenda da Boa Vista possuía “28 léguas de superfície”, que a Estância dos Povos tinha “12 léguas” e que havia passado por “três estâncias pertencentes ao marechal Chagas”, e, “entre chácaras e estâncias possui ele oito na Província das Missões, calculando-se em 24 léguas a extensão do terreno”.³⁰³ Sobre as propriedades do marechal Chagas, então comandante da província de São Pedro, o naturalista francês assinalou que as terras “foram compradas, porém, a preços baixos e, a acreditar-se na voz do povo, foi o medo que por mais de uma vez obrigou os proprietários a vendê-las”.³⁰⁴

O francês Arsène Isabelle esteve nos atuais territórios do Rio Grande do Sul em 1834. Em *Viagem ao Rio Grande do Sul*, comentou sobre o tamanho das estâncias, que os estancieiros possuíam “grandes rebanhos, de cinco, dez e trinta mil cabeças de gado, resulta que procuram possuir a maior extensão possível de campo; deste modo não é raro ver-se estâncias, sobretudo nas Missões e na parte vizinha da Banda Oriental [atual Uruguai], de dez, vinte e trinta léguas ou mais extensões”.³⁰⁵ Em 1845, em *Viagem ao Rio Grande do Sul*, ao chegar ao Passo do Rosário, na

³⁰² IPM/B. COA. APERS. N 30; M 1; E 46. Manoel Gonçalves Rodrigues. 1876.

³⁰³ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Trad. Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 26 e 48.

³⁰⁴ Id. ib 138.

³⁰⁵ ISABELLE, Arsène. *Viagens ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Trad. e notas de Dante de Layatano. 2 ed. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983. p. 43

estância de dom Ambrósio, próxima ao rio Ibicuí-Guassu, o viajante belga Alexandre Baguet registrou que a estância “mais parecia uma pequena cidade, tão vastas eram suas proporções”.³⁰⁶

Em 1849, o general Soares de Andréia, governador da província de São Pedro, propôs à Assembléia Legislativa a divisão gradual das propriedades. Em defesa da sua proposição pesava o argumento de que o latifúndio seria o maior obstáculo ao “desenvolvimento da agricultura, e mesmo ao da população”. Segundo ele, o estancieiro que possuísse uma sesmaria tinha “um deserto de três léguas quadradas”. E, se possui mais de uma sesmaria, seria dono de um “deserto, que ninguém mais habitará [...] maior do que a ocupada por alguns pequenos Estados, e as famílias pobres andam errantes, a pedir abrigo a um e outro, sem que alguém lhes valha...Desse modo, nunca se desenvolverá a população da província”.³⁰⁷

Em 1865, em *Viagem militar ao Rio grande do Sul*, o Conde D’Eu, esposo da princesa Isabel, ao passar por Rio Pardo em uma embarcação fluvial, escreveu que pelo “espaço de nove léguas consecutivas fomos sempre contornando, à esquerda, as propriedades de um único indivíduo, o Sr. Ferreira Porto [...] semelhante as quarenta léguas quadradas que se estendem em volta de Rio Pardo pertencem somente a quatro proprietários, devendo notar-se que dois deles são cunhados que entre si partilham a herança de seu sogro; mas estes já encontraram meios de comprar as terras dos outros dois. Estas enormes propriedades são inteiramente aplicadas à criação de gado bovino e cavalariço, mas sobretudo do primeiro, que se transforma em carne seca e em couros para a exportação”.³⁰⁸

Com base nos inventários *post-mortem*, observamos que a realidade descrita pelos viajantes que estiveram no meridiano sulino nos anos de 1820-1845, criticada de forma contundente pelo governador da província em 1849 e relatada sem exageros por Conde D’Eu em 1865, se materializava comumente nas regiões de Rio Pardo, Bagé e Vacaria.

³⁰⁶ BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: PARULA, 1997. p. 66.

³⁰⁷ CESAR, Guilhermino. *O conde de Piratini e a estância da música*. Ob. cit. p. 19.

³⁰⁸ D’EU, Conde. *Viagem militar ao Rio grande do Sul*. Belo Horizonte: Ed. Universidade de São Paulo, 1981. p. 38.

5.3 Ranchos, palhoças de capim, casas de telhas, sobrados e senzalas

A documentação registrou informações que contribuem para a reconstrução cronológica da evolução arquitetônica das sedes das estâncias das regiões de Bagé, Rio Pardo e Vacaria, nos anos 1819-1889. A atividade criatória aumentou o número de currais, estrebarias, mangueiras, poteiros, cercas de pedra e de madeira. Na Tabela 12, registramos os dados referentes às casas cobertas de capim e telhas e benfeitorias por décadas.

Tabela 12: Casas, sobrados e senzalas e benfeitorias nas regiões de Rio Pardo, Bagé e Vacaria [1819-1882].

Rio Pardo	Casas cobertas de capim	Casas cobertas de telha	Atafonas e moinhos	Currais, mangueiras, poteiros, galpões e estrebarias
1819/29	9	11	6	12
1830/39	1	7	4	-
1840/49	1	5	4	1
1850/59	1	2	-	2
1860/69	-	2	-	-
1870/79	4	6	4	7
1880/89	1	8	1	10
Bagé				
1860/69	6	8	2	18
1870/79	4	15	8	14
1880/89	5	10	6	8
Vacaria				
1830/39	1	-	1	2
1850/59	1	-	-	-
1860/69	-	1	-	-
1880/89	-	8	3	2

Fonte: Inventários *post-mortem* Rio Pardo [IPM/RP] 1819-1882. Bagé [IPM/B] 1861-1886. Vacaria [IPM/V] 1830-1889. Cartórios de Órfãos e Ausentes [COA]. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

A Tabela 12 registra um relativo equilíbrio entre as coberturas de capim e coberturas de telha no decênio 1820 na região de Rio Pardo. A partir do decênio seguinte, até o final do século, na região de Rio Pardo, as coberturas de palha foram sendo substituídas gradualmente pelas coberturas de telhas. Na região de Vacaria, encontramos, em 1830 e 1857, dois registros de casas cobertas de capim. Em 1860/68 e 1880/89, os inventários estudados registraram somente casas com

cobertura de telhas. Na região de Bagé, as coberturas de capim andaram lado a lado com as coberturas de telhas nos anos 1860-1869. A partir de 1870, predominou as casas com coberturas de telhas. Moinhos d'água, atafonas, currais, mangueiras, galpões e estrebarias são registrados na maioria das propriedades. Em algumas propriedades, localizamos ainda olarias e, em Rio Pardo, uma charqueada, descrita apenas como “o estabelecimento da charqueada [...] 1880 alqueires de sal anil”.³⁰⁹ Em outra propriedade, um sobrado e uma senzala.³¹⁰

As informações extraídas possibilitam uma eventual reconstrução externa e interna do perfil geral das sedes das propriedades estudadas no referente ao tamanho médio das casas, número e tipos de peças, benfeitorias, mobiliários, tipo de louça, requintes etc. Transcrevemos alguns registros encontrados. Descrevemos duas a cinco propriedades por década, com o cuidado de anotar, na medida em que a documentação permitia, o tamanho médio das casas ricas, intermediárias e *pobres*, externa e internamente, além das benfeitorias existentes ao redor da sede e no campo. Na medida do possível, de acordo com as informações extraídas dos inventários, especularemos sobre os compartimentos da casa e respectivos mobiliários existentes.

Para a descrição de uma sede precária utilizaremos os inventários de Rita Maria dos Anjos, de 1819, de Rio Pardo e Francisco José Flores, de 1834, de Rio Pardo. O documento registrou a sede da propriedade de Rita Maria dos Anjos como uma “casa de telha, cozinha, arvoredos e mais benfeitorias”. Não consta no inventário o tamanho médio da casa. Além da refeitório-sala e cozinha, deveria existir quartos na propriedade. Eventualmente, o refeitório era mobiliado com “uma mesa, dois bancos e quatro mochos”. Na cozinha estariam as “três panelas de ferro; duas caldeiras de ferro; dois tachos”. Na casa existia um espaço para o “oratório”. As benfeitorias eram um “potreiro pequeno” e um “potreiro grande”, além de um “moinho de água no dito potreiro”.³¹¹ O documento registrou ainda uma caixa.

Uma sede média teria as características encontradas no inventário de Brígida Maria da Conceição, de Rio Pardo, de 1882, descrita como “uma casa no distrito de Cruz Alta coberta de telhas [...] um quarto [...] cozinha” com “arvoredos de espinhos

³⁰⁹ IPM/RP. COA. APERS. N 453; M 19; E 47. Gertrudes Maria Borba, 1833.

³¹⁰ IPM/RP. COA. APERS. N 30; M 1; E 46. Manoel Gonçalves Rodrigues, 1876.

³¹¹ IPM/RP. COA. APERS. N 263; M 12; E 8. Rita Maria dos Anjos, 1819.

[...] cercas e valos” e “um potreiro pequeno”. Encontrada no inventário de Genova Maria de Jesus, de 1882, de Rio Pardo: “uma casa coberta de telhas, cozinha coberta de telhas, um galpão coberto de capim.”³¹² Ou ainda a descrita no inventário de Maria Clemência de Abreu, de Bagé, de 1869, como “uma casa [...] coberta de telhas, cozinha e galpão também de telhas, cercado, duas pequenas mangueiras de pedras”. O mobiliário do refeitório seria uma mesa de madeiras, algumas cadeiras de pau ou bancos. Os pratos seriam de “louças ordinárias”. Os talheres de metais brancos e no quarto ficaria a cama ou catre [leito pobre].³¹³

O inventário de Maria Antônia da Encarnação, de 1821, de Rio Pardo, apresentou características de uma propriedade muito rica. A sede da estância Nossa Senhora da Vitória apresentou melhorias significativas. No documento lia-se: “[...] uma casa de telhas com seus arvoredos de espinhos [...] uma casa de sobrado de vivenda santificada [...] uma casa de hóspedes com uma casa que serve de capela junto a casa de vivenda com seu laranjal [...] um casa de atafona muito danificada junto a casa de hóspedes” além de “um potreiro para gado com uma légua de extensão”. Na vila, possuía ainda a inventariada “uma casa de sobrado na rua da Igreja, com sete portas na frente e com 83 palmos de frente [18,5 m] e 280 palmos de fundos [62 m] incluindo o quintal com suas laranjeiras.”³¹⁴ A referência sugere que a proprietária era absenteísta.

No rol de bens arrolados, não há separação entre o mobiliário existente na estância e no sobrado na vila. Reproduzimos o geral existente na documentação: um relicário de ouro; doze garfos, onze facas, cinco colheres de chá, sete colheres de sopa de prata; dois castiçais de prata; uma cuia de prata; três bombas de prata; um prato de prata; quatro garfos, uma colher e cinco facas velhas de prata; cinco tesouras; duas panelas grandes de ferro; quatro tachos; uma cafeteira; uma marmita de cobre velho; dois garrafões de vidro; quatro bacias; um castiçal de cobre e um de latão; 32 xícaras; três bules de louça; uma leiteira com tampa de louça; um bule alto; duas manteigueiras; quinze pires de barro; um jarro; trinta pratos finos com ramos azuis; um prato pintado de louça; dez pratos brancos; um pote grande; oito pires e oito xícaras pintados de vermelho; duas mesas de campanha; duas mesas redondas;

³¹² IPM/RP. COA. APERS. Genova Maria de Jesus. N 850; M 37; E 47, 1882.

³¹³ IPM/B. COA. APERS. Maria Clemência de Abreu. N 20; M 1; E 46, 1869.

³¹⁴ IPM/RP. COA. APERS. N 303; M 13; E 47, 1821. Maria Antônia da Encarnação, 1821.

três mesas lisas; um banquinho; sete mochos de sola; quatro camas; um catre [cama dobrável] de sola; quatro catres ordinários; dois barris d'água; uma cadeira de sola; seis cadeiras; uma poltrona; uma cômoda; um mesa de chá; uma mesa de jantar; duas caixas; um banco comprido; duas canastras [cesta alta de madeira]; duas cadeiras de sola; uma mesa de jacarandá com obras de palha; uma estante; uma frisqueira com vidros brancos; uma frisqueira com seus frascos; uma bandeja; uma marmita; cinco mesas de jacarandá; uma dúzia de poltronas; uma mesa grande de cedro; uma cama grande de jacarandá; uma cama pequena; uma caixa lisa; um baú de couro; um canapé [sofá]; um banquinho; cinco cadeiras pintadas; um cabide; três barris de vinho e um espelho.

A capela existente na estância possuía um oratório da Semana Santa; duas capelas de damasco de quatro cores com estolas, cordões e toalhas de altar; um missal; um livro de batizado; uma estante de missal; uma boceta [caixinha] de guardar óstia; uma campainha; um sino de bronze; cinco castiçais pintados; um tapete; uma imagem do senhor crucificado; imagens de São José; Santa Ana; e Nossa Senhora em pedra; um crucifixo de marfim; uma cruz de Jesus; uma imagem de Nossa Senhora da Vitória com uma coroa de prata e do menino Jesus com uma coroa de prata; uma pequena imagem de Nossa Senhora da Conceição; uma imagem de Santa Ana; uma imagem de São Joaquim; uma imagem de Cristo crucificado com coroa de prata; uma batina de seda com franjal de luxo pertencente a imagem de Santa Ana e duas batinas de chita. Quase uma Igreja!³¹⁵

Outra propriedade com características opulentas foi registrada no inventário Firmina Correa Borba, de Bagé, de 1879, localizada em Canguçu. No documento, lia-se “uma casa de material coberta de telhas, contendo três portas e duas janelas [...] um contrafeito da mesma casa contendo duas portas [...] uma meia água contígua a casa construída de tijolos e coberta de telhas com uma porta e uma janela [...] uma varanda encoberta contendo uma porta e uma janela [...] uma casa em mau estado, construída de tijolos e coberta de telhas, contendo cinco peças, um galpão em mau estado, construído de tijolos e coberto de telhas, uma casa em mau estado anexo a casa primeiramente descrita [...] uma casa de material coberta de telhas onde se acham dois moinhos de água [...] um galpão em mau estado, construção de

³¹⁵ Cf. IPM/RP. COA. APERS. N 303; M 13; E 47, 1821. Maria Antônia da Encarnação, 1821.

tijolos, coberto de telhas que serve de celeiro [...] um rancho de tijolos, coberto de telhas, em mau estado que serve para moradia dos escravos [...] uma pequena casa construída de tijolos e coberta de telhas com árvores frutíferas e cercado de animais [...] uma mangueira de pedras [...] um curral de pedras com ingresso a mangueira [...] três currais de pedras contíguas [...] um curral de pedras que serve de chiqueiro para ovelhas [...] dois poteiros e um todo cercado de pedras.”³¹⁶

Os bens móveis registrados, no geral, eram duas cômodas, quatorze mesas, doze cadeiras, três camas de casal, duas camas, três bacias de ferro, duas bacias de cobre, duas bacias de louça, quatro baús, cinco caixas de madeira, dois armários, um par de castiçais, um banco, um rolo de sovar massa, quatro catres de guasca, duas formas de pudim, um lavatório, um jarro de louça, doze formas de pão, três garrações, cinco bandejas, um jarro de barro, um pote de barro, um açucareiro, uma grelha de ferro, três bules, uma dúzia de talheres com brilhantes de metal, uma dúzia de colheres de metal para sopa, uma dúzia de colheres de prata, duas conchas de prata, oito cochos de metal para sopa, duas conchas de prata para sopa, duas gamelas de amassar pão, cinco pires de porcelana, uma tigela de porcelana, dois pratos de porcelana, duas talhas de barro, duas bombas de prata para mate, quatro marmitas de ferro, cinco panelas de ferro, um tacho de cobre, um barril de cortiça, uma cama de casal, seis barricas vazias, oito barris vazios, uma coleção com treze quadros e um tacho de cobre grande.³¹⁷ Destaque-se que a estancieira era apreciadora de obras de arte sugerindo uma cultura diferenciada dos demais estancieiros pesquisados.

O inventário do visconde de Pelotas, de 1821, de Rio Pardo, assinalou, na estância, localizada “entre os arroios Irahy e Palmas, no distrito da Encruzilhada” uma sede miserável composta de “casa coberta de capim” e “dois currais”.³¹⁸ Mobiliada apenas com uma mesa; um forno de cobre de torrar farinha e duas panelas de ferro. Certamente o visconde de Pelotas residia na vila e administrava a estância à distância. Na vila, o visconde de Pelotas possuía “duas casas de sobrado” e “quatro casas térreas”.

³¹⁶ IPM/B. COA. APERS. N 36; M 2; E 42. Firmina Correa Borba, 1879.

³¹⁷ Cf. Id. Ib.

³¹⁸ IPM/RP. COA. APERS. N 306; M 13; E 8, 1821. José Corrêa da Câmara, 1821.

As casas na vila eram mobiliadas com uma escrivaninha com cinco pesos de prata; um jarro de prata; doze colheres de prata; um bule de prata; uma chaleira de prata; um castiçal de prata; doze colheres de chá, 27 garfos e vinte colheres de mesa de prata; duas bandejas de prata; dois tachos de cobre; um relógio de parede; duas bacias de cobre; nove panelas de ferro; duas chaleiras de ferro; dois ferros de engomar; três grelhas; doze cadeiras com a frente de banco; dezessete cadeiras de madeira; um canapé [sofá] de madeira; duas cadeiras de palha; sete mesas de jacarandá [três com gavetas]; três mesas de madeira ordinária; 28 quadros; três camas de jacarandá; uma cama de vinhateiro; uma cama de jacarandá velha; uma caixa de jacarandá; dois armários de madeira; uma caixa de jacarandá; duas caixas de pinho; três baús de pinho e uma marquesa, além de uma biblioteca com diversos livros, sobretudo de história [Portugal, da Rússia, universal, etc.], de economia política, geografia e militarismo.³¹⁹

A documentação analisada registrou dois proprietários com estância na Banda Oriental [Uruguai]. No inventário de Firmina Correa da Borba, de Bagé, de 1879, lia-se “duas partes de campo [...] no Estado Oriental do Uruguai [30:000\$000]”. Embora não conste no documento a extensão da propriedade, pelo seu valor, podemos especular sobre o seu tamanho. A média de preço do hectare para o decênio de 1870-1879 ficou em 2\$127 réis, portanto, a estância eventualmente teria uns quatorze mil hectares.³²⁰ Nessa propriedade, o documento registrou “um rancho de tijolos, coberto de telhas, em mau estado que serve para moradia dos escravos”, registrando que os estancieiros sul-rio-grandenses, comportando-se como se o território limítrofe fosse extensão do território sulino, não respeitavam a legislação vigente sobre a condição social dos cativos na Banda Oriental. Não consta no documento o número de animais existentes na estância no Uruguai.

A propriedade de Florência Gomes de Lima, de Bagé, inventariada em 1866, registrou “um campo de criação de animais no Estado Oriental, sito no departamento de Taquarembó, sobre as pontas do arroio Jaguary que faz divisa com o Estado do Brasil, com área de uma légua e um quarto quadrados” uns seis mil hectares por

³¹⁹ A lista completa dos livros encontrados na biblioteca do visconde de Pelotas e outros encontra-se disponível nos anexos da dissertação.

³²⁰ IPM/B. COA. APERS. N 36; M 2; E 42. Firmina Correa da Borba, 1879.

10:000\$000. Nessa propriedade criava-se entre vacuns, cavalares e ovino, 2.142 animais [7:753\$000] ou, 2,8 hectare por animal.³²¹

No geral, o cenário externo seria palhoças cobertas de capim dividindo espaços com casas cobertas de telhas [algumas de material] e, raros sobrados. Pomares e lavouras, cercados por valos, árvores de espinhos ou cercas de madeira ou varais ao redor das propriedades. Potreiros, mangueiras, currais, estrebarias, galpões, cercados de pedra e de madeira e atafonas eram benfeitorias obrigatórias na maioria das estâncias pesquisadas. Algumas propriedades possuíam celeiros e olarias. A partir de 1870, começam aparecer propriedades com cercado de alambrado. Em poucas propriedades, a casa de hóspedes se fazia presente. Em outras, além da sede, registrou-se outras moradias, possivelmente abrigo do capataz, dos peões e dos trabalhadores escravizados.³²²

Internamente, as sedes eram mobiliadas de acordo com a capacidade de acumulação de riqueza do estancieiro. Encontramos sedes com poucos e rústicos móveis e outras com lavatórios de mármore, faqueiros completos de prata, camas de jacarandá de armação, louças finas da Índia, marquesas francesas e belas capelas. A documentação sugeriu o absenteísmo de alguns estancieiros mais ricos.

As cercas vivas aparecem com freqüência na documentação desse período. Em *Viagens ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*, o francês Auguste Saint-Hilaire relatou o cenário referente às cercas vivas, encontrado nos inventários: “[...] devido ao gado solto nos campos há necessidade de cercar todas as culturas. Para isso fazem ao redor das lavouras uma vala profunda tendo ao lado das plantações moitas de verdura, à guisa de pequenos muros, feitas com cuidado. Entre essas moitas são plantadas Cactáceas e Bromeliáceas de grandes folhas espinhosas que se apresentam em grandes rosetas, e, embora tais plantas tenham porte pequeno formam sebes difíceis de arrombar.”³²³

³²¹ IPM/B. COA. APERS. N 20; M 1; E 42. Florência Gomes de Lima, 1866.

³²² Cf. IPM/RP. COA. APERS. Manoel Alves dos Reis, 1834; Vicência Joaquina de Almeida, 1844; Belarmino José de Oliveira, 1846; IPM/RP. COA. APERS. Maria Fernanda da Conceição, 1857. N 616; M 27; E 47; IPM/V. COA. APERS. Escrava Mariana/P reta Forra, 1859. A 1755; M83; E 13; IPM/B. COA. APERS; Tertuliano Pereira Brazil, 1872. N 105; M2; E42. IPM/B. COA. APERS. Domingos Marques de Souza, 1875. N 27; M 1. E 46; IPM/B. COA. APERS. Mateus Teixeira Brazil, 1877. N 32; M 1; E 46; IPM/B. COA. APERS. Bernardina da Rosa Moura, 1882. N 48; M 2; E 46; IPM/V. COA. APERS. Luíza Emília de Araújo Acauã, 1886. A 58; M 1; E 120.

³²³ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit. p. 81.

5.4 Relação de valor gado x terra

No geral, a documentação registrou 178.889 cabeças de gado vacum, cavalari, ovino e muar nas propriedades pesquisadas. Portanto, média de 1.864 animais por propriedade. Nos anos de 1819-1859, o gado apresentou valorização aproximada de 30% em relação à terra. A tendência de valorização da terra se acentuou clara e sistematicamente nos anos posteriores. Na segunda década do Oitocentos, com o valor médio de um animal, compravam-se onze hectares. Em finais do Oitocentos, comprava-se 2,5 hectares. Registre-se que no cálculo do valor médio do gado, a quantidade de ovelhas e éguas xucras existentes nas propriedades depreciava o resultado final. Na Tabela 13, registramos a quantidade geral de gado e o valor médio do gado x hectares das estâncias de Rio Pardo, Bagé e Vacaria nos anos de 1819-1889.

Tabela 13: Quantidade geral de gado e relação gado x hectares. Rio Pardo, Bagé e Vacaria [1819-1889]

Nº propriedades	Ano	quantidade gado	Valor total	Valor médio gado	Gado x terra
18	1819-1829	23.231	70:456\$600	3\$032	11 ha.
7	1830-1839	32.751	109:118\$620	3\$340	12 ha.
3	1840-1849	8.367	25:732\$200	3\$075	9,5 ha.
5	1850-1859	8.025	38:971\$000	4\$856	9 ha.
21	1860-1869	21.822	111:049\$500	5\$088	4,9 ha.
18	1870-1879	69.322	600:028\$066	8\$659	4 ha.
24	1880-1889	15.371	121:173\$500	7\$884	2,5 ha.
96		178.889	1:076:529\$486	6\$020	5,5 ha.

Fonte: Inventários *post-mortem* Rio Pardo [IPM/RP] 1819-1882. Bagé [IPM/B] 1861-1886. Vacaria [IPM/V] 1830-1889. Cartórios de Órfãos e Ausentes [COA]. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

5.5 Valorização do gado manso e alçado

O gado tinha seu valor majorado segundo sua espécie e categoria: vacum, cavalari, muar e ovino. O gado vacum subdividia-se em reses mansas, xucras, marcadas, de criar e de rodeio; novilhos e bois mansos. Encontramos ainda relacionados nos vacuns, embora raros, bois tafoneiros, bois lavradores e vacas tambeiras [novilhas mansas]. Os animais cavalares subdividiam-se em cavalos mansos, éguas mansas, xucras e potros. Em alguns poucos inventários, também encontramos, cavalos de serviço de campo, cavalos de estimação e éguas de crias de

pangarés. Os muares subdividiam-se em mulas mansas, xucas, burros de carga e burros. Em alguns inventários, encontramos burros barreiros e enxores [sic]. Entre os ovinos não havia subdivisão. Na Tabela 14, registramos o valor médio unitário do gado e suas respectivas subdivisões por categoria e por década.

Tabela 14: Valor médio do gado vacum, cavalari, muar e ovino por subdivisão de categoria e por decênio

Espécie Gado	1819-29	1830-39	1840-49	1850-59	1860-69	1870-79	1880-89
Reses mansas	2\$800	4\$000	9\$000	5\$500	7\$250	10\$750	12\$550
Reses xucas	2\$780	3\$050	6\$500	3\$000	4\$000	8\$000	9\$300
Reses marcadas de criar/rodeio	3\$360	-	7\$000	6\$500	5\$100	8\$550	10\$800
Novilhos	-	6\$000	-	-	13\$100	17\$900	22\$000
Bois mansos	5\$700	6\$840	27\$000	13\$500	18\$000	20\$800	23\$850
Cavalos mansos	3\$670	5\$320	12\$000	9\$000	14\$600	18\$460	19\$630
Éguas xucas	\$280	1\$760	4\$000	1\$500	1\$800	2\$500	2\$900
Éguas mansas	1\$800	3\$400	6\$000	4\$000	3\$000	5\$750	7\$630
Potros	1\$100	3\$050	7\$000	6\$000	6\$000	8\$750	10\$500
Mulas xucas	4\$000	6\$000	6\$000	-	7\$750	12\$800	-
Mulas mansas	6\$400	10\$000	-	10\$000	16\$000	18\$140	20\$000
Burros de carga	20\$000	25\$000	-	-	-	-	-
Burros	10\$000	10\$000	-	-	10\$000	-	18\$000
Ovinos	\$580	\$620	\$640	1\$500	\$860	1\$150	1\$640
Valor médio							

Fonte: Inventários *post-mortem* Rio Pardo [IPM/RP] 1819-1882. Bagé [IPM/B] 1861-1886. Vacaria [IPM/V] 1830-1889. Cartórios de Órfãos e Ausentes [COA]. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERs).

Observamos que a valorização unitária do gado, por decênio, oscila entre 20% e 50%, dependendo da espécie e da categoria. A exceção específica ocorre com as éguas xucas que, nos anos de 1830, valorizaram-se em 528% em relação à década anterior, estabilizando seu preço *a posteriori* e acompanhando, em termos percentuais, a valorização dos demais animais. No relativo aos animais xucros e amansados, as éguas mansas incorporam um acréscimo médio de 150%, no período entre 1819-1889, em relação às éguas xucas, valorização resultante do trabalho de doma. No decênio de 1840-1845, o preço do gado, no geral, apresenta uma

supervalorização, em alguns casos em mais de 100%, certamente devido ao advento da guerra Farroupilha.

Ao comparamos o preço médio da terra e do gado, temos o seguinte quadro, para o período estudado: nos anos de 1819-1829, com o valor de uma rês mansa, comprava-se 10,3 hectares; rês xucra, 10,2 ha; rês marcada de criar/rodeio, catorze ha; boi manso, 21 ha; cavalo manso, 13,5 ha; égua xucra, um ha; égua mansa, 6,5 ha; potro, quatro ha; mula mansa, 23,5 ha; mula xucra, 14,7 ha; burro de carga, 73,6 ha; burro, 36,8 ha; ovinos, 2,2 ha. Nos anos 1830-1839, o gado valorizou-se, em média, 40% a mais que a terra. Com uma rês mansa, compravam-se 14,2 hectares; rês xucra, 10,8 ha; novilho, 21,4 ha; boi manso, 24,4 ha; cavalo manso, 19 ha; égua xucra, 6,2 ha; égua mansa, 12 ha; potro, 10,8 ha; mula mansa, 35,7 ha; mula xucra, 21,4 ha; burro de carga, 89,2 ha; burro, 35,7 ha; ovinos, 2,2 ha.

Nos anos 1840-49, o gado valorizou-se, em alguns casos, em mais de 100% em relação à terra. Com uma rês mansa comprava-se 28 hectares; rês xucra, vinte ha; rês marcada de criar/rodeio, 21,7 ha; boi manso, 83,8 ha; cavalo manso, 37,2 ha; égua xucra, 12,4 ha; égua mansa, 18,6 ha; potro, 21,7 ha; mula xucra, 18,6 ha; ovinos, dois ha. Na década seguinte, passado o período de guerra Farroupilha, o valor do gado não acompanhou a evolução do preço da terra e a relação de valor praticamente retroagiu ao período de 1819-1829. Com uma rês mansa, compravam-se dez hectares; rês xucra, 9,3 ha; rês marcada de criar/rodeio, 20,1 ha; boi manso, 41,9 ha; cavalo manso, 27,9 ha; égua xucra, 4,6 ha; égua mansa, 12,4 ha; potro, 18,6 ha; mula mansa, 31 ha; ovinos, 4,6 ha. Nos anos 1860-1869, a documentação apresentou o seguinte quadro: rês mansa, sete ha; rês xucra, 3,8 ha; rês marcada de criar/rodeio, 4,9 ha; novilho, 12,7 ha; boi manso, 17,5 ha; cavalo manso, 14,2 ha; égua xucra, 1,7 ha; égua mansa, 2,9 ha; potro, 5,8 ha; mula mansa, 15,5 ha; mula xucra, 7,5 ha; burro, 9,7 ha; ovinos, 0,8 ha.

A tendência de valorização da terra em relação ao gado se acentuou. Como vimos, algumas propriedades estavam cercadas total ou parcialmente de alambrado, resultando em aumento significativo do valor da terra. No período de 1870-1879 com o valor de uma rês mansa, compravam-se 5,5 hectares; rês xucra, 3,7 ha; rês marcada de criar/rodeio, quatro ha; boi manso, 9,7 ha; cavalo manso, 8,6 ha; égua xucra, 1,2 ha; égua mansa, 2,7 ha; potro, 10,8 ha; mula mansa, 8,5 ha; mula xucra,

seis ha; ovinos, 0,5 ha. Nos anos de 1880-1889, encontramos a seguinte realidade: rês mansa, 3,8 ha; rês xucra, 2,8 ha; rês marcada de criar/rodeio, 3,2 ha; novilho, 6,9 ha; boi manso, 7,3 ha; cavalo manso, 5,9 ha; égua xucra, 0,8 ha; égua mansa, 2,3 ha; potro, 3,2 ha; mula mansa, 6,2 ha; burro, 5,5 ha; ovinos, 0,5 ha.

Registre-se que nos anos de 1819-1834, os inventários assinalaram bois tafoneiros, 9\$000; bois lavradores, 6\$000; bois de carro, 4\$000; e cavalos de serviço de campo, 8\$000.³²⁴ Nos anos de 1860-1889, a documentação assinalou éguas de cria de pangarés a 10\$000; vacas tambeiras, 24\$000; cavalos de estimação, 100\$000.³²⁵ Em 1881, o inventário de Manoel Luis da Silveira, de Rio Pardo, anotou “uma máquina de alambrar campo - 24\$000.”³²⁶

5.6 Relação de valor cativo x gado x terra

Apesar das informações permitirem uma leitura parcial e restrita, apoiado nas propriedades estudadas da região de Rio Pardo, Vacaria e Bagé, podemos apresentar algumas projeções exploratórias, em relação à evolução de valor daqueles trabalhadores especializados nos anos de 1819-1889. No período de 1819-1829, a documentação registrou quatorze cativos campeiros, totalizando 3:799\$193, média de 271\$357 ou o equivalente a 89,5 animais ou 986,7 hectares; um roceiro, 102\$400 [33,7 animais/372,3 ha.]; cinco pedreiros, 1:050\$000 [210\$000 cada/69,2 animais/763,6 ha.]; três oleiros, 649\$600 [216\$533 cada/71,5 animais/787,3 ha.]; três domésticos, 550\$000 [183\$333 cada/60,5 animais/ 666,6 ha.]; um alfaiate, 128\$400 [42,3 animais/ 467 ha.]e dois domadores, 450\$000 [225\$000 cada/74,2 animais/818 ha.].

Nos anos 1830-1839, a documentação anotou 26 campeiros, 11:050\$000 [425\$000 cada/127,2 animais/1.528,7 ha.]; dez roceiro, 2:840:000 [284\$000 cada/85 animais/1.021,5 ha.]; dois pedreiros, 950\$000 [475\$000 cada/156,6 animais/1.708,6 ha.]; quatro oleiros, 1:350\$000 [337\$500 cada/101 animais/1.214ha.]; oito carpinteiros, 4:600\$000 [575\$000 cada/189,6 animais/2.068,3ha.]; dois alfaiates, 750\$000 [375\$000 cada/112,2 animais/1.348,9 ha.]; dois cozinheiros, 510\$000

³²⁴ Cf. IPM/RP. COA. APERS. Evaristo Orneles, 1819; João ferreira Bica de Moraes, 1821; Francisco Xavier de Azambuja, 1828; Francisco José Flores, 1834. IPM/B. COA. APERS. Joaquim Pereira Fagundes Brazil, 1861. IPM/V. COA. APERS. José Patrício de Moraes Borges, 1889.

³²⁵ IPM/B. COA. APERS. N 6; M 1; E 42. Joaquim Pereira Fagundes Brazil, 1861.

³²⁶ IPM/RP. COA. APERS. N 844; M 37; E 47. Manoel Luis da Silveira, 1881.

[255\$000 cada/76,3 animais/917,2 ha.]; dois falquejadores, 800\$000 [400\$000 cada/119,7 animais/1.438,8 ha.]; dois sapateiros, 920\$000 [460\$000 cada/137,7 animais/1.654,6 ha.] e um ferreiro 400\$000 [119,7 animais/1.438,8ha.].

Em 1840-1849, encontramos sete campeiros, 3:530\$000 [504\$285 cada/163,9 animais/ 1.561,2 ha.]; seis roceiros, 1:614\$000 [269\$000 cada/ 87,4 animais/832,8ha.]; três marinheiros, 707\$200 [235\$733 cada/76,6 animais/729,8 ha.]; dois alfaiates, 758\$800 [379\$400 cada/123,3 animais/1.174,6ha.] e um sapateiro, 150\$000 [48,7 animais/464,3 ha.]. Nos anos 1850-1859, a documentação registrou sete campeiros, 6:800\$000 [971\$428 cada/200 animais/1802,2 ha.]; seis roceiro, 4:750\$000 [791\$666 cada/163 animais/ 1.468,7ha.]; três carpinteiros, 1:100\$000 [366\$666 cada/75,5animais/680,2 ha.]; três domésticos, 1:900\$000 [633\$333 cada/ 130,4 animais/1.175 ha.] e um ferreiro 1:100\$000 [226,5 animais/2.040,8,8ha.].

Nos anos 1860-1869, a documentação registrou 36 campeiros, 39:772\$000 [1:104\$777 cada/217 animais/1.064,3 ha.]; oito roceiro, 7:700\$000 [962\$500 cada/189,1 animais/927,2ha.]; sete pedreiros, 5:100\$000 [728\$571 cada/ 143,1 animais/701,8 ha.]; quatro oleiros, 2:900\$000 [725\$000 cada/142,4 animais/698,4ha.]; seis carpinteiros,5:100\$000 [850\$000 cada/167 animais/818,8ha.]; sete domésticos 5:484 \$500 [783\$500 cada/153,9 animais/754,8 ha.]; quatro cozinheiros, 3:400\$000 [850\$000 cada/167 animais/818,8 ha.]; seis domadores,6:300\$000 [1:050\$000 cada/206 animais/1.011,5 ha.]; três sapateiros, 2:300\$000 [766\$666 cada/150,6 animais/738,5 ha.] e quatro ferreiros 3:440\$000 [860\$000 cada/169 animais/828,5ha.].

Em 1870-1879, encontramos 67 campeiros, 75:350\$000 [1:124\$000 cada/ 129,8 animais/519,4 ha.]; trinta roceiro, 25:920\$000 [864\$000 cada/99,7animais/399,2 ha.]; quatro pedreiros, 3:000\$000 [750\$000 cada/ 86,6 animais/346,5 ha.]; um oleiros, 500\$000 [57,7 animais/231 ha.]; quatro carpinteiros, 2:300\$000 [575\$000 cada/66,4 animais/265,7 ha.]; seis marinheiros 4:200\$000 [700\$000 cada/80,8 animais/323,4 ha.]; 53 domésticos 46:799\$000 [883\$000 cada/101,9 animais/394 ha.]; um alfaiate, 500\$000 [57,7 animais/231 ha.]; oito cozinheiros,3:690\$000 [461\$250 cada/53,2

animais/213 ha.]; um sapateiros, 700\$000 [80,8 animais/323,4ha.] e um ferreiro 600\$000 [69,2 animais/277,2 ha.].

Nos 1880-1889, encontramos dezesseis campeiros, 19:700 \$000 [1:231\$000 cada/ 156 animais/390,4 ha.]; treze roceiro, 12:500\$000 [961\$538 cada/122 animais/304,9ha.]; dois oleiros, 1:200\$000 [600\$000 cada/76 animais/190,2 ha.]; vinte domésticos, 15:700 \$000 [785\$000 cada /99,5 animais/ 248,9 ha.] e três cozinheiros, 2:000\$000 [666\$666 cada/ 84,5 animais/ 211,4 ha.]. Registre-se que a documentação assinalou, nos anos de 1884; 1885 e 1886, no geral, 28 cativos com “contratos de serviços por cinco anos”, ao preço médio de 150\$000 por ano. O regime escravocrata agonizava e os senhores criaram um mecanismo de sobrevivência da exploração da mão de obra cativa.

5.7 População cativa e livre

A documentação analisada referente às propriedades rurais da região de Rio Pardo, Bagé e Vacaria, entre 1819 e 1889, registrou a população cativa existente nas fazendas. Registrou, também, o número de herdeiros dos proprietários, o que nos permite uma idéia aproximada do contingente produtivo existente naquelas estâncias. Nas estâncias mais pobres, os proprietários e seus filhos homens trabalhavam nas atividades pastoris. Porém, havia também os proprietários absenteístas. Eventualmente existiriam trabalhadores livres – capatazes e peões –, porém, sem registro na documentação. Na Tabela 15, registramos os dados coletados referentes ao número de trabalhadores escravizados e familiares dos proprietários nas propriedades analisadas.

Tabela 15: População cativa e livre nas fazendas de Rio Pardo [1819/1846]

Ano	Propriedades	Cativos	Porcentagem	Pop. livre	Porcentagem	Pop. total
1819/29	18	238	57,6%	175	42,4%	413
1830/39	7	158	78,2%	44	21,8%	202
1840/49	3	103	76,8%	31	23,2%	134
1850/59	5	46	69,6%	20	30,4%	66
1860/69	21	223	66,1%	114	33,9%	337
1870/79	18	372	77,9%	105	22,1%	477
1880/89	24	124	59,9%	83	40,1%	207
Total	96	1.264	68,8%	572	31,2%	1.836

Fonte: Inventários *post-mortem* Rio Pardo [IPM/RP] 1819-1882. Bagé [IPM/B] 1861-1886. Vacaria [IPM/V] 1830-1889. Cartórios de Órfãos e Ausentes [COA]. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

A tabela mostra a importância da mão de obra cativa na organização produtiva das estâncias da região. Em relação ao período estudado anteriormente, observamos um relativo equilíbrio no percentual cativos/familiares. Nos anos de 1781/1809, o percentual de cativos era, no geral, de 64% ou, 1,7 cativo para cada membro da família. Nos anos de 1819/1889, a documentação registrou 1.264 cativos [68,8%] para 572 familiares [31,2%], portanto, 2,2 trabalhadores escravizados por membro da família do proprietário.

5.8 Composição sexual dos cativos

Nas propriedades estudadas, encontramos um equilíbrio, com ligeira vantagem para as mulheres [52,3%], entre a *molecada* na faixa etária até seis anos. Na faixa etária dos sete aos 15 anos, ligeira vantagem aos homens [51,7%]. Dos 16 aos 40 anos, a média favorável aos cativos é de 1,5 homem por mulher ou 60,8 %. Dos 41 aos 60 anos, 3,3 homem [76,8%] por mulher e, acima de 61 anos, 6 homens [85,7%] por mulher. Entre os trabalhadores escravizados sem idade registrada, a documentação apresentou 2,6 homens [72,2%] por mulher. No geral, o desequilíbrio sexual existente nas propriedades estudadas apresentou 62% de cativos para 38% de cativas ou 1,6 homens para cada mulher. Na Tabela 16, registramos os dados coletados referentes à composição sexual dos trabalhadores escravizados.

Tabela 16: População cativa por idade e sexo nas fazendas de Rio Pardo [1819/1846]

Ano	0/ 6 anos	7/15 anos	16/40 anos	41/ 60 anos	Mais 61anos	s/i	Total
1819/1889							
Homens	80	106	309	126	30	133	784
Mulheres	88	99	199	38	5	51	480
Total	168	205	508	164	35	184	1.264
%	13,3%	16,2%	40,2%	12,9%	2,8%	14,6%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* Rio Pardo [IPM/RP] 1819-1882. Bagé [IPM/B] 1861-1886. Vacaria [IPM/V] 1830-1889. Cartórios de Órfãos e Ausentes [COA]. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

Observamos que 56,4% dos cativos registrados encontravam-se na faixa etária dos sete aos 40 anos. Dos cativos sem idade, encontramos 113 com valores indicativos aproximados da idade plena de produção. Razoável propor que 826 [65,3%] cativos existentes naquelas propriedades encontravam-se na plenitude da idade produtiva.

5.9 Nacionalidade da escravaria

No referente à nacionalidade daqueles trabalhadores escravizados, a documentação registrou 160 *novos* [12,4%]; 515 sem registro [40,7%] e 589 crioulos, pardos, mulatos e cabras [46,9%]. Destaque-se, portanto, o significativo número de cativos mestiços nascidas naquelas estâncias. Na Tabela 17 especificamos os dados coletados referentes à nacionalidade dos trabalhadores escravizados.

Tabela 17: Nacionalidade da escravaria nas fazendas de Rio Pardo [1819/1846]

Nacionalidade	Quantidade	Porcentagem
Benguelas	28	2,2 %
Angolas	11	0,9 %
da Costa	35	2,7 %
Congos	20	1,6 %
Minas	18	1,4 %
Guinés	9	0,7 %
Rebolos	10	0,8 %
Moçambiques	13	1,2 %
Monjolos	5	0,4 %
Cassangas	4	0,3 %
Calungas	4	0,3 %
Nagôs	3	0,2 %
Crioulos	412	32,6 %
Pardos	102	8,2 %
Mulatos	48	3,7%
Cabras	27	2,1 %
s/n	515	40,7 %
Total	1.264	100 %

Fonte: Inventários *post-mortem* Rio Pardo [IPM/RP] 1819-1882. Bagé [IPM/B] 1861-1886. Vacaria [IPM/V] 1830-1889. Cartórios de Órfãos e Ausentes [COA]. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

Os dados coletados permitem uma interpretação parcial sobre a origem e trajetória da população cativa nas fazendas de Rio Pardo, Bagé e Vacaria, nos anos de 1819/89. Os cativos *novos* benguelas, congos e minas são mais numerosos. Os cativos registrados como “da Costa”, embora maioria entre os *novos*, não permitem certeza da origem, poderiam ser da costa da Guiné ou da costa de Mina. A “Costa” era também em geral a “Costa Ocidental” africana. Necessário aprofundar o estudo historiográfico sobre a origem dos trabalhadores escravizados para resolver esta questão.

Os crioulos eram a maioria da população escravizada nas propriedades pesquisadas. A informação permite especular uma expansão demográfica interna na economia pastoril da região e período estudado. Os pardos, cabras e mulatos assinalam a mestiçagem existentes naquelas propriedades ou seja, as relações carnavais existentes entre escravocratas e escravaria, sem distinção sexual.

5.10 Mundo do trabalho

Nas estâncias do século 18, os grandes trabalhos eram os rodeios, vigilância do gado, marcação, carneação, etc. A reboque da atividade criatória desenvolveu-se as demais áreas produtivas da fazenda. Ao redor das sedes construíram-se atafonas, galpões, moinhos d’água, olarias e charqueadas. Mais gado, mais currais, mangueiras, poteiros e estrebarias. Mais trabalho. Mais cativos. Segundo o historiador Paulo Afonso Zarth, os trabalhadores escravizados “dividiam-se em todas as atividades no interior da estância”. Em *Fundação e evolução das estâncias cerranas*, de 1966, o estancieiro cruzaltense Aristide de Moraes Gomes escreveu que “os negros cativos faziam cerca, trabalhavam em olarias, no campo e nas lavouras”.³²⁷

Em termos quantitativos e, como veremos qualificativos, a documentação analisada da região estudada apresenta, com clareza, a antítese a historiografia tradicional sul-rio-grandense que admitiu apenas a presença da mão de obra escravizada em tarefas secundárias e acessórias nas fazendas pastoris sulinas dos séculos 18 e 19. Em média, encontramos treze trabalhadores escravizados por propriedade. Na Tabela 18, registramos os dados coletados referentes à quantidade de cativos e cativas existentes nas propriedades pesquisadas.

³²⁷ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 115.

Tabela 18: Cativos nas propriedades pesquisadas de Rio Pardo, Bagé e Vacaria [1819-1889].

Rio Pardo	1819/29	1830/39	1840/49	1850/59	1860/69	1870/79	1880/89	Subtotal
Cativos	156	97	60	32	26	106	22	499
Cativas	82	46	43	6	21	51	27	276
Bagé	1819/29	1830/39	1840/49	1850/59	1860/69	1870/79	1880/89	Subtotal
Cativos	-	-	-	-	93	104	20	217
Cativas					70	73	13	156
Vacaria	1819/29	1830/39	1840/49	1850/59	1860/69	1870/79	1880/89	Subtotal
Cativos	-	9	-	7	7	21	24	68
Cativas	-	6	-	1	6	17	18	48
Total	238	158	103	46	223	372	124	1.264

Fonte: Inventários *post-mortem* Rio Pardo [IPM/RP] 1819-1882. Bagé [IPM/B] 1861-1886. Vacaria [IPM/V] 1830-1889. Cartórios de Órfãos e Ausentes [COA]. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

A quantidade de trabalhadores escravizados, os instrumentos de trabalho, edifícios de produção, acessórios de montarias e meios de transporte encontrados na documentação permitem especular sobre a realidade do mundo do trabalho cativo naquelas propriedades. A documentação registrou enxadas machados, foices de roçar, foices de ceifar trigo, martelos, serras de mão ou braçais, serrotes, pás de ferro, arados, enxós [instrumento de cabo curto, cortante, usado para desbastar madeira], ferramentas de pedreiros, ferramentas de ferreiro, ferramentas de carpinteiro, máquinas de tear, caldeiras, fornos de torrar farinha, rodas de selar mandioca, prensas, ferros de engomar e passar, carros, carroças, carretas, arreios, boçais, lombilhos, caronas, selins, esporas de prata e latão, freios, barris de carregar água, atafonas e moinhos d'água e de mão são registros freqüentes na maioria das fazendas. Olarias, charqueadas, tesouras, agulhas, cavadeiras, marcas de ferro da fazenda, ferros letrados, tijolos, telhas e canoas são registros em algumas propriedades.³²⁸

No referente à organização produtiva interna teríamos, eventualmente, um cenário onde os trabalhadores escravizados labutavam na roça e seriam encarregados de abastecer a estância com produtos agrícolas. No campo, responsáveis pelo trato com os animais, desde a formação do rodeio, marcação, castração, pastoreio ao amansamento final e vigilância. Nas lides domésticas, trabalho predominante da mulher, como cozinheiras, costureiras, mucamas, engomadeiras, lavadeiras. Nas benfeitorias produtivas existentes no entorno das sedes - moinhos d'água, atafonas

³²⁸ Cf. IPM/RP, 1819-1882. IPM/B, 1861-1886. IPM/V 1830-1889. COA. APERS.

carpintarias, ferrarias, fornos, olarias e charqueadas. Na construção de currais e mangueiras de pedras e madeiras. No escoamento da produção mercantil excedente por meio do transporte terrestre e fluvial. Nas matas na extração de lenha para abastecer os fornos e a sede e madeiras para melhorias das moradias e cercados e, a partir de 1870, extração de palanques para fixação do alambrado. Embora a documentação não registre, certamente existiam, sobretudo nas lides pastoris, peões livres assalariados naquelas propriedades.

5.11 Pedreiros, oleiros, carpinteiros, marinheiros, campeiros... Em tudo!

Em relação à profissão dos trabalhadores escravizados a documentação registrou 173 campeiros [13,7%]; 73 roceiros [5,8%]; 18 pedreiros [1,5%]; 14 oleiros [1,1%]; 21 carpinteiros [1,6%]; nove marinheiros [0,7%]; domésticos [6,8%]; seis alfaiates [0,5%]; 17 cozinheiros [1,3%]; oito domadores [0,6%]; dois falquejadores [0,1%]; sete sapateiros [0,6%] e seis ferreiros [0,5%]. No geral, 440 [34,8%] dos trabalhadores escravizados possuíam algum tipo de especialização registrada na documentação e 830 [65,2 %] sem registro. Na Tabela 19, registramos os dados coletados referentes à profissão dos cativos.

Tabela 19: profissão dos cativos nas propriedades pesquisadas de Rio Pardo, Bagé e Vacaria [1819-1889].

Profissão	1819/29	1830/39	1840/49	1850/5	1860/6	1870/7	1880/89	Subtotal
				9	9	9		
Campeiros	14	26	7	7	36	67	16	173
Roceiros/lavradores	1	10	6	5	8	30	13	73
Pedreiros	5	2	-	-	7	4	-	18
Oleiros	3	4	-	-	4	1	2	14
Carpinteiros	-	8	-	3	6	4	-	21
Marinheiros	-	-	3	-	-	6	-	9
domésticos*	3	-	-	3	7	53	20	86
Alfaiates	1	2	2	-	-	1	-	6
Cozinheiros	-	2	-	-	4	8	3	17
Domador	2	-	-	-	6	-	-	8
Falquejador	-	2	-	-	-	-	-	2
Sapateiro	-	2	1	-	3	1	-	7
Ferreiro	-	1	-	-	4	1	-	6

s/referência	209	99	84	28	138	196	70	824
Total	238	158	103	46	223	372	124	1.264

Fonte: Inventários *post-mortem* Rio Pardo [IPM/RP] 1819-1882. Bagé [IPM/B] 1861-1886. Vacaria [IPM/V] 1830-1889. Cartórios de Órfãos e Ausentes [COA]. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).* Na categoria “domésticos” estão incluídos mucamas, lavadeiras, engomadeiras, passadeiras, costureiras, etc.

Como vimos, os cativos estavam presentes em praticamente todas as atividades produtivas das fazendas pastoris estudadas da região de Rio Pardo. Na documentação analisada, encontramos cativos campeiros, domadores, oleiros, pedreiros, alfaiates, ferreiros, roceiros, falquejadores, marinheiros, sapateiros, cozinheiros, etc. Embora a documentação trabalhada não permita generalizações, importante resgatar duas considerações antagônicas dos viajantes que estiveram no meridiano sulino em 1833/1834 e em 1850. Em 1833/34, o francês Arsène Isabelle referiu-se aos trabalhadores escravizados do atual território do Rio Grande do Sul como “homens laboriosos, trabalhadores, aqueles que tem necessidade de exercitar a sua inteligência, mas tem a desgraça de ser escravo e, sobretudo, negros”.³²⁹ Em 1850, o austríaco Joseph Hörmeyer, incomodado com a especialização dos trabalhadores escravizados escreveu: “[...] embora muitos escravos incompetentes se intrometam no trabalho, será o trabalho, em longe melhor e mais bonito do artesão alemão habilitado”.³³⁰

³²⁹ ISABELLE, Arsène. *Viagens ao Rio grande do Sul (1833-1834)*. Trad. e notas de Dante de Laytano. 2 ed. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983. p. 68

³³⁰ HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio grande do Sul no Brasil meridional*. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, EdiPUCRS, 1990. p. 96

Capítulo 6

6.1 Um grande latifundiário

O inventário de 1876 de Mathias José Velho, nascido em Mostarda, em 1802, e morto em Rio Pardo, em 1875, referia-se à gigantesca estância São Simão dos Povos, no “distrito de Mostardas”, com uns setenta mil hectares de extensão, que praticamente margeava toda a costa da Lagoa dos Patos. Mathia Velho tinha outra estância, sua residência oficial, denominada Nossa Senhora da Vitória, no distrito de Capivari, com oito léguas de extensão, uns 104 mil hectares, onde a sede era “uma casa de sobrado com três portas de frente [...] com lance térreo junto ao mesmo sobrado sendo este com duas portas de frente”. Possuía ainda a “fazenda Pedras Brancas”, localizada em Porto Alegre, com “três quartos de léguas”, uns 9.750 hectares, sem registro da sede.

O inventariado era proprietário, ainda, na freguesia de Mostardas, de “200 braças ou 440 metros de campo [...] com uma casa térrea”. Na vila de São José do Norte, possuía uma “casa térrea”. Na cidade de Rio Pardo, tinha “uma casa térrea” e “uma casa na mesma rua do visconde de Pelotas [...] com 140 palmos de frente [26,5 m]. Na cidade de Porto Alegre, na rua Duque de Caxias, possuía “uma casa de sobrado, nº 207 [...] com duas casas postas, uma janela nos baixos e três janelas sobrepostas no sobrado, grade de ferro [...] tendo esta 105 palmos de frente [22,5 m]”, e “um terreno com duas meia-água [...] na rua Figueira [...] com 634 palmos de frente [140,8m] e 450 palmos de fundos [100 m]”. Possuía ainda uma “casa de negócios”, em frente a estância Nossa Senhora da Vitória, onde mercantilizava a produção. Nela encontramos, em fazenda e tecidos, um total de 986\$690 réis; em louças, 102\$180; em ferragens, 521\$810; em utensílios, 548\$130; em molhados – vinho, aguardente etc. – um total de 3:923\$578.

Certamente Matias José Velho era um dos “potentados da terra” aos quais se referiu o historiador mineiro Guilhermino Cesar.³³¹ A documentação traz informações atinentes à organização produtiva de uma grande propriedade rural. Localiza com clareza a divisão das tarefas, pois, possivelmente, para controlar à distância a administração da São Simão dos Povos, o estancieiro optou por subdividir a estância em diversas propriedades, cada qual com seu nome e com sua respectiva função, ficando, eventualmente, a São Simão dos Povos como a centralizadora geral das demais propriedades. Dada a extensão das propriedades, suas benfeitorias e campos cercados, quantidade de gado, quantidade de trabalhadores escravizados e, sobretudo, a estrutura administrativa/produtiva adotada para o funcionamento da estância São Simão dos Povos, dedicaremos o presente capítulo especificamente as propriedades de José Mathias Velho.

6.2 Os rincões da estância São Simão dos Povos

A estância São Simão dos Povos era subdividida em três rincões – Rincão do Anastácio; Rincão da Cavallhada e os Campos de Fora – que, por sua vez, eram subdivididos em partes registradas em “metade de légua” e “metade de légua quadrada”. Portanto, para fins extensivos, consideraremos o registro como consta no inventário. Nos registros de “metade de légua” consideraremos 6.500 hectares. Nos registros de metade de légua em quadra, consideraremos 2.150 hectares.

O Rincão do Anastácio era “repartido em três parcelas”, contendo a primeira parte uma “área de metade de légua”, uns 6.500 hectares. Nessa parte se encontrava o “estabelecimento da charqueada com suas dependências”. A segunda parte possuía “metade de légua quadrada” – uns 2.150 ha. “A terceira parte, “metade de légua quadrada”, fazia divisa com o Rincão da Cavallhada”.³³²

O Rincão da Cavallhada dividia-se em duas parcelas. A primeira parcela, “metade de légua quadrada” e a segunda parcela, também “metade de légua quadrada”, totalizando uns 4.300 hectares. Dividia-se ao sul com a “légua da Roça

³³¹ Cf. CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha: o boi e o poder*. Porto Alegre: IEL Corag, 2005; *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 3 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002; *O Conde de Piratini e a Estância da Música: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Instituto Estadual do livro; Caxias do Sul, 1978.

³³² IPM/RP. COA. APERS. N 803; M 35; E 47. Mathias José velho. 1876.

Velha e por **cercados** prolongados”; ao nordeste, por um “**cercado** com Joaquim Lima” e, ao leste, “por outro **cercado** com Manoel Pereira”. Nessa parte, encontravam-se “dois arranchamentos e suas dependências”.³³³

Os Campos de Fora estavam repartidos em doze partes. A primeira parte denominava-se “Roça Velha” e possuía “uma légua quadrada”, uns 4.300 hectares. Nesta parte, encontravam-se as casas de moradias da Roça Velha e “todas as benfeitorias pertencentes ao estabelecimento”. A segunda parcela, a “Boca da Cavilhada”, uma área de “uma légua quadrada”, dividia-se ao norte por “**cercados** prolongados” até o “Capão do Índio”.³³⁴

A terceira parcela, o “Ranchinho”, com “uma légua quadrada”, dividia-se a oeste com a Lagoa dos Patos. A quarta parte, com “uma légua quadrada”, dividia-se ao norte com a “Boca da Cavilhada” e ao leste por uma “sanga [...] até a ponta do **cercado de arame**”. Nesta parte encontravam-se “as casas de estabelecimento do Serrito com suas dependências”.³³⁵

A quinta parte, o “Pau Fincado”, uma área de “uma légua quadrada”, dividia-se ao leste por “um **cercado de arame** e uma coxilha” ao oeste, com a “Lagoa dos Patos”. A sexta parte, o “Barro Preto”, possuía “uma légua quadrada” e dividia-se ao leste, com um “**cercado de arame**” e ao oeste com a “Lagoa dos Patos”. Neste campo encontrava-se a “casa do **posteiro** com suas dependências”.

A sétima parte, denominada da “Canoa”, com “uma légua quadrada”, dividia-se a oeste, com a “Lagoa dos Patos”. Nesse campo, existia um “arranchamento com suas dependências”. A oitava parte, denominada do “Posto”, tinha “uma Légua quadrada” e dividia-se, a oeste, com a “Lagoa dos Patos”. A nona parcela, uma “área de uma légua quadrada”, dividia-se ao nordeste, com a “Lagoa dos Patos”. Neste campo encontravam-se o “estabelecimento dos Povos e suas dependências”.³³⁶

A décima parte, denominada “Figueira”, com “uma légua quadrada”, dividia-se, ao leste, com o “**cercado** de Manoel Herrera”, o “**cercado** da Solidão” e a “**cerca** que costeava parte da Lagoa”. A décima primeira parcela, registrada como da “Cinza”, tinha “uma légua quadrada”. Por fim, a parte do “Poncho”, com “uma légua quadrada”, onde encontravam-se as casas do “Poncho e suas benfeitorias”. Pertencia

³³³ Id. ib. (grifamos).

³³⁴ Id. ib.

³³⁵ Id. ib. (grifamos).

³³⁶ Id. ib.

6.3 Campos cercados

Como vimos, grandes partes dos campos da São Simão dos Povos encontravam-se cercados. Na relação de bens da estância registraram-se ainda 5.029 quilos de arame galvanizado, a \$300 o quilo, totalizando 1:508\$700 mil-réis. O mesmo valor de um cativo campeiro [1:500\$000] registrado na documentação.

Temos notícias do cercamento dos campos, nas estâncias mais ricas, a partir de 1870. Em *Trabalhos e costumes dos gaúchos*, publicado em 1928, Severino Sá Brito propõe que a tecnologia do alambrado espalhou-se nas estâncias do meridiano sulino com o fim da guerra federalista, em 1895: “[...] foi nesse período de reorganização que se desenvolveu em maior escala esse grande reformador dos costumes e da vida rio-grandense, o alambrado”.³³⁹

O cercamento dos campos alterou consideravelmente o modo de vida das fazendas pastoris. Importante resgatar as considerações feitas por Severino Sá Brito sobre o impacto ocasionado pelo alambrado no modo de vida da sociedade pastoril sulina oitocentista: “Os fazendeiros cercaram a primitiva liberdade que campeava pelas nossas vastas campinas, onde cruzavam livremente cavaleiros e animais; pois que com o alambrado retalharam seus campos em invernadas, invernadinhas, piquetes, currais e bretes; até nas cidades ele penetrou dividindo terrenos [...] Fecharam-se os atalhos, abriram-se os corredores!!...[...] Os campos fechados e os gados amansados tiraram o primitivismo da vida pastoril [...] Acabaram-se as grandes cavalhadas, reduziram-se as eguadas, diminuiu-se a peonada!!...[...] Enfim, fez do boi uma mercadoria altamente valorizada e enriqueceu os rio-grandenses!!...[...] Hoje não há mais gados extraviados, nem a necessidade das recrutas, os campos estão fechados e limitados por alambrados, que os animais respeitam”.³⁴⁰

Certamente a mais atingida foi a comunidade dos gaúchos, caçadores de gado, uma *nação sui-generis*, de acordo com o francês Nicolau Dreys.³⁴¹ O alambrado reduziu o espaço de atuação do gaúcho dificultou a *apropriação* do gado, definindo-a juridicamente com abigeatário; restringiu sua liberdade e suprimiu sua fonte de recursos financeiros.

³³⁹ BRITO, Severino de Sá. *Trabalhos e costumes dos gaúchos*. Porto Alegre:ERUS, 1928. p. 25.

³⁴⁰ Id. ib. p. 26 e 66.

³⁴¹ Cf. DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio grande de São Pedro do Sul*. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, EdiPUCRS, 1990. p 145.

6.4 Produção na estância São Simão dos Povos

Embora a documentação não especifique as “benfeitorias e suas dependências” existentes nos rincões da estância - com exceção da charqueada do rincão do Anastácio -, a relação dos bens móveis permite especular sobre as edificações produtivas, sem que saibamos em que parte se encontravam.

Na propriedade existiria possivelmente uma olaria. No documento, encontramos um total de 13 mil telhas e 12 mil tijolos. A produção seria para venda externa, já que com as telhas em questão poder-se-ia cobrir uns mil metros de telhado! O inventário registra igualmente 481 moirões [paus que sustentam o arame nos alambrados]; 31 tábuas de louro aparelhadas; 250\$000 em madeira; 87 tábuas sortidas; oito sobreiras de madeira; oito jogos de portas e janelas; nove jogos de portas e 5\$000 em lenha de ipê. Com os moirões, podiam ser estendidos uns quatro mil metros de cercas.

Talvez existisse na fazenda São Simão dos Povos uma destilaria. O documento registrou 103 barricas e cinco barris vazios e nove pipas cheias, sem especificar o conteúdo. Encontramos 3:923\$578 réis em vinho e aguardente nos registros referentes aos bens da “casa de negócios” existente em Rio Pardo,

Estão ainda registrados dez carros de mão; um carro pequeno de quatro rodas e um carro grande de quatro rodas. O transporte terrestre da produção era feito por sete carroças e carretas puxadas por bois ou cavalos e o transporte fluvial por um “iate denominado Destino [...] capacidade de 4.000 arrobas [60.000 kg], com aparelhos, lanchas, botes e mais pertences [...]”. O iate era embarcação com dois mastros em geral da mesma altura destinado à carga, com uns quinze a dezenove metros de comprimento e de quatro a cinco de largura.

A documentação registra igualmente quatro carretas com pipas para água; dois lingotes de ferro; uma balança grande com concha de madeira; duas panelas de ferro grande; uma atafona incompleta; três tachos de cobre usados com 34 quilos; 100 alqueires de cal; 39 lajes; dois caixões de vidro; dois canos grandes e 1.100 alqueires de sal.

Não se registraram especificamente os instrumentos de trabalho em nenhuma das três propriedades de Mathias José Velho. As foices, machados, enxadas, pás, serrotes e serras braçais, instrumentos de carpintaria, ferraria, etc. encontram-se

registradas nos “utensílios encontrados”, sem especificação da quantidade e valor. Também não encontramos registros de mobílias na estância São Simão dos Povos. Na fazenda das Pedras Brancas, o documento registrou apenas duas marquesas, dois aparadores, doze cadeiras, uma mesa e uma carreta grande.

6.5 Na residência oficial, muito luxo

A residência oficial de Mathias José Velho era a estância Nossa Senhora da Vitória, em Rio Pardo, no distrito de Capivari. A sede era “uma casa de sobrado com três portas de frente [...] 140 palmos de frente [26 m] [...] com lance térreo junto ao mesmo sobrado sendo este com duas portas de frente”. A casa de negócios ficava “na estrada real em frente à moradia da fazenda Nossa Senhora da Vitória”. Embora limitada, a informação a mobília arrolada permite uma reconstrução parcial da residência.

O sobrado era o padrão habitual da habitação urbana no Brasil colonial e imperial, com dois ou mais pisos, sendo que, no térreo, sobretudo nas cidades, localizavam-se o comércio, os depósitos, as coqueiras, a habitação dos cativos, etc., e nos superiores, a moradia dos proprietários e, não raro, a cozinha e dormitórios dos trabalhadores domésticos.³⁴² A casa de negócios de Mathias José Velho localizava-se em frente à estância Nossa Senhora da Vitória. Considerando que o depósito deveria ser junto à casa de negócios, o piso inferior do sobrado seria, eventualmente, a residência dos trabalhadores, onde existiriam algumas mobílias.³⁴³

No piso superior, residência do estancieiro e seus familiares, em um total de onze membros, existiria uma sala grande com “uma mobília de jacarandá composta de sofá, mesa redonda, quatro aparadores, vinte cadeiras finas com dourados [...] duas cadeiras de balanço com assento de palha [...] um piano de cauda branca [...] duas marquesas francesas [...] dois espelhos dourados [...] um espelho de sala moldura de louça [...] um par de vasos de porcelana grande [...] um relógio com pêndulo [...] um sofá de jacarandá e um sofá de cedro”. Uma sala de jantar com “uma mesa para jantar [...] dois aparadores de sala de jantar [...] um armário [...]

³⁴² MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo. A Arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho*. Passo Fundo, Editora da Universidade de Passo Fundo, 2001.

³⁴³ IPM/RP. COA. APERS. Matias José velho. 1876.

duas dúzias de cadeiras de cedro e um lavatório com pedra de mármore.”³⁴⁴

Na cristaleira da sala, teríamos um “armário grande [...] um armário pequeno [...] um tabuleiro de prata novo [...] duas mesas com pedra de mármore [...] doze colheres de chá de prata [...] dezoito colheres de prata [...] doze facas com cabos de prata [...] pratos de louça fina [...] dois pares de frascos de vidro [...] seis garfos de prata [...] três colheres para arroz de prata [...] uma bandeja de prata [...] dois paliteiro de prata [...] um copo de prata e três bombas de prata”.

Os quartos acomodariam as seis camas de jacarandá, mogno, cedro [francesa]; um guarda roupas e três escarradeiras de porcelana. A iluminação viria possivelmente de “seis castiçais de prata [...] uma serpentina de bronze de cinco luzes [...] e duas serpentinas de bronze de duas luzes”. As armas do estancieiro eram “uma espingarda de dois canos [...] uma espingarda comprida com um cano comprido [...] uma espingarda com um cano comprido [...] um revólver [...] uma espada com bainha de metal [...] um facão com bainha”.³⁴⁵

Existira ao derredor da sede o pomar e a horta. Eram igualmente muito ricos os instrumentos de montaria da família do estancieiro: “[...] um selim [...] com luvas, estribos, rabichos e relho [...] um selim [...] acolchoado com capa, laços e relho com couro de cabra [...] um lombilho lavrado com prata e carona [...] um par de estribo de prata [...] um par de boçais de prata [...] um tirador de prata [...] uma cabeçada de prata [...] um rabicho de prata [...] um relho de prata [...] um freio de metal [...] um freio de prata, cabeçada, rédeas de trança [...] um par de rédeas grandes forradas e um par de rédeas com boçais e argolas de prata”.³⁴⁶

Os meios de transportes existentes na estância Nossa Senhora da Vitória eram “duas carretas grandes [...] uma carreta forrada [...] uma carroça [...] uma carroça velha em mau estado [...] uma carretinha com toldo [...] uma carretinha para bois [...] uma carroça de bagagem [...] um carro de quatro rodas com dois pares de arreios e seus pertences e uma canoa velha”. Estão registrados igualmente “dois pares de rodas pequenas [...] dois pares de rodas de molas de ferro [...] um eixo de ferro para carretas [...] três rodas para carretinhas [...] um eixo grande de ferro [...] dois eixos de ferro [...] dez cambotas [parte circular da roda na qual se fixam os raios

³⁴⁴ Id. ib.

³⁴⁵ Id. ib.

³⁴⁶ Id. ib.

e o aro externo] quatro chapas de ferro velho [...] 24 tábuas de madeira de lei [...] quatro talhas para água [...] uma cantoneira [...] cinco arados [...] um reboło [pedra de afiar fixada num eixo giratório] e 3.681 quilos de arame de ferro”.

6.6 Gado nas estâncias

Nas três propriedades, entre vacuns, cavalares, muares e ovinos, o inventariado possuía 40.921 cabeças, ou seja, 4,5 hectares por cabeça, totalizando 370:207\$000 mil réis. O gado valia conseqüentemente 50,1% de todos os seus campos. Na estância São Simão dos Povos, existiam 24.654 animais [2,8 ha. por animal]. Na fazenda Nossa Senhora da Vitória, 15.032 cabeças [6,9 ha. por animal]. Na fazenda Pedras Brancas, 1.235 animais [7,8 ha. por animal]. Na Tabela 20, registramos o número total de animais por espécie, subdivisões categóricas, respectivos valores unitários e o valor total do gado, por propriedade.

Tabela 20: Número de animais, valor unitário e total por propriedade

Espécie Gado	São Simão dos Povos	Valor unitário	Valor Total
Reses mansas	323	12\$000	3:876\$000
Reses xucras	16.392	9\$000	147:528\$000
Novilhos	1.659	14\$000	23:226\$000
Bois mansos	124	18\$000	2:232\$000
Cavalos mansos de 1º qualidade	149	16\$000	2:384\$000
Cavalos mansos de 2º qualidade	214	8\$000	1:172\$000
Éguas xucras	3.616	3\$000	10:848\$000
Éguas mansas	30	8\$000	240\$000
Potros capões	144	12\$000	1:728\$000
Cavalos pra carro	30	20\$000	600\$000
Mulas mansas	13	20\$000	260\$000
Burros	60	3\$000	180\$000
Ovinos	1.900	1\$500	2:850\$000
Sub-total	24.654	-	197:124\$000
Espécie Gado	Nossa Senhora da Vitória	Valor unitário	Valor Total
Reses mansas	312	13\$000	4:056\$000
Reses xucras	11.544	11\$000	126:984\$000
Novilhos	305	18\$000	5:490\$000

Bois mansos	121	22\$000	2:662\$000
Cavalos mansos de 1º qualidade	179	18\$000	3:222\$000
Cavalos mansos de 2º qualidade	106	9\$000	954\$000
Éguas xucras	1.066	4\$000	4:264\$000
Potros capões	67	12\$000	804\$000
Mulas mansas	24	24\$000	576\$000
Burros	8	3\$000	24\$000
Ovinos	1.300	1\$500	1:950\$000
Sub-total	15.032	-	150:986\$000
Espécie Gado	Pedras Brancas	Valor unitário	Valor Total
Reses mansas	2	13\$000	26\$000
Novilhos	1.148	18\$000	20:664\$000
Bois mansos	28	22\$000	616\$000
Cavalos mansos de 1º qualidade	16	18\$000	288\$000
Cavalos mansos de 2º qualidade	31	9\$000	279\$000
Égua mansa	1	8\$000	8\$000
Mulas mansas	9	24\$000	216\$000
Sub-total	1.235	-	22:097\$000
Total	40.921	-	370:207\$000

Fonte: IPM/RP. COA. APERS. Matias José velho. 1876.

A tabela mostra uma variação de preço de 10 a 20% a menor, em algumas espécies e subdivisões categóricas de animais, sobretudo vacuns, existentes na estância São Simão dos Povos. As exceções são os ovinos, os potros capões, as éguas mansas e os burros. No geral, 79,7% dos animais eram xucros, pressupondo que a prática do rodeio não era prioridade do estancieiro. Outro fato que chama atenção é a inexistência do registro de gado marcado. Considerando a existência da charqueada na São Simão dos Povos, talvez a prioridade do estancieiro fosse, tão somente, a criação e abate do gado vacum, secundarizando o amansamento. O preço médio de todo gado existente ficou em torno de 9\$000 réis por animal.

Em relação ao gado, as estâncias de Mathias José Velho não fugiam a regra. Segundo Severino de Sá Brito, “os bovinos, cavalares e ovinos constituem os

interesses do fazendeiro, isto é, o capital produtivo”.³⁴⁷ No mesmo sentido, o escritor santa mariense João Cezimbra Jaques escreveu que “esta classe [estancieiros] se ocupa quase exclusivamente em criar gado, só cultivando as plantas dispensáveis ao consumo da estância”.³⁴⁸ O perfil do rebanho nas propriedades do estancieiro compunha-se majoritariamente pelos animais vacuns [31.958 cabeças], seguido pelos cavalares [5.649]; ovinos [3.200] e muares [114]. Na Tabela 21, registramos, em percentagem, o perfil do rebanho nas propriedades de Mathias José Velho.

Tabela 21: Perfil do rebanho nas propriedades de Mathias José Velho

Vacuns	Cavalares	Ovinos	Muares	Total
78%	13,8%	7,9%	0,3%	100%

Fonte: IPM/RP. COA. APERS. Matias José velho. 1876.

A criação dos animais era feita de forma extensiva. O gado era criado em “compáscuos gigantes” e pouco trabalho dava ao estancieiro.³⁴⁹ Os frutos monetários eram significativos, para os grandes proprietários. Para cuidar de um grande rebanho de gado, o estancieiro precisava de alguns peões que poderiam ser trabalhadores assalariados ou cativos. *No mas*, a natureza se encarregava. A Riqueza brotava dos cascos dos animais.

Segundo o historiador Paulo Afonso Zarth, “haveria dois meios de se fazer fortuna no Rio Grande do Sul: o primeiro consiste em possuir uma estância com boas pastagens e bem administrada. A segunda consiste em possuir uma estância com más pastagens e mal administrada”.³⁵⁰ Mathias José Velho possuía, pelo visto, uma estância bem administrada.

6.7 Quem não tem cão, caça com gato!

Tem-se proposto em forma generalizada a tese de que a família escravizada seria eventualmente responsável pelo “baixo índice” de fugas dos cativos sulinos. Vimos que contraditavam os estabelecimento de famílias escravizadas estáveis a

³⁴⁷ BRITO, Severino de Sá. *Trabalhos e costumes dos gaúchos*. Ob. cit. p. 46.

³⁴⁸ JAQUES, João Cezimbra. *Costumes do Rio Grande do Sul*: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica. Porto Alegre: Tipografia de Gundlach & Comp. p. 61.

³⁴⁹ Cf. CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, EdiPUCRS, 1990. p. 64.

³⁵⁰ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 237.

condição social de *propriedade* do cativo – o bem mais valioso do *criador* e moeda forte –; a disparidade entre homens e mulheres; a escassez de estrutura mínima para a constituição familiar e a partilha dos cativos nos inventários, separando os poucos cativos casados e seus filhos.

Em *Triste pampa*, análise histórica sobre a condenação dos trabalhadores escravizados sulinos da primeira metade do século 19, o historiador Solimar de Oliveira Lima abordou a questão e concluiu sobre as relações familiares que a “análise total de escravos-réus pesquisados” expunha “uma massa de condenados à solidão, tolhidos da convivência familiar, privados do consórcio familiar. Homens e mulheres fadados a uma vida solitária”.³⁵¹ Os trabalhadores escravizados da estância São Simão dos Povos, ratificam a afirmação feita por Solimar Lima, sobre a questão familiar. Segundo a documentação e o período estudados, no regime escravista pastoril sul-rio-grandese, em um contexto de escassez feminina, a composição familiar cativa sistemática, nos moldes tradicionais, encontrava muito fortes dificuldades, o que não significa que não tenha havido procriação sistemática das mulheres escravizadas.

O inventariado arrola um total de 92 cativos, sendo 71 homens e 21 mulheres. Portanto, média de 3,4 cativo por cativa. Na estância Nossa Senhora da Vitória, a composição sexual era mais equilibra, 37 cativos para 20 cativas, ou seja, 1,8 homem por mulher. Todos sem idade. Pelos valores, eventualmente existiriam quatro moleques e cinco molecas naquela propriedade. Na estância São Simão dos Povos, o documento registrou 35 cativos, sendo 32 homens e três mulheres, média de 10,6 cativo por cativa. Na Fazenda das Pedras Brancas, não há registro da escravaria, talvez estando na relação da Nossa Senhora da Vitória.

Os trabalhadores escravizados da São Simão dos Povos tinham um problema complexo a resolver: como 32 cativos se arranjarão para “compartilharem sossegadamente” e usufruir a “concessão feita pelo estancieiro”, relatada pelo viajante e pintor francês Jean Baptiste Debret nos anos de 1830, com apenas três cativas! É o que a documentação registra. O documentou arrolou 35 cativos na fazenda [32 homens e três mulheres]. Todos sem idade. Pelos valores, eventualmente apenas três eram moleques: Miguel, filho de Maximiana [300\$000];

³⁵¹ LIMA, Solimar Oliveira. *Triste Pampa: Resistência e punição de escravos em fontes judiciais no Rio Grande do Sul (1818-1833)*. Porto Alegre: PUC, 1997. p. 63.

Firmino, filho de Inês [300\$000] e Teotônia [200\$000]. Maximiana tinha mais dois filhos, Adriano [500\$000] e Liberato [600\$000], valores, para o período, aproximados de cativos com doze ou treze anos, conforme análise em inventários anteriores. Certamente essas crianças conheciam somente as mães.

Em *O gaúcho era gay?* interpretação sociológica/histórica sobre o eventual comportamento sexual dos gaúchos, o historiador Mário Maestri escreveu que o “impulso homossexual *derivativo* nasceria comumente de isolamento de população do mesmo sexo, em conventos, quartéis, internatos, presídios, navios, etc., campo fértil para a realização dos impulsos homossexuais dominantes ou subordinados e de práticas sexuais derivativas [...] a falta de mulheres, a dificuldade em constituir família, os longos períodos vividos dioturnamente apenas entre homens, nos campos, na sede, no galpão e nos dormitórios coletivos, certamente motivaram forte tensão na vida erótica dos peões e gaúchos heterossexuais, raízes das conhecidas práticas zoofílicas [...] Não deixa de ser interessante que o amor carnal do peão por sua égua arranque sorrisos simpáticos e cúmplices, enquanto que o abraço do gaúcho, alegre ou triste, ao seu companheiro de *faena*, luta e tristeza cause arrepios de horror aos *muchachos* nativistas!”³⁵² Na São Simão dos Povos, podemos substituir na reflexão acima, sem generalizações, o gaúcho por cativo. Um estudo aprofundado sobre a questão das relações sexuais do gaúcho e dos cativos no século 19 resultaria em importante contribuição historiográfica para a compreensão da questão e daquele contexto histórico.

6.8 Preciosos bens: cativo e gado

Está claro que os bens mais valiosos das estâncias eram os cativos e o gado. A terra pouco valia. Somente no final do século 19 apresentou pequena valorização. Mesmo assim, se comparada ao preço do gado e, sobretudo dos cativos, certamente não era a principal fonte de acumulação de riqueza do estancieiro.

O inventário de Mathias José Velho registrou no total 1:247:134\$354 réis. Desse total, 723:000\$000 correspondia à terra [183.750 ha./3\$935 o ha.] e, possivelmente, as benfeitorias. O valor total das 40.921 cabeças de gado

³⁵² MAESTRI, Mário. *O gaúcho era gay?* Arquipélago, Revista de Livros e idéias. Outubro de 2006, número 7. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/ Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2006. p. 56-9.

[370:207\$000] correspondia a 51,2% da terra e benfeitorias. O valor total dos 92 cativos [77:075\$000] 10,6%. Juntos, cativos e gado [447:232\$000] valiam 61,8 % da terra e benfeitorias e 35,8% do total inventariado. Na Tabela 22, anotamos os dados levantados, referentes ao valor do gado e cativos existentes nas propriedades do estancieiro.

Tabela 22: Relação de valor cativo, gado e terra

Gado	Quantidade	Total	Valor médio	Cativos x gado	Cativo e gado x terra
Vacuns	31.958	337:360\$000	10\$270	81,5	2,6 ha.
Cavalares/muares/ ovinos	8.963	32:847\$000	3\$665	228,5	0,9 ha.
Sub-total	40.921	370:207\$000	9\$000	93	2,2 ha.
Cativos	92	77:025\$000	837\$230	-	212,7 ha

Fonte: IPM/RP. COA. APERS. Matias José velho. 1876.

A tabela 22 é esclarecedora. Em 1876, com o preço médio de um animal, adquiria-se, 2,2 hectares. Com o valor médio de um cativo, compravam-se 81,5 animais vacuns; 228,5 animais cavalares/muares/ovinos ou, 212,7 hectares. Não restam dúvidas sobre quais eram os bens mais valiosos dos estancieiros sulinos. Com o preço do cativo mais caro do estancieiro, Frederico, campeiro, sem idade [1:800\$000], comprava-se 81,8 bois mansos [animal mais caro] e 457,5 hectares. Com o valor de dez cativos campeiros adquiria-se pouco mais de meia légua em quadra [2.150 ha.] e 414 bois mansos ou, a mesma quantidade de terra e 818 reses xucras. Uma estância inteira povoada de animais!

6.9 Nomes para os esquecidos

Por muitos anos, a historiografia tradicional secundarizou, minimizou ou omitiu a importância da mão de obra escravizada nas fazendas pastoris do meridiano sulino. *Em Deus é grande, o mato é maior!* o historiador Mário Maestri propõe que “a historiografia tradicional aceitava com dificuldades as decorrências inevitáveis da confirmação documental da presença de cativos na fazenda, já que corroíam as

construções ideológicas sobre a ausência de contradições sociais no seio das fazendas pastoris e, conseqüentemente, na antiga formação social sulina”.³⁵³

Em *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1883)*, a historiadora Maria Beatriz Chini Eifert assinalou que os “dados constantes nos documentos analisados permitem afirmar que o cativo foi peça de sórdida engrenagem da memória que camuflou seu verdadeiro papel nas fazendas de Soledade, permanecendo no silêncio e sequer ocupando espaço nas páginas de sua história”.³⁵⁴

No desenvolvimento de nosso trabalho, a documentação analisada não deixou dúvidas sobre as evidências objetivas da importância da mão-de-obra cativa nas fazendas pastoris sulinas do século 19. Para dar um rosto geral aos 1.414 cativos encontrados nos inventários pesquisados nas regiões de Bagé, Vacaria e Rio Pardo, registramos os trabalhadores escravizados encontrados no inventário de Mathias José Velho. Na Tabela 23, anotamos os nomes, a profissão e o valor daqueles atores sociais. Registre-se que todos os cativos arrolados no documento não estavam assinalados a idade.

Tabela 23: Nome dos cativos existentes nas estâncias São Simão dos Povos e Nossa Senhora da Vitória, nacionalidade, profissão e valor.

Propriedade	Cativos	Nacionalidade	Profissão	Valor
São Simão dos Povos	Manoel	Nagô	n/c	1:500\$000
	Antônio	n/c	Pedreiro	500\$000
	Polidoro	n/c	Marinheiro	1:200\$000
	Pedro	n/c	Campeiro	2:000\$000
	Cláudio	n/c	Campeiro	1:600\$000
	Porfirio	n/c	Campeiro	1:500\$000
	Carlos	n/c	n/c	1:000\$000
	Elísio	n/c	Campeiro	1:200\$000
	Albano	n/c	Campeiro	1:200\$000
	Francisco	n/c	Pedreiro	700\$000
	Manoel	Moçambique	n/c	1:000\$000

³⁵³ MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior!* Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: EdiUPF, 2002. p. 92

³⁵⁴ EIFERT, Maria Beatriz Chini. *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1883)*. Passo Fundo: EdiUPF, 2007. p. p. 81-82.

	Serafim	n/c	Roceiro	600\$000
	Paulino	n/c	n/c	400\$000
	Ventura	n/c	n/c	150\$000
	Martinho	n/c	n/c	200\$000
	Fortunato	n/c	Campeiro	800\$000
	Bento	n/c	Campeiro	600\$000
	Lúcio	n/c	Campeiro	1:000\$000
	Teotônia	n/c	n/c	200\$000
	Maximiana	n/c	Doméstica	1:100\$000
	Inês	n/c	n/c	700\$000
	Miguel	n/c	n/c	300\$000
	Adriano	n/c	n/c	500\$000
	Liberato	n/c	n/c	600\$000
	Firmino	n/c	n/c	300\$000
	Adão	n/c	Seringueiro	500\$000
	Tobias	n/c	n/c	50\$000
	Joaquim	n/c	n/c	700\$000
	Antônio	n/c	Carpinteiro	1:500\$000
	Tomé	n/c	n/c	600\$000
	Ladislau	n/c	Carpinteiro	1:400\$000
	Elói	n/c	n/c	1:800\$000
	Leandro	n/c	n/c	1:000\$000
	Tito	n/c	n/c	600\$000
	Patrício	n/c	n/c	1:200\$000
Sub-total	35	-	-	30:200\$000
Propriedade	Cativos	Nacionalidade	Profissão	Valor
Nossa Senhora da Vitória	Olivério	n/c	Campeiro	1:500\$000
	Braz	n/c	Campeiro	1:200\$000
	Adão	n/c	Campeiro	500\$000
	Rafael [filho de Maria]	n/c	n/c	100\$000
	Frederico	n/c	Campeiro	1:800\$000
	Zeferino Juca	n/c	Campeiro	1:500\$000
	José Passarinho	n/c	Campeiro	1:500\$000
	Paulo	n/c	Campeiro	1:500\$000

	Martinho	n/c	Campeiro	1:500\$000
	Januário	n/c	Campeiro	1:000\$000
	Jacinto	n/c	Campeiro	1:200\$000
	Manoel	Mulato	Campeiro	1:600\$000
	Roque	n/c	Campeiro	1:000\$000
	David	n/c	Campeiro	1:000\$000
	Antenor	n/c	Campeiro	1:500\$000
	Julião	n/c	Campeiro	1:200\$000
	Clementino	n/c	Campeiro	800\$000
	Conrado	n/c	n/c	500\$000
	Luizão	n/c	n/c	1:200\$000
	Vargas	n/c	n/c	600\$000
	Antônio	Mina	Roceiro	800\$000
	João	Mina	Roceiro	800\$000
	Antero [doente]	n/c	n/c	300\$000
	José	Crioulo	n/c	25\$000
	Julião	n/c	Roceiro	1:500\$000
	Pedro	Moçambique	Roceiro	1:500\$000
	Domingos	n/c	n/c	25\$000
	Joaquim	n/c	Pedreiro	800\$000
	João cego	n/c	n/c	25\$000
	Pio	n/c	n/c	400\$000
	Alfredo [filho de Júlia]	n/c	n/c	300\$000
	Ismael de Castro	n/c	n/c	1:000\$000
	Alexandre [filho de Idalina]	n/c	n/c	100\$000
	Mateus	n/c	Pedreiro	500\$000
	Joaquim ferreiro	n/c	n/c	500\$000
	Antônio	n/c	n/c	200\$000
	Maria Vitória	n/c	n/c	1:000\$000
	Luiza Genoveva	n/c	n/c	1:000\$000
	Julia	n/c	n/c	1:200\$000
	Edwiges [filha de Júlia]	n/c	n/c	150\$000

	Honorina [filha de Júlia]	n/c	n/c	150\$000
	Gertrudes	n/c	n/c	900\$000
	Cesária	n/c	Doméstica	1:000\$000
	Luciana	n/c	Doméstica	1:200\$000
	Gabriela [filha de Luciana]	n/c	n/c	100\$000
	Luciana ingênuu	n/c	n/c	1:000\$000
	Priciliana	n/c	n/c	1:200\$000
	Idalina	n/c	n/c	1:000\$000
	Vinicia	n/c	n/c	600\$000
	Joaquina	n/c	n/c	800\$000
	Virgíliu	n/c	n/c	1:000\$000
	Bernarda	n/c	n/c	500\$000
	Marcelina	n/c	n/c	300\$000
	Romana	n/c	n/c	200\$000
	Luisa	Congo	governança	700\$000
	Joana	n/c	n/c	600\$000
	Guilhermina	n/c	n/c	800\$000
Total	92	-	-	77:075\$000

Fonte: IPM/RP. COA. APERS. Matias José velho. 1876.

O plantel da escravaria nas propriedades de Mathias José Velho era composto por 71 cativos e 21 cativas. Destes, pelo valor, 18 [12 homens e seis mulheres] eventualmente eram moleques ou anciãos ou ainda com alguma deficiência ou doença. Com nacionalidade especificada, seis *novos* [dois minas, dois moçambiques, um nagô e um congo]; um crioulo; um mulato e 84 sem registro.

Embora, a exemplo de boa parte dos inventários analisados, não especifique a profissão da maioria daqueles trabalhadores escravizados, encontramos nas propriedades do inventariado 24 cativos campeiros [26%]; cinco roceiros [5,4%]; quatro pedreiros [4,4%]; quatro domésticas [4,4%]; dois carpinteiros [2,2%]; um

marinheiro [1,1%]; e um seringueiro [1,1%]. No geral, 41 [44,5%] cativos possuíam profissão especificada. Por analogia dos preços registrados, podemos especular que os cativos inventariados, com preço acima de 500\$000, possuíam algum tipo de especialização. Destaque-se que o cativo Pedro, campeiro, trabalhador da São Simão dos Povos, valia 2:000\$000 réis [91 bois mansos ou 509 hectares] .

A Tabela 23 é uma evidência clara objetiva de que o trabalhador escravizado foi utilizado não apenas em tarefas secundárias ou acessórias nas fazendas pastoris sulinas do século 19. Atuava em todas as áreas produtivas da estância e, sobretudo, utilizadas nas lides campeira. Em relação à partilha, a viúva Luciana Francisco da Terra Velho ficou com a metade [46] da escravaria. A outra parte foi dividida entre os nove herdeiros do inventariado.

Considerações finais

Os atuais territórios do Rio Grande do Sul eram ocupados por comunidades nativas nômades oriundas de três grupos principais: *Tupi-Guaranis*, *Guaicurus* e os *Ge*. Dessas comunidades, os povos que falavam a língua *guarani* foram simpáticos às proposições reducionistas dos padres missioneiros. Em 1634, os jesuítas introduziram o gado vacum, cavalariço, muar e ovino nos territórios aldeados. Durante o século 17 e início do século 18, os jesuítas missioneiros fundam com nativos *guaranis* catequizados os Sete Povos das Missões, na margem esquerda do Uruguai: Santo Ângelo [1707]; São Borja [1690]; São João Velho; São Luís [16232]; São Lourenço [1691]; São Nicolau [1627] e São Miguel [1632].

Graças à qualidade das pastagens do pampa sulino, o gado desenvolveu-se e multiplicou-se. Estavam fundadas as estâncias missioneiras. Nessas estâncias, o gado era criado à gandaia, de acordo com as leis da natureza. Eram pastagens, campos de cria, campos de gado, onde não existiam moradas fixas. Criatórios naturais onde o gado pascentava, pisoteava, defecava, modificando a geografia dos campos indivisos do território, sem nenhum costeiro especial.

Na estância missioneira, o trabalho dos peões nativos consistia em caçar, vigiar, carrear e courear. Vacariavam os campos atrás do gado selvagem, sobretudo pelo couro. Território e riqueza que os peões missioneiros compartilhavam com o *gaúcho*, personagem histórico de índole questionável pela organização social vigente que vagavam nos campos da região platina roubando gado. Nativos, jesuítas, gado e *gaúcho*, demiurgos primários do processo histórico sulino. Foi com este cenário que nos deparamos ao iniciar a pesquisa.

Muita terra, pouco preço!

A primeira constatação que fizemos ao extrair informações dos inventários refere-se ao tamanho das propriedades rurais existentes nas regiões estudadas. Eram latifúndios que oscilavam, em média, entre 1.500 e mais de cem mil hectares! Sendo grande maioria das fazendas entre cinco e vinte mil hectares. Raras as propriedades inventariadas com menos de quinhentos hectares. Porém, dada a pouca quantidade de propriedades analisadas, não podemos generalizar.

A terra pouco valia. Em finais dos setecentos, o preço médio do hectare registrado na documentação ficou em \$250. No mesmo período, com o valor médio de um cativo [115\$000], compravam-se 460 hectares. Com o valor médio de um animal [1\$107], adquiriam-se cinco hectares. No início do Oitocentos, o hectare valia \$ 320. Com um cativo [200\$000] compravam-se 625 ha. Com uma cabeça de gado, adquiriam-se 3,5 ha. Em meados do Oitocento, o hectare era avaliado em \$550. Com o preço de um cativo [505\$000], compravam-se 918 ha. Com o valor de um animal [4\$900], adquiriam-se nove ha. Somente em finais do Oitocentos, o preço da terra apresentou valorização em relação aos cativos e ao gado. O preço médio do hectare foi de 3\$200 réis. Com o valor médio de um cativo [900\$000] compravam-se trezentos ha. Com o preço médio de um animal [7\$800], adquiriam-se 2,5 ha.

Comparados ao preço médio do gado e dos cativos existentes nas fazendas de finais do século 18 e 19, temos, hierarquicamente, como bens mais valiosos das estâncias, a seguinte escala: cativos, gado e terra.

Sedes pobres, médias e ricas

Em *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*, o viajante francês Auguste Saint-Hilaire referiu-se às sedes pobres como casas construídas de “paus armados em grade” divididos em “dois compartimentos apenas”, um seria “um pequeno paiol sem portas” e o outro “um quarto sem janelas”, ambos “sem mobiliário” onde, a “roupa e os utensílios” da família eram “estendidos sobre esteios [escoras]”.³⁵⁵ Em *Viagens ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*, o viajante francês Arsène Isabelle ratificou as afirmações feitas por Saint-Hilaire sobre a precariedade das sedes

³⁵⁵ Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Ob. cit.p. 19-23-82.

pastoris relatando que eram casas simples, com telhados, de madeira e “rebocada de argila”. Os móveis resumiam-se a alguns barris e bancos e, muito raramente, uma cama.³⁵⁶

Os bens de raiz e os bens móveis arrolados nos inventários permitem especular sobre as características das sedes existentes naquelas propriedades. No geral, seria, eventualmente, uma palhoça de pau-a-pique barreada, coberta de capim ou folhas de palmeiras, sem portas ou, tendo como porta um couro cru, esticado, sem janela e construída à maneira nativa. Ou ainda uma casa simples, mal construída, porém, coberta de telhas, chão batido, com um ou dois compartimentos, mais cozinha em separado. Ao derredor existiriam o pomar e a horta e algumas carroças. Um dos compartimentos seria o refeitório que teria, eventualmente, uma mesa de madeira, algumas cadeiras, bancos ou mochos. Na cozinha, algumas panelas, tachos ou caldeiras de ferro. A louça seria constituída de garfos e facas de ferro e marmitas ou partos de estanho, talvez alguns pratos de louça. Deveria existir um pequeno espaço para o oratório e, as benfeitorias seriam mangueiras, currais, moinhos e cercado de plantações.

Uma sede pastoril média seria, eventualmente, uma casa coberta de telhas com três peças: refeitório, cozinha e quarto. Ao derredor existiriam as cercas vivas, pomar e horta e as benfeitorias que seriam poteiros, galpões, mangueiras e moinhos. A mobília do refeitório seria uma mesa de madeira ou cômoda com gaveta, bancos, mochos, cadeiras de pau ou ainda marquesas [bancos com assentos de palha]. Os pratos seriam de louça e os garfos, facas e colheres de metais brancos ou ainda, em casos excepcionais, banhados em prata. Na cozinha teríamos panelas de ferro, chaleira, frigideira, copos de louça e talhas de barro para água. No quarto, teríamos uma cama ou catres [leito pobre] e baús. Existiria um espaço para o oratório.

Uma sede rica seria uma casa com cobertura de telhas, com cozinha, sala de jantar, sala de estar e quartos. Ao redor estariam árvores frutíferas e a horta protegida por cerca - viva. A sala de jantar seria mobiliada com mesa de jacarandá, cadeiras, bancos e marquesas. Existiria ainda um armário de jacarandá onde se guardava as taças de vidro, cobre e prata, pratos grandes e pequenos, compotas de

³⁵⁶ Cf. ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio grande do Sul (1833-1834)*. Ob.cit. p. p. 14 – 34 – 38.

vidro, paliteiros de louça, jarros grandes e pequenos, copos d'água, faqueiros de prata, colheres de prata, colheres de chá de prata, garfos de prata, bombas de prata, bacias de cobre e bandejas de prata. Na sala de estar, os móveis seriam um jogo de sofá, uma mesa de jacarandá, cadeiras, tapete, um armário de jacarandá, relógio de parede, alguns quadros e as escarradeiras. Na cozinha estariam o fogareiro, panelas de ferro, frigideiras, chaleiras, gamelas de pão, tigelas de louça, garrafas de vidros para água, etc. Nos quartos, encontraríamos as camas de jacarandá ou armação, secretárias, armários ou baús para roupas e um lavatório. A iluminação era feita pelos castiçais de latão ou alguns de prata. Teria também uma capela onde encontraríamos imagens em madeira, pedra e prata de Cristo crucificado, Sant'Ana, Virgem Maria e outros santos cristãos. As benfeitorias seriam olarias, atafonas, fornos de farinha, estabelecimento charqueador, currais, poteiros, mangueiras, galpões, etc.

Óbvio e obviedade histórica

No desenvolvimento do processo histórico, de formação sócio/econômica/cultural do atual Estado do Rio Grande do Sul, percebemos que outros personagens se incorporaram. Atores sociais importantes que foram em maior ou menor grau, ocultados ou até mesmo negados pela historiografia tradicional sulina. Estamos nos referindo aos trabalhadores escravizados. Ao iniciar a pesquisa, centramos nossa atenção nos agentes motores do desenvolvimento sul-riograndense. Quem eram, onde estavam, o que faziam, como funcionava a relação entre a super e a infraestrutura, que legado ficou à nossa formação cultural.

Foram praticamente três anos de muito trabalho de pesquisa. Garimpamos nas fontes primárias, sobretudo nos inventários em frangalhos, a identidade de homens, mulheres e crianças, tolhidas de seus direitos mínimos. Trabalhadores expropriados em enorme parte do resultado de seu trabalho, impedidos comumente pelo regime escravocrata de constituírem família. Mercadorias valiosas, vendidos, trocados, negociados, utilizados para pagamentos de dívidas e de impostos, em fim, considerados pelos proprietários como uma fonte de riqueza. Riqueza incorporada na estrutura física do cativo e, sobretudo, na sua capacidade produtiva temporal.

Importante resgatar o relato do viajante e naturalista francês August de Saint-Hilaire, que esteve nos territórios sulinos, nos anos de 1820/1821, ao passar por Rio Pardo, sobre a condição mercadológica dos cativos: “[...] o patrão mandou seus camaradas içar o corpo de um de seus negros, que se afogara quando o barco estava em Rio Pardo. Quando avistamos o cadáver desse infeliz, o patrão gritou: Ah, meu dinheiro! Meu dinheiro! Que me custa tanto ganhar!”³⁵⁷

O cativo romantizado

Não encontramos na documentação primária sugestão que a “família cativa”, fosse a razão da permanência na estância do cativo campeiro ou uma tática adotada pelo estancieiro para minimizar as fugas, apesar da contradição da escravidão com trabalho montado em vastos territórios. Se fosse, deveríamos encontrar, sempre, ou, ao menos, muito comumente, onde havia um cativo campeiro, um cativo casado, ou referências secundárias a tal estado, o que não é, definitivamente, o caso. Muito pelo contrário, encontramos fortes indícios referentes ao estado civil dos cativos, condição de venda e, sobretudo, no momento da partilha, que se contrapõe à radicalização da tese familiar cativa.

A documentação registrou um total de 603 cativos solteiros [42,6%]; 98 casados [6,9%] e 713 sem referências [50,5 %]. Apesar de a maioria estar relacionada sem especificação do estado civil, podemos especular a partir do percentual encontrado nos cativos com registro. Encontramos 701 cativos com especificação do estado civil. Os 603 cativos solteiros correspondem a 86% dos cativos com registros. Os 98 cativos casados a 14%. Eventualmente, teríamos, no geral, naquelas propriedades, 1.216 cativos solteiros e 198 casados. Mesmo considerando que todos os cativos casados fossem campeiros, o que não reflete as informações encontradas nos inventários, teríamos 99 cativos campeiros casados ou apenas 7% do total encontrado. No geral, encontramos 894 homens [63,2%] e 520 mulheres [36,8%]. Média de 1,7 cativo por cativa.

Em relação à partilha, como vimos anteriormente, na grande maioria dos inventários, separava-se os poucos cativos casados e as mães dos filhos. Sobre a condição mercadológica dos cativos, o inventário de Joaquim Pereira Proença, de

³⁵⁷ SAINT- HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio grande do Sul* 1820-1821. Trad. Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo. 1974. p. 196.

1857, da vila de Vacaria, é claro sobre esta questão. O falecido devia o montante de 16:000\$000 de réis. Declarou no inventário que vendeu os animais e a fazenda para os filhos. Sobraram para quitar parte das dívidas os oito cativos. Destes, quatro, com idade entre 28 e 48 anos, foram repassados diretamente para os credores. Os três cativos mais idosos, Bento [65 anos]; Francisco [75anos]; e Antônio [60 anos] e a cativa Maria Antônia [29 anos] foram leiloados para se conseguir o melhor preço. No leilão, Bento foi arrematado por 205\$000; Francisco e Antônio por 405\$000 e Maria Antônia por 1:205\$000 mil-réis.³⁵⁸

Na produção pastoril, certamente o cativo conhecia vida relativamente superior ao do trabalhador da charqueada, olarias, agricultura, carpintaria, ferraria, etc., precisamente devido às determinações da forma de produção, tão execradas pela democracia pastoril. Seu trabalho especializado valia-lhe alguns privilégios, como registra a documentação. Tudo isso devia pesar, na decisão de uma fuga, já que, se capturado, era castigado e vendido para fora da província, transferido ou vendido, sujeitado a atividade mais dura, etc.

Apesar de tudo isso, o cativo campeiro também fugia. Encontramos nos inventários *post-mortem*, no geral, 18 cativos [1,2%] “fugidos para apanha”, sendo doze na região de Rio Pardo: três sem profissão especificada na propriedade de Francisco de Lima Veiga [1805]; um “fugido com quatro cavalos”, possivelmente campeiro, no inventário de José de Oliveira Cassilhas [1821]; quatro [um campeiro] na fazenda Ibirabuitã, de propriedade de João Pedroso de Albuquerque [1828]; dois sem profissão especificada na estância das Oliveira de Bernardino José de Oliveira [1846]; um sem profissão na fazenda das Palmas de Bartolomeu Luiz Barreto [1871] e um sem profissão no inventário de Francisco José Fagundes [1882]. Seis fugidos em Bagé: dois campeiros na propriedade de Domingos Medina [1867]; um sem profissão no inventário de Manoel Gonçalves Rodrigues [1876]; dois sem profissão na fazenda de Alexandre Simão Pires [1869] e um sem profissão na propriedade de Joaquim Pereira Fagundes Brasil [1861].

Temos, antes de tudo, que definir as práticas produtivas do cativo campeiro, para qualquer compreensão mais precisa sobre seu agir.

³⁵⁸ Cf. IPM/V. COA. APERS. A 04; M 1; E 120. Joaquim Pereira Proença.

Aprisionados na documentação

No desenvolvimento da pesquisa, tentamos reconstruir o mais próximo possível da realidade objetiva, a realidade das estâncias pastoris das regiões de Bagé, Rio Pardo e Vacaria de finais do século 18 e praticamente todo século 19. Foram lidos, re-lidos, analisados e interpretados 110 inventários *post-mortem* das regiões estudadas, coletados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul [APERGS] sendo, 37 de Bagé, 60 de Rio Pardo e 14 de Vacaria. Das páginas carcomidas destes documentos fomos extraindo cuidadosamente os elementos materiais, que permitiram a reconstrução parcial daquele cenário.

Utilizamos na contextualização histórica do nosso objeto de estudo as contribuições dos viajantes e cronistas europeus August Saint-Hilaire, Nicolau Dreys, Arsène Isabelle, Alexandre Baguet, Joseph Hörmeyer, Conde D'Eu, que estiveram na região no século 19. Sempre que necessário, amparamos as constatações encontradas nas fontes secundárias utilizadas, sobretudo, nas obras de Guilhermino Cesar, João Cezimbra Jaques e Severino Sá Brito. Destaque-se que os dois últimos viveram em períodos muito próximos aos que discutiam. Deste diálogo com as fontes, surgiu um mundo desconhecido e, não raro, oposto à reconstrução geral, até então orientadora, feita pela historiografia tradicional.

A primeira constatação documental assinalou uma grande quantidade de cativos ocupados em praticamente todas as áreas produtivas das fazendas pastoris, sobretudo no trato com animais, contradizendo a tese da historiografia tradicional de que aqueles trabalhadores se ocupavam apenas em tarefas “acessórias” e “secundárias” no interior da estância. Encontramos registrados nos 111 inventários estudados, 1.414 cativos, média de 12,7 cativos por inventário. Destes, 894 homens [63,2%] e 520 mulheres [36,8%]. No geral, média de 1,7 cativo por cativa. Esse desequilíbrio tendencial em favor dos cativos acompanhou o desenvolvimento histórico das fazendas pastoris sulinas das regiões analisadas na medida em que as estâncias dedicaram-se exclusivamente a produção pastoril. Em algumas propriedades, como a estância São Simão dos Povos, a média encontrada foi de 10,6 cativos por cativas.

Embora os dados coletados não permitam definir com precisão a profissão de todos os trabalhadores escravizados encontrados naquelas propriedades, em cada

inventário lido, pululavam nas páginas amareladas e desgastadas dos inventários cativos e cativas trabalhadores. Eram campeiros, oleiros, pedreiros, falquejadores, domésticos, mucamas, lavadeiras, cozinheiros, seringueiros, alfaiates, ferreiros, carpinteiros, marinheiros, roceiros, etc., conduzindo ativamente a produção nas estâncias estudadas. Presença devidamente comprovada pelos inventários *post-mortem* analisados. Atores sociais que apenas nas últimas décadas, sobretudo a partir de 1980, começaram a ser reconhecidos pela historiografia.

Parindo jovem e trabalhando criança

Outra questão importante refere-se às mulheres iniciarem a parição muito jovem entre os 15 e 16 anos e os “moleques” serem introduzidos na produção muito cedo. Não são raros os inventários que apresentam fortes indícios dessa realidade. A título de exemplificação utilizaremos o inventário de Teodoro de Souza Duarte, de 1884, de Vacaria, que traz informações atinentes sobre as questões.

A cativa Quitéria, de 50 anos, teve nove filhos: Domingos [35]; Processo [32]; Basílio [27]; Joana [24]; Antônio [19]; Bernardino [17]; Thomás [14]; Mathias [14] e Joaquina [13]. No mesmo documento, encontramos a cativa Joana, solteira, 21 anos com três filhos ingênuos [Brígida, Firmino e Balbo] e a cativa Liberata, solteira, 21 anos com quatro filhos ingênuos [Salvador, Salustiano, Mateus e Josefa].³⁵⁹ Mesmo sem o registro da idade das crianças, certamente Joana e Liberata iniciaram a parição muito cedo. Ingênuos era a denominação dos moleques “nascidos após a Lei do Ventre Livre, de 1871. Porém, como determinava a lei, eram obrigados a trabalhar de graça para os escravizadores de suas mães até os 21 anos”.³⁶⁰

O documento registrou crianças a partir dos cinco anos com profissão especificada. Se moleca, a profissão registrada era “doméstica” e seus correlatos [costureira, lavadeira, passadeira etc.]. Se moleque, a profissão especificada era “campeiro”. No inventário de Teodoro de Souza Duarte, na relação de 1872, a *molecada* aparecia relacionada da seguinte maneira: “Sérgio – cabra - solteiro – 9 anos – filho de Mariana – aptidão muita – profissão campeiro; Antônio – fubá -

³⁵⁹ Cf. IPM/V. COA. APERS. A 52; M1; E 120. Teodoro de Souza Duarte, 1884.

³⁶⁰ EIFERT, Maria Beatriz Chini. *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1883)*. Passo Fundo: EdiUPF, 2007. p. 87.

solteiro – 7 anos - filho de Mariana – aptidão muita – profissão campeiro; Bernardino – fubá - solteiro – 5 anos – filho de Quitéria – aptidão muita – profissão campeiro; Liberata – cabra - solteira – 8 anos – filha de Mariana – aptidão alguma – profissão costureira; Francisca – mulata - solteira – 6 anos - filha de Januária – aptidão alguma – profissão costureira”.³⁶¹ A informação sugere que as crianças eram inserida nas atividades produtivas das estâncias muito cedo e recebiam orientações profissionais sobre as áreas produtivas que atuariam.

Em relação à *nacionalidade* dos trabalhadores escravizados existentes naquelas propriedades, do total de cativos [1.414], encontramos 222 *novos* [15,7%], das seguintes nacionalidades: 62 benguelas; 35 da Costa; 26 angolas; 21 minas; 20 congos; 15 guinês; 13 moçambiques; 12 rebolos; cinco monjolos; quatro cassangas; quatro calungas; três nagôs e dois mogumbes. Encontramos ainda 452 crioulos [31,9%]; 105 pardos [7,4%]; 60 mulatos [4,3%]; 29 cabras [2,1%] e 546 cativos sem referência [38,6%].

Capatazes, peões e cativos nas lides pastoris

Naquelas estâncias encontramos ranchos, palhoças de pau-a-pique, casas de material, sobrados, rústicas e ricas capelas, atafonas, moinhos d’água, olarias, teares, poteiros, currais, galpões, estrebarias, etc., sinalizando uma evolução lenta e gradual, em praticamente todos os aspectos, das fazendas pastoris sulinas da centúria oitocentista. A documentação possibilitou definir um perfil geral quanto à organização produtiva predominante das estâncias: predominantemente pastoril; agrícola-pastoril ou agrícola, a partir do qual, tentamos identificar e localizar onde e como atuavam os agentes produtivos nas estâncias: capatazes, peões e cativos.

As informações prestadas pelos autores citados e inventários *post-mortem*, permitem uma reflexão sobre as tarefas executadas pelos peões e cativos, sobretudo, sobre a prática dos rodeios. Usando como exemplo a estância da Boa Vista pertencente ao barão de Santo Amaro, visitada pelo viajante e naturalista francês Auguste Saint-Hilaire, em 1820, existiam seis mil cabeças de gado, em uma extensão de 28 léguas (120.400 hectares) e seis locais de rodeio. Isso nos dá mil cabeças para cada local de rodeio. Um rodeio a cada vinte mil ha. A possibilidade de

³⁶¹ IPM/V. COA. APERS. A 52; M1; E 120. Teodoro de Souza Duarte, 1884.

um peão livre assalariado, com bons cachorros ganadeiros e um berro fortíssimo – mecanismo de diálogo entre o peão e o gado – reunir e conduzir para rodeio mil cabeças de gado, solito, é pouca. Provavelmente, o cativo campeiro acompanhasse o peão assalariado e um gaúcho contratado sazonalmente para essa tarefa.

Fazer rodeio requeria muita mão de obra. Parte dessa mão-de-obra era suprida pelos gaúchos que se empregavam nas estâncias esporadicamente, parte pelos peões e provavelmente, parte pode ter sido suprida pelos cativos campeiros. É necessário precisar as etapas de um rodeio para elucidar esse problema. Primeiro, os peões campeavam o gado chimarrão nos campos indivisos da estância e o aquerenciavam em um local específico para domesticá-lo. Nessa tarefa, as informações historiográficas relatam terem sido feitas pelos peões – nativos e possivelmente cativos – e gaúchos. Essa operação podia levar até dois meses, com intervenções diárias, ou diversas vezes por semana. Em seguida, era feita a manutenção do rodeio, ou seja, a reiteração posterior da domesticação dos animais que podia ser bastante mais espaçada. Finalmente, rodeio era também o momento em que se realizava as operações de castração, marcação, separação para abate e gado infiltrado. Nesse caso, era comum contratar-se peões. Podemos supor que os cativos campeiros eram, sobretudo, para todo o ano, e os gaúchos contratados como peões empregados sazonalmente no aquerenciamento do gado ou realização do rodeio propriamente dito, que não deveria, possivelmente, levar mais de uma semana cada. Haveria igualmente peões mensalistas, como referidos na Estância da Música,

Ecos ressonantes

A documentação registrou que os trabalhadores escravizados estavam presentes em praticamente todos os trabalhos internos das fazendas pastoris sulinas dos séculos 18 e 19. No geral, a documentação registrou em relação à profissão daqueles trabalhadores a existência de 175 campeiros [12,3%]; 86 domésticos [6,8%]; 73 roceiros e lavradores [5,1%]; 22 carpinteiros [1,5%]; 18 pedreiros [1,3%]; 17 cozinheiros [1,2%]; 14 oleiros [1%]; nove marinheiros [0,6%]; oito domadores [0,5%]; sete sapateiros [0,5%]; seis alfaiates [0,4%]; seis ferreiros [0,4%]; dois falquejadores [0,1%] e 967 sem referencias [68,3%].

No sistema produtivo da estância do final do Setecentos e Oitocentos, as atividades eram executadas, parte pelos peões assalariados, parte pelos *gaúchos*, que se empregavam nas estâncias esporadicamente, e parte pelos cativos, sendo o maior número, campeiros. A categoria peão pode ter sido usada pelos primeiros informantes de uma forma genérica, ou seja, eram peões – nativos e possivelmente cativos campeiros - e *gaúchos*.

Muito se avançou em relação à tese inicial proposta da democracia pastoril e da inexistência do peão cativo nas tarefas pastoris propriamente ditas. O estudo sistemático dos inventários assinalou a importante presença nas fazendas pastoris de cativos campeiros. Porém, ainda, a categoria “cativo campeiro” está muito indeterminada, necessitando-se avançar na construção de um cenário geral das fazendas pastoris do Rio grande do Sul.

A presença do trabalhador escravizado nas fazendas pastoris sul-rio-grandense dos séculos 18 e 19 necessitam de uma análise quantitativa e, sobretudo, qualificativa. Nos últimos anos, a historiografia sul-rio-grandense rompeu com o silêncio impostos pelos historiadores tradicionais e deu importantes passos nesse sentido. Excelentes trabalhos foram realizados, sustentados em farta base empírica, a partir de fontes primárias, na tentativa de aproximação da realidade passada do trabalhador escravizado. Esperamos que nosso trabalho contribua no preenchimento de lacunas historiográficas existentes sobre o tema, tanto no âmbito local, regional ou nacional.

Bibliografia

- ALBECHE, Daysi Lange. *Imagens do gaúcho: história e mitificação*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1996.
- AMARO, Luis Carlos; MAESTRI, Mário; NASH, Peter; PEREIRA, Lúcia Regina (org.). *Negras histórias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Evangraf Ltda, 2002.
- AZARA, Félix de. *Geografía física y esférica de las provincias del Paraguay y Misiones Guaraníes*. Montevideo: Manuscrito en la Biblioteca Nacional de Montevideo, 1904.¹
- BAGUET, Alexandre. *Viagem ao Rio grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: PARULA, 1997.
- BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1. (coleção História Geral do Rio Grande do Sul).
- BRAZ, Evaldo Munõz. *Retratos do gaúcho antigo: a gênese de uma cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002. p 23.
- BRITO, Severino de Sá. *Trabalhos e costumes dos gaúchos*. Porto Alegre: ERUS, 1928.
- BRUXEL, Arnaldo, *Os trinta povos guaranis*. Porto Alegre: Sulina; Caxias do Sul: UCS, 1978.
- CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranja e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.
- CESAR, Guilhermino. *O conde de Piratini e a estância da música: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Instituto Estadual do Livro; Caxias do Sul. Universidade de Caxias do Sul, 1978.
- CESAR, Guilhermino. *O contrabando no sul do Brasil*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.
- CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha: o boi e o poder*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005.
- CHASTEEN, John Charles. *Fronteira Rebelde: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos*. Albuquerque: University of New Mexico Press, USA, 1995. p. 35. [Trad. Rafael Augustus Segal, Thelma Belmonte, Élvio Funk].
- CURTIS, Júlio Nicolau Barros de. In WEIMER, Günter (org.). *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. 2.^a ed. [por] Paulo Iroquez Bertussi [et. al.]. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
- D'EU, Conde. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo Ed. Universidade de São Paulo, 1981.

DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, EdiPUCRS, 1990.

EIFERT, Maria Beatriz Chini. *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1883)*. Passo Fundo: EdiUPF, 2007.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. “Nos rodeios, nas roças e em tudo mais: trabalhadores escravos na Campanha Rio-grandense (1831-1870)”. Comunicação apresentada no II Encontro Nacional Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre, 26 a 28 de outubro de 2005.

FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Porto Alegre: EST/Instituto de Cultura Hispânica do Rio grande do Sul, 1983.

FONSECA, Célia Freire A. *A economia europeia e a colonização do Brasil: (a experiência de Duarte Coelho)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1978.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagens filosóficas pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato grosso e Cuiabá*. [S.1]: Conselho Federal de Cultura, 1972.

FONSECA, Pedro Arí Veríssimo da. *Tropeiros de mula: a ocupação do espaço, a dilatação das fronteiras*. Passo Fundo: Berthier, 2004.

FORTES, João Borges. *Troncos seculares: o povoamento do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

FRANCO, Guillermo Vasquez. *Formas de vida em el latifúndio colonial*. Montevideo: Ediciones el Mendrugo, 2006.

GOLIN, Tau. *A guerra guaraníca: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. 3. ed. Passo Fundo: EdiUPF, 2004.

GOULART, José Alípio. *Brasil do boi e do couro*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1965.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Secretaria da Cultura. *Caminho das Tropas: Importância do tropeirismo na configuração urbano-espacial de Cruz Alta*. IPHAE, 1994.

HESSSEL, Lothar. *Aspectos sociais e literários do gaúcho – III. Correio do Povo*. Porto Alegre, 8 fev. Caderno de Sábado, 1956.

HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional*. Porto Alegre: D.C. Luzzatto Ed. EDUNI-SUL, 1986.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio grande do Sul (1833-1834)*. Trad. e notas de Dante de Laytano. 2 ed. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983.

JAQUES, João Cezimbra. *Costumes do Rio Grande do Sul: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica*. Porto Alegre: Tipografia de Gundlach & Comp., 1883.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LIMA, Solimar Oliveira. *TRISTE PAMPA: Resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no Rio Grande do Sul 1818 – 1833*. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1997.

MAESTRI, Mário. *A servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MAESTRI, Mário. *Deus é grande o mato é maior: História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS*. Passo Fundo: EdiUPF, 2002.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil Colônia*. São Paulo: Contexto, 1997.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. 2. ed. Passo Fundo: EdiUPF, 2000.

MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MAGALHÃES, Manoel Antônio. Almanack da vila de Porto Alegre. In FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.

NICHOLS, Madaline Wallis. *O gaúcho: caçador de gado – cavaleiro ideal de romance*. [Trad. e notas Castilhos Goycochêa]. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1832*. Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFF. Niterói: 1999.

REVERBEL, Carlos. *O Gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande do Sul e no Rio da Prata*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

ROSCIO, João Francisco. *Compêndio noticioso*. p. p. 105-140. In FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Trad. Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

TRIUMPHO, Vera (org.). Rio Grande do Sul: *Aspectos da Negritude*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1991.

VELLINHO, Moysés. *Capitania d' El-Rey: aspectos econômicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo: Corrupio, 1987.

VILLEGAS, Juan S. J. *As missões jesuítico-guarani: cultura e sociedade*. Anais do VII Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Centro de Estudos Missionários, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco. Santa Rosa, RS, 1988.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 60.

Inventários *post-mortem* de Rio Pardo

Amélia Maria da Silva. N S15; M 36; E 47, 1878. Cartórios de Órfãos e Ausentes [COA]. Arquivo Público do Rio grande do Sul [APERS].

Ana do Rosário. N 93; M 5; E 47, 1805. COA. APERS.

Anacleto Joaquina do Nascimento. N 265; M 12; E 8, 1819. COA. APERS.

André Pinto da Silva. N 15; Maço 1; E 47, 1781. COA. APERS.

Antônio Francisco de Moraes. N 813; M 36; E 87, 1878. COA. APERS.

Antônio Francisco de Moraes. N 813; M 36; E 87, 1878. COA. APERS.

Antônio Nunes de Souza. N 464; M 20; E 47, 1835. COA. APERS.

Antônio Pereira da Rosa. N 302; M 13; E 47, 1821. COA. APERS.

Antônio Pereira Garcia. N 675; M 30; E 8, 1863. COA. APERS.

Bartolomeu Luis Barreto. N 741; M 33; E 47, 1871. COA. APERS.

Belarmino Joaquim de Oliveira. N 810; M 36; E 47, 1877. COA. APERS.

Belarmino José de Oliveira. N 507; M 22; E 47, 1846. COA. APERS.

Benedita Rosa Casa. N 20; M 18; E 17, 1786. COA. APERS.

Brígida Maria da Conceição. N 655; M 29; E 47, 1882. COA. APERS.

Celestino Franco. N 28 A 25; M 2; E 47, 1786. COA. APERS.

Clara Antônia da Silva Bandeira. N 606-4; M 27-22; E 47, 1857. COA. APERS.

Clara Bandeira da Silva. N 667; M 29; E 47, 1881. COA. APERS.

Cláudio José de Moura. N 26; M 2; E 08, 1786. COA. APERS.

Cláudio José Moura. N 26; M 2; E 08, 1786. COA. APERS.

Delfina Luiza do Nascimento. N 669; M 29; E 8, 1862. COA. APERS.

Demerciano da Rocha Camargo. N 383; M 17; E 47, 1828. COA. APERS.

Domingos Vieira. N 88; M 8; E 47, 1805. COA. APERS.

Evaristo de Orneles. N 261; M 12; E 47, 1819. COA. APERS.

Francisco Borges do Canto. N 110; M 6; E 47, 1809. COA. APERS.

Francisco de Lima Veiga. N 86; M 5; E 47, 1805. COA. APERS.

Francisco José Fagundes. N 848; M 37; E 8, 1882. COA. APERS.

Francisco José Flores. N 458; M 19; E 47, 1834. COA. APERS.

Francisco José Flores. N 458; M 19; E 47, 1834. COA. APERS.

Francisco Ribeiro Veloso. N 84; M 5; E 47, 1805. COA. APERS.

Francisco Xavier de Azambuja. N 384; M 17; E 8, 1828. COA. APERS.

Genova Maria de Jesus. N 850; M 37; E 47, 1882. COA. APERS.

Genovesa Maria dos Anjos. N 308; M 13; E 8, 1822. COA. APERS.

Gertrudes Maria Borba. N 453; M 19; E 47, 1833. COA. APERS.

Joana Maria de Jesus. N 297; M 13; E 47, 1821. COA. APERS.

Joana Maria Gomes. N 444; M 19; E 47, 1832. COA. APERS.

João Ferreira Bica de Moraes. N 298; M 13; E 47, 1821. COA. APERS.

João Pedroso de Albuquerque. N 390; M 17; E 47, 1828. COA. APERS.

Joaquim Rodrigues Paes. N 388; M 17; E 47, 1828. COA. APERS.

Joaquim Vicente de Toledo. N 658; M 29; E 47, 1861. COA. APERS.

José Correa da Câmara. N 306; M 13; E 8, 1821. COA. APERS.

José da Cruz Santos. N 396; M 17; E 47, 1828. COA. APERS.

José de Oliveira Cassilhas. N 299; M 13; E 47, 1821. COA. APERS.

José Francisco da Silveira. N 391; M 17; E 47, 1828. COA. APERS.

José Peixoto da Silveira. N 493; M 21; E 47, 1843. COA. APERS.

José Saldanha Pereira de Macedo. N 746; M 33; E 47, 1871. COA. APERS.

José Silveira de Matos. 28 A1; M 2; E 47, 1819. COA. APERS.
 José Silveira de Matos. N 28A; M 2; E 47, 1819. COA. APERS.
 Leopoldina Firmina Franco. N 397; M 27; E 47, 1856. COA. APERS.
 Luis Pinheiro da Silva. N 68; Maço 3; E 47, 1799. COA. APERS.
 Manoel Alves dos Reis. N 462; M 19; E 47, 1834. COA. APERS.
 Manoel Coelho. N 17; M 1; E 47, 1794. COA. APERS.
 Manoel da Silva Machado. N 397; M 17; E 47, 1829. COA. APERS.
 Manoel José Machado. N 124; M 5; E 8, 1807. COA. APERS.
 Manoel José Machado. N 124; M 6; E 08-142, 1807. COA. APERS.
 Manoel José Machado. N 93; M 5; E 47, 1803. COA. APERS.
 Manoel Luis da Silveira. N 844; M 37; E 47, 1881. COA. APERS.
 Maria Antônia da Encarnação. N 303; M 13; E 47, 1821. COA. APERS.
 Maria da Rocha Carvalho. N 269; M 12; E 48, 1819. COA. APERS.
 Maria Fernanda da Conceição. N 616; M 27; E 47, 1857. COA. APERS.
 Maria Manoela de Barros. N 613; M 27; E 47, 1867. COA. APERS.
 Matias José Velho. N 803; M 35; E 47, 1876. COA. APERS.
 Pacífico José da Silveira. N 845; M 37; E 87, 1881. COA. APERS.
 Rita Maria dos Anjos. N 263; M 12; E 8, 1819. COA. APERS.
 Roque Goulart Pinto. N 70; M 3; E 47, 1799. COA. APERS.
 Sebastião da Costa. N 40; M 2; E 47, 1789. COA. APERS.
 Sebastião da Costa. N 40; M 2; E 47, 1789. COA. APERS.
 Vicência Joaquina de Almeida. N 499; M 22; E 47, 1844.

Inventários *post-mortem* de Bagé.

Alexandre Simão Pires. N 36; M 1; E 82, 1869. COA. APERS.
 Angélica Maria de Vargas. N 17; M 1; E 42; 1864. COA. APERS.
 Antônia Furtado. N 31; M 1; E 42; 1869. COA. APERS.
 Antônio de Oliveira Rita. N 114; M 3; E 42, 1884. COA. APERS.
 Antônio Ferreira Porto. N 114; M 3; E 42, 1886. COA. APERS.
 Bernardina da Rosa Moura. N 48; M 2; E 46, 1882. COA. APERS.
 Cândida Flora de Azambuja. N 97; M 2; E 42, 1879. COA. APERS.
 Domingos Marques de Souza. N 27; M 1; E 46, 1875. COA. APERS.
 Domingos Medina Martins. N 17; M 1; E 46, 1867. COA. APERS.
 Eleuterio Madeira. N 12; M 2; E 46, 1880. COA. APERS.
 Firmina Correa de Borba. N 36; M 2; E 42, 1879. COA. APERS.
 Firmina de Couto Carneiro. N 18; M 1; E 42, 1864. COA. APERS.
 Florência Gomes de Lima. N 20; M 1; E 42, 1866. COA. APERS.
 Fortunato Pereira da Rosa. N 14; M 1; E 42, 1863. COA. APERS.
 Ignácio Francisco de Moura. N 23; M 1; E 46, 1872. COA. APERS.
 Jacinto de Souza de Oliveira. N 25; M 1; E 46, 1873. COA. APERS.
 Jesuíno Xavier de Oliveira. N 33; M 1; E 42, 1868. COA. APERS.
 João Manoel de Camargo. N 28; M 1; E 46, 1875. COA. APERS.
 Joaquim Coelho. N 99; M 2; E 42, 1879. COA. APERS.
 Joaquim Pereira Fagundes Brazil. N 6; M 1; E 42, 1861. COA. APERS.
 José Ferreira de Macedo. N 108; M 3; E 42, 1881. COA. APERS.
 Lucinda de Souza. N 128; M 3; E 42, 1885. COA. APERS.
 Manoel Correa de Borba. N 91; M 2; E 42, 1877. COA. APERS.

Manoel Gonçalves Rodrigues. N 30; M 1; E 46, 1876. COA. APERS.
 Manoel Machado Cardoso. N 9; M 1; E 42, 1862. COA. APERS.
 Manoel Vaz. N 113; M 3; E 42, 1883. COA. APERS.
 Maria Clemência de Abreu. N 20; M 1; E 46, 1869. COA. APERS.
 Maria de Jesus. N 22; M 1; E 46, 1878. COA. APERS.
 Maria do Carmo Borba. N 29; M 1; E 46, 1875. COA. APERS.
 Maria Francisca Ferreira. N 43; M 3; E 42, 1882. COA. APERS.
 Mateus Teixeira Brazil. N 32; M 1; E 46, 1877. COA. APERS.
 Matilde Alves. N 10; M 1; E 42, 1862. COA. APERS.
 Plácido José de Oliveira. N 26; M 1; E 42, 1866. COA. APERS.
 Tereza Flora de Jesus. N 19; M 1; E 46, 1868. COA. APERS.
 Tertuliano Pereira Brasil. N 105; M 2; E 42, 1872. COA. APERS.
 Tristão Alves da Silva. N 28; M 1; E 42, 1866. COA. APERS.
 Virgínia Vaz da Rosa. N 112; M 3; E 42, 1861. COA. APERS.

Inventários *post-mortem* de Vacaria.

Dária Maria Ferreira. A 47; M 1; E 120, 1884.
 Escrava Mariana - preta forra. A 1755; M 83; E 13, 1859.
 Estanislau Rodrigues de Campos. A 67; M 1; E 120, 1888.
 Francisca de Paula Antônia. A 3; M 1; E 120, 1856.
 Gertrudes Telles de Souza. A 50; M 1; E 120, 1884.
 Jeremias da Luz Fogaça. A 56; M 1; E 120, 1885.
 Joaquim Pereira de A. Proença. A 04; M 1; E 120, 1857.
 José Patrício de Moraes Borges. A 74; M 28; E 120, 1889.
 Luíza Emília de Araújo Acauã. A 58; M 1; E 120, 1886.
 Manoel Alves da Cruz. A 64; M 1; E 120, 1887.
 Manoel de Souza Duarte. A 1; M 1; E 120, 1830.
 Maria Ignácia de Souza Velho. A 51; M 1; E 120, 1884.
 Maria Madalena de Almeida. A 11; M 1; E 120, 1869.
 Theodoro de Souza Duarte. A 52; M 1; E 120, 1884.

Cronologia

- 1536** – Fundação de Buenos Aires;
- 1549** – Chegada dos primeiros missionários;
- 1610/28** – Fundação de dez reduções na província do Guairá;
- 1626** – Companhia de Jesus atravessa o rio Uruguai;
- 1627** – Fundação da redução de São Nicolau;
- 1632** – Fundação das reduções de São Luis e São Miguel;
- 1634** – Introdução de 1500 cabeças de gado;
- 1637** – Ataque bandeirante nas missões;
- 1637** – Formação da Vacarias do Mar;
- 1680** – Portugal funda a colônia do sacramento diante de Buenos Aires;
- 1686** – Portugal funda a vila de Laguna para apoiar Sacramento;
- 1690** – Fundação da redução de São Borja;
- 1691** – Fundação da redução de São Lourenço;
- 1698** – Fundação da redução de São João Velho;
- 1700** – formação das Vacarias dos Pinhais;
- 1707** – Fundação da redução Santo Ângelo;
- 1720/56** - Apogeu das reduções;
- 1737** – Fundação de Rio Grande;
- 1750** – Tratado de Madri;
- 1762** - 22 casais das Ilhas chegam ao Porto dos Casais;
- 1763** - Residência do Governador da capitania do RS é Viamão;
- 1777** – Secas no nordeste dizimam os rebanhos;
- 1780** – Na Europa, portugueses e espanhóis dão origem às primeiras instalações permanentes dedicadas ao preparo do charque;
- 1780** - José Pinto Marins funda, nas imediações do arroio Pelotas, a primeira charqueada mais complexa do Rio Grande do Sul;
- 1787** - Primeiro saladeiro do rio da Prata - Francisco Medina;
- 1817/27** – O viajante comercial Francês Nicolau Drey peregrina na província de São Pedro
- 1820/21** – O viajante francês August de Saint-Hilaire viaja pela província de São pedro

- 1824** – Início imigração alemã;
- 1820/30** – Início da modernização dos *saladeros* platinos;
- 1833/34** – o viajante francês Arsène Isabelle viaja pelo Rio grande do Sul;
- 1835/1845** – Guerra Farrroupilha;
- 1845** – o viajante belga Alexandre Baguet viaja pelo Rio Grande do Sul;
- 1850** – fim do tráfico de escravos;
- 1850** – O viajante austríaco Joseph Hörmeyer viaja pelo Rio grande do Sul;
- 1864/70** – Guerra do Paraguai – cativo forçados a lutar;
- 1865** – Conde D’Eu faz sua viagem militar ao Rio Grande do Sul;
- 1870** – cercamento dos campos;
- 1875** – início imigração italiana;
- 1888** – abolição da escravatura no Brasil;
- 1889** – Proclamação da República.

Glossário

Abigeatário: Indivíduo que comete abigeato; Rouba o gado.

Aborígene: Diz-se de habitante de região de que é originário; autóctone, indígena, nativo.

Albardão: cadeia de cerros e baixadas; faixa de terras elevada e longa entre quaisquer águas.

Arção: Parte arqueada e saliente da sela.

Arroba: peso antigo hoje equivalente a 15 kg.

Bolicho: Venda; bodega.

Borrego – cordeiro com menos de um ano.

Cabresto: Espécie de bucal mais grosso; freio.

Canapé: Espécie de sofá, ger. com a estrutura de madeira visível.

Capitania hereditária: Cada uma das primeiras divisões administrativas do Brasil, das quais se originaram as províncias e os estados de hoje, e cujos chefes tinham o título de capitão-mor.

Catecúmeno: Aquele que se prepara e instrui para receber o batismo.

Changador: Aquele que faz changas ou carretos; ganhador, carregador, changueiro.

Cingidor: faixa que cinge o meio do corpo; cinto de couro.

Clavina: Espingarda estriada; fuzil.

Compáscuo: Pasto comum.

Conto: um milhão de réis ou um cruzeiro no antigo sistema monetário brasileiro.

Costear: Sujeitar (o gado) por algum tempo, em pastoreio ou no curral, para amansá-lo ou corrigi-lo.

Coudelaria: estabelecimento ou posto de procriação e aperfeiçoamento das raças cavalares.

Curral: Lugar onde se junta e recolhe o gado.

Curtir: tornar imputrescível e mais brando (couro, pêlo).

Desgarronar: Cortar o garrão ou jarrete de (animal).

Devoluta: Desocupado; desabitado, vago.

Fatuado: vaidade, presunção ridícula.

Fogos: residência de uma família.

Gado alçado: Diz-se do gado que fugiu para o mato ou nele se extraviou, tornando-se bravo.

Gandaia: Vadiagem; ociosidade.

Gaudério: Vadio, malandro. V. vagabundo; Aquele que acompanha qualquer pessoa, abandonando-a logo para seguir outra; errante, sem dono; Ladrão.

Gáudio: Júbilo, alegria, regozijo.

Jaéz: Aparelho e adorno para bestas.

Ladino: genuíno, puro; mestiço ou negro que aprendia e sabia qualquer ofício.

Mangueira: Grande curral de gado, de pedra ou de madeira, junto ao edifício da estância.

Neófitos: Na Igreja primitiva, indivíduo recentemente convertido ao cristianismo.

Pacotilha: Quadrilha de bandidos.

Paradoxo: Conceito que é ou parece contrário ao comum; contra-senso, absurdo, disparate.

Pau-a-pique: Parede feita de ripas ou varas entrecruzadas e barro; taipa.

Preador: Que ou aquele que preia, que aprisiona.

Pulperias: Taverna, venda no campo.

Rábula: advogado chicaneiro, que embaraça as questões com os artifícios que a lei lhe faculta; aquele que advoga sem ser diplomado.

Ramada: Abrigo para o gado.

Recrutar: Arrebanhar (gado tresmalhado).

Réis: antiga moeda portuguesa que teve em diferentes épocas diferentes valores.

Repontar: Enxotar (animais) em determinada direção.

Rodeio: Ato de ajuntar o gado para marcá-lo ou para curativos; Ajuntar o gado em determinado lugar do campo.

Sabá: Conciliábulo de bruxos e bruxas que, segundo superstição medieval, se reunia no sábado, à meia-noite, sob a presidência do Diabo.

Sal de Glauber: sal admirável.

Sirgueiro: o que trabalha em obras de fio e cordões de seda ou lã.

Sobrecincha: Tira de couro, própria para apertar os arreios por cima do coxinilho ou da badana.

Talabarte: Correia a tiracolo, à qual se prende a espada ou outra arma; talim, talabarte, tiracolo; cinturão.

Tafona: Moinho manual ou movido por cavalgadas.

Tambeira: Novilha mansa.

Tostões: antiga moeda brasileira de níquel, do valor de 100 réis.

Turíbulo: Vaso onde se queima incenso nos templos; incensório, incensário.

Vacariar: Ato de procurar o gado que se encontra espalhado pelos matos, nas caatingas e nos campos, e reuni-los nos rodeadores, donde é conduzido aos currais da fazenda para apartação, ferra, capação, etc.; apartação.

Xiripá: antigo traje do campeiro, hoje substituído pela bombacha. Era feito de um só pano e preso, como uma fralda de criança, à cintura por uma cinta de couro.

Dicionários consultados: Dicionário eletrônico AURÉLIO, 2006; AURÉLIO, 1986 e MICHAELIS, 2000.

Anexos

Livros arrolados no inventário de visconde de Pelotas. Rio Pardo [1821]

Viajantes: 35 volumes
História de Portugal: 10 volumes
História universal: 9 volumes
História geral: 06 volumes
História da Rússia: 02 volumes
História de Alexandre: 02 volumes
Escola do mundo: 04 volumes
Espírito de Don [sic] Nicoli: 02 volumes
Milton: 02 volumes
Capitão da infantaria
História de Theodoro
Economia Política
Coleção de luz
Desenho da Fortificação
Dicionário da Bíblia
Salomão
Políbio: 03 volumes
Paz

Livros arrolados no inventário de Luiza E. de Araújo Acauã. Vacaria [1886].

25 volumes da legislação brasileira
1 manual dos negociantes
1 menores juízos divisórios
1 Ramos, sobre contratos
1 práxis forense
1 Teixeira de Freitas – Ações hipotecárias
1 Martins, Recursos
1 Manual prático do procurador
2 volumes Obras da Pátria
1 Direito penal

1 Teixeira de Freitas, Leis civis
1 volume da escravidão do Brasil
22 volumes do direito civil
4 volumes direito natural
2 volumes direito penal
1 Silva Costa Segundo
1 manual do código penal
1 Teixeira Freitas, Aditamento do comércio
1 formulário do tabelionato
1 Teixeira Freitas, Aditamento e conciliação das leis
1 Teixeira Freitas, Conciliação das leis
1 Pereira Souza, Primeiras linhas sobre o processo civil
1 Cândido Mendes, Código Filipino
1 Cândido Mendes, Auxiliar de Júri
1 volume Prática Judicial
1 Teixeira de Freitas, Legislação Distrital
1 Fernão de Brito, Penal
1 Machado, Fiança do crime
1 Pires Ferrão, Guia do tabelião com história universal
1 Correa Telles, Doutrina das terras
1 Machado Soares, Medição das terras
1 Bertholdo, Código Penal
1 Consolidação do Processo Penal
1 Cunha Telles, Processo Ordinário
1 Cunha Telles, Foro Civil
1 Cunha Telles, Poder Judicial
1 Cunha Telles, Processo Civil
1 Ribas, Direito Civil
1 Ribas, Processo Civil
01 Código Comercial
33 volumes Revista Jurídica com brochura
1 Tratado de Testamento

- 1 Código Penal
- 1 Obras Oratórias
- 1 Guia do Juiz Municipal
- 1 Práticas das comunicações
- 1 Avaliadores dos bens de defuntos e ausentes
- 1 Silva Ramos, Direito Hipotecário
- 1 Código criminal
- 1 Livro das terras
- 1 Direito Civil
- 1 Primeira linhas civis
- 1 Primeiras linhas criminais
- 1 Assuntos Forenses
- 1 Direito Comercial
- 1 Pimenta Bueno, Processo Criminal
- 1 Pimenta Bueno, Processo Civil
- 1 Obrigações Recíprocas
- 1 Rocha, Anotações e Comentários
- 1 Direito Policial
- 1 Roteiro dos Delegados